



JULIANA FIRMINO FONZAR

**INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE
SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

JULIANA FIRMINO FONZAR

**INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE
SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS).

Linha de Pesquisa: Fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional

Orientadora: Profa. Dra. Marize Rauber Engelbrecht

Toledo-PR
2024

**Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática
do Sistema de Bibliotecas da Unioeste**

Firmino Fonzar, Juliana

Interfaces entre o Trabalho Profissional do/a Assistente Social e a
Questão Agrária no Brasil: um estudo a partir da produção do conhecimen-
to no Serviço Social / Juliana Firmino Fonzar; orientadora Marize Rauber
Engelbrecht. -- Toledo, 2024.

167 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico -- Campus de Toledo) -- Universida-
de Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Questão Agrária. 2. Questão Social. 3. Serviço Social.
4. Trabalho Profissional do/a Assistente Social. I. Rauber Engelbrecht, Mari-
ze, orient. II. Título.

JULIANA FIRMINO FONZAR

INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social (PPGSS), área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marize Rauber Engelbrecht
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora

Profa. Dra. Cristiane Sander
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Membro Examinador

Profa. Dra. Ineiva Terezinha Kreutz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Membro Examinador

Toledo, 20 de agosto de 2024.

*Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que
tiram da terra seu sustento, sonhos e
esperança. Que um dia, seus direitos sejam
efetivamente reconhecidos, ampliados e
universalmente acessados.*

AGRADECIMENTOS

Matar o sonho é matar-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso.
(Fernando Pessoa)

A finalização desta dissertação marca um processo profícuo e profundo de (des)(re) construções: de concepções, questionamentos e do próprio objeto de pesquisa. A trajetória no mestrado materializou no cotidiano o quão desafiador é ser pesquisadora e trabalhadora no Brasil, tentando conciliar a paixão pela pesquisa, o exercício profissional como assistente social e o trabalho reprodutivo. No entanto, há muito o que agradecer.

Primeiramente, a Deus, pela força, pelo discernimento e pela proteção.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marize, que com muito respeito, paciência e generosidade me acompanhou, apoiou e incentivou. Meu afeto e gratidão por toda a vida!

Ao Klismann, parceiro de vida, pelo apoio, pela compreensão e pelo amor, mesmo diante das adversidades. Sua companhia me estimula a ser melhor. Te amo!

À Madu, pelo amor, pelo incentivo aos estudos e pela busca por autonomia. Você me ensinou, nas palavras e com a própria vida, que o conhecimento nos permite ir além. Amo você!

À Luli, irmã, amiga e confidente, por todo amor e acolhida: nós por nós, sempre! Amo você de todo meu coração!

Aos amigos, Thais e Dado, companheiros de jornada, por todos os bons momentos compartilhados, pelo apoio mútuo e, sobretudo, pela parceria. Viva os Três Sobreviventes!

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por prover um programa de pós-graduação *stricto sensu* no interior do Paraná, democratizando o acesso à educação e uma formação continuada tão relevante à categoria profissional dos assistentes sociais, por meio de um ensino laico, gratuito e de qualidade. Que mais pessoas possam ter acesso a essa rica oportunidade.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo, que acolhem seus discentes com respeito, compromisso e humanização. Gratidão por tantas contribuições à minha formação.

Aos gestores, José Jaime e Rafael, pela relação respeitosa, compreensão e liberação para o cumprimento dos créditos do mestrado.

Gratidão a todos/as que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho.

*“[...] Eu sou a fonte original da vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da coberta do teu lar.
A mina constante do teu poço.
Sou a espiga generosa do teu gado
e certeza tranquila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e paz.*

*Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.*

*A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.*

*E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno do meu seio
tranquilo dormirás.*

*Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho
do galho e das tulhas.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos”.*

O Cântico da Terra, Cora Coralina.

FONZAR, Juliana F. **Interfaces entre o trabalho profissional do/a assistente social e a questão agrária no Brasil**: um estudo a partir da produção do conhecimento no Serviço Social. 2024. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2024.

RESUMO

A questão agrária está no cerne da formação sócio-histórica do Brasil. Trata-se de uma expressão da *questão social* – campo fértil e complexo para a atuação de assistentes sociais. No entanto, é um tema pouco abordado na formação e nos espaços de debate e produção de conhecimento da categoria, o que incide em sua visualização, compreensão e análise pela categoria profissional. Este estudo tem como tema o trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito da questão agrária. Nesse contexto, é estabelecido como objetivo geral identificar e compreender as interfaces entre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais e a Questão Agrária no Brasil a partir da produção científica do Serviço Social, entre 2012 e 2022. Para alcançar esse objetivo, propõe-se um processo metodológico ancorado na abordagem qualitativa, com utilização de pesquisa exploratória, calcada no materialismo histórico-dialético. A trajetória metodológica envolveu a realização de pesquisa bibliográfica e documental a partir de teses e dissertações encontradas nos bancos de dados das bibliotecas e repositórios virtuais dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social da área 32 da CAPES; trabalhos de Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais; e Jornadas Internacionais de Políticas Públicas, no período de 2012 a 2022. Os resultados da pesquisa indicam que a produção científica do Serviço Social aborda o trabalho profissional do/a assistente social no rural, por meio de pesquisas de campo, bibliográficas, documentais e relatos de experiências, estabelecendo interfaces entre esse trabalho e a questão agrária, no âmbito da formação e da atuação profissional. Conclui-se que a categoria questão agrária deve ser mais aprofundada na formação profissional, a fim de fornecer subsídios para uma atuação profissional competente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Por ser expressão da *questão social*, a questão agrária representa um espaço propício para o trabalho profissional, que tem ocorrido, predominantemente, de modo mediado pela política social.

Palavras-chave: Questão Agrária; *Questão Social*; Serviço Social; Trabalho Profissional do/a Assistente Social; Rural.

FONZAR, Juliana F. **Interfaces between the professional work of social workers and the agrarian question in Brazil: a study based on knowledge production in Social Work.** 2024. 167 p. Dissertation (Master's in Social Work) – Western Paraná State University, Toledo, PR, 2024.

ABSTRACT

The agrarian question is at the core of Brazil's socio-historical formation. It is an expression of the social question – a fertile and complex field for social workers' practice. However, it is a topic that is seldom addressed in education and in the spaces for debate and knowledge production within the profession, which affects its visibility, understanding, and analysis by social workers. This study focuses on the professional work of social workers within the scope of the agrarian question. In this context, the general objective is to identify and understand the interfaces between social workers' professional work and the Agrarian Question in Brazil, based on the scientific production in Social Work from 2012 to 2022. To achieve this goal, a methodological process anchored in a qualitative approach is proposed, using exploratory research, grounded in historical-dialectical materialism. The methodological trajectory involved conducting bibliographic and documentary research based on theses and dissertations found in the databases of the libraries and virtual repositories of Social Work Graduate Programs, area 32 of CAPES; works from the The Brazilian Congresses of Social Workers (Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais - CBASs); and The International Public Policy Conferences (Jornadas Internacionais de Políticas Públicas - JOINPPs), from 2012 to 2022. The research results indicate that scientific production in Social Work addresses the professional work of social workers in rural areas through field research, bibliographic, documentary research, and experience reports, establishing interfaces between this work and the agrarian question in the context of professional education and practice. It is concluded that the agrarian question category needs to be further explored in professional education to provide subsidies for competent professional practice in the theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operational dimensions. As an expression of the social question, the agrarian question represents a suitable field for professional work, which has predominantly occurred through the mediation of social policy.

Keywords: Agrarian Question; *Social Question*; Social Work; Professional Work of Social Workers; Rural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ACAR/MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
AIA	Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social
AMP	Associação dos Municípios do Paraná
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i>
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS/PR	Conselho Regional de Assistentes Sociais do Paraná
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FETAEP	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
GTP	Grupo Temático de Pesquisa “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”
QAUASS	Social”
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR- PARANÁ	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater
IES	Instituição de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JOINPP	Jornada Internacional de Políticas Públicas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEP	Projeto Ético-político
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PJ	Personalidade Jurídica
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PR	Participação nos Resultados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UNESP	Universidade Estadual Paulista

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos países latino-americanos segundo Vânia Bambirra	21
Quadro 2 - Distribuição de créditos dos Planos Safra (ano-safra 2019-2020 a ano-safra 2023-2024).....	57
Quadro 3 - Relação de dissertações e teses coletadas na pesquisa.....	106
Quadro 4 - CBAS (2012-2022)	118
Quadro 5 - JOINPP (2012-2022).....	119
Quadro 6 - Trabalhos do CBAS por ano do evento.....	120
Quadro 7 - Trabalhos da JOINPP por ano do evento	122
Quadro 8 - Panorama das produções do CBAS (2012-2022)	123
Quadro 9 - Panorama das produções da JOINPP (2012-2022)	124

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, O CAPITALISMO DEPENDENTE E SUA ARTICULAÇÃO COM O ESTADO.....	18
1.1	TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A CONDIÇÃO ESTRUTURANTE DO CAPITALISMO PERIFÉRICO E DEPENDENTE	18
1.1.1	Nuances históricas e contemporâneas sobre o trabalho no Brasil no bojo do capitalismo dependente.....	24
1.1.2	Rebatimentos do modelo neoliberal nas relações de trabalho contemporâneas	33
1.2	ESTADO, POLÍTICA AGRÁRIA E POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO CAPITALISTA BRASILEIRO	39
1.2.1	Política social enquanto elemento estratégico do Estado capitalista	44
1.2.2	Política agrária, política agrícola e suas dimensões.....	48
1.2.3	Considerações sobre as Políticas públicas para a agricultura familiar a partir dos anos 1990	54
1.2.4	Breve panorama crítico sobre as políticas voltadas ao rural brasileiro.....	59
2	SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: PARTICULARIDADES E MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS.....	62
2.1	A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO	62
2.2	<i>QUESTÃO SOCIAL</i> E SUAS EXPRESSÕES NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA	76
2.3	PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL, QUESTÃO AGRÁRIA E SERVIÇO SOCIAL	85
3	INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL.....	98
3.1	PROCEDIMENTOS E PERCURSO METODOLÓGICO.....	98

3.2	OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	102
3.2.1	Os achados nos programas de pós-graduação	105
3.3	OS EVENTOS CIENTÍFICOS ELENCADOS PARA A PESQUISA: O CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	118
3.3.1	Os achados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e nas Jornadas Internacionais de Políticas Públicas.....	119
3.4	Trabalho profissional no rural e relações com a questão agrária: reflexões a partir da produção do conhecimento	144
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE A - Formulário de análise prévia das produções da pós-graduação da área de Serviço Social	163
	APÊNDICE B - Formulário para identificação/organização dos trabalhos provenientes dos CBASs e das JOINPPs	164
	APÊNDICE C - Formulário para análise das dissertações e teses	165
	APÊNDICE D - Formulário para análise dos trabalhos provenientes dos CBASs e das JOINPPs	167

INTRODUÇÃO

A formação sócio-histórica do Brasil é imbrincada com a questão agrária. O processo colonizatório marcado por um sistema de distribuição de terras baseado na alta concentração fundiária, pela exploração de recursos agrícolas e naturais voltados fortemente ao mercado externo e pela utilização de mão de obra escrava gerou consequências que se fazem presentes até a contemporaneidade. Este trabalho parte do entendimento de que a questão agrária é um desdobramento da *questão social* e diz respeito ao conjunto de estudos e interpretações que buscam explicar como se organiza a posse, propriedade e utilização da terra no contexto capitalista.

A questão agrária entendida como refração da *questão social* deve-se à compreensão de que o conflito proveniente das relações capital-trabalho se expressa nas atividades produtivas tanto do urbano como do rural¹. As relações capitalistas se difundem por toda a sociabilidade e, mediadas por outros componentes, incidem direta ou indiretamente em outras relações/questões que vão para além das trabalhistas, como a grilagem, o êxodo rural etc. (Sant’ana, 2019).

Embora trate-se de uma área em expansão para a atuação de assistentes sociais, o agrário é pouco abordado na formação profissional e conta com tímida expressão de pesquisas produzidas no bojo do Serviço Social. Nesse contexto, particularidades, como as expressões da *questão social*, que nele se manifestam, muitas vezes, costumam a ser identificadas e/ou assimiladas pelos profissionais.

Contudo, esse terreno, denso de complexidades, abre espaço para o trabalho profissional de assistentes sociais por meio de diferentes políticas públicas, seja na atuação indireta em municípios de pequeno porte, onde há forte predomínio de economias agrícolas e muitas demandas que chegam aos serviços públicos, como aos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs) e às Unidades Básicas de Saúde (UBSs), estão enviesadas pela questão agrá-

¹ Urbano e rural são espaços complexos, onde se dão as relações sociais. Embora muitas vezes tratados como opostos, são elementos em constante relação. De acordo com Bernardelli (2010), o urbano vai além do conceito de “cidade” ou de aglomerações populacionais. Está baseado na divisão técnica, social e territorial do trabalho. Há um predomínio de atividades não agrícolas, de serviços e comércio; maior densidade populacional; aspectos morfológicos específicos – tipos de imóveis/edificações, vias de transporte, divisão e uso do solo –; e a heterogeneidade social entre seus habitantes. No rural, costuma ocorrer uma maior articulação entre o espaço de trabalho e o espaço da vida, o uso do tempo se dá em maior relação com a natureza; ocorre dispersão populacional; o contato dos habitantes do rural com o meio natural tende a ser maior. No âmbito econômico, a agricultura é responsável por parte expressiva da renda e do emprego no rural, mas com as transformações no modo de produção capitalista, não é exclusiva, sendo que atividades não-agrícolas como atividades de lazer, empreendimentos de moradia e turismo rural têm crescido.

ria; seja na atuação direta em espaços do rural, como aldeias indígenas, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, territórios e organizações da agricultura familiar, por meio de políticas, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e convênios ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Nesse cenário, esta pesquisa tem como problemática norteadora: “Como as produções dos eventos científicos do Serviço Social e dos programas de pós-graduação da área tematizam o trabalho profissional do/a assistente² social no rural e quais interfaces estabelecem entre esse trabalho e a questão agrária?”.

Esta pesquisa se classifica como exploratória, bibliográfica e documental, tendo como fontes para a coleta de dados as produções dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social do país e trabalhos dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBASs) e das Jornadas Internacionais de Políticas Públicas (JOINPPs), entre 2012 e 2022. Ainda, a pesquisa é pautada na análise de conteúdos, em uma abordagem qualitativa, norteadas pelo materialismo histórico-dialético.

Cabe demarcar que a escolha pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* se deu porque o Serviço Social é uma área do conhecimento reconhecida pela Capes e entendeu-se como relevante verificar se e como o exercício profissional no âmbito da questão agrária vem sendo abordado durante o período proposto. Quanto aos eventos, optou-se pelo CBAS uma vez que ele tem abrangência nacional, com importante participação da categoria profissional; e a JOINPP foi escolhida por ter importante participação de profissionais e pela tradição de dedicar um de seus eixos à questão agrária.

O interesse pela temática nasceu a partir da atuação profissional desta pesquisadora como assistente social junto ao órgão oficial de ATER paranaense, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater (IDR-PARANÁ), desde agosto de 2018. Ao se inserir nesse espaço sócio-ocupacional, ela não conhecia significativamente sobre a política pública de ATER – o que demandou amplos estudos –, mas, sobretudo, ela não possuía compreensão sobre as múltiplas reverberações do avanço do capitalismo sobre o campo e a complexidade da questão agrária enquanto expressão da *questão social*. Nesse contexto, foi necessário o aprofundamento teórico sobre o tema, tanto na perspectiva da formação sócio-histórica do país quanto de suas configurações contemporâneas; bem como uma imersão na realidade con-

² Neste trabalho, o termo “assistente social” enquanto categoria profissional será apresentado tanto na forma feminina quanto na masculina, em consideração ao contexto profissional, enfatizando a diversidade de gênero que compõe a profissão. Nos demais casos, porém, para fins de padronização do texto, seguiremos o padrão da língua portuguesa, adotando a forma neutra.

creta de atuação, traçando leituras institucionais e principalmente, do rural: as realidades e relações sociais, econômicas e políticas em que agricultores familiares e trabalhadores estão inseridos.

Já no processo de levantamento de materiais, a partir da inserção profissional, observou-se a parca produção do Serviço Social sobre a questão agrária, principalmente no que diz respeito às relações do exercício profissional com ela.

Durante as discussões do mestrado, o interesse pelo tema foi amadurecido e, diante da necessidade de ajuste da pesquisa, com a alteração do enfoque de pesquisa de campo para bibliográfica, construiu-se como **objetivo geral**: identificar e compreender as interfaces entre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais e a Questão Agrária no Brasil a partir da produção científica do Serviço Social, entre 2012 e 2022.

Visando sua consecução, são **objetivos específicos**: a) compreender a categoria “trabalho” e suas configurações históricas e atuais no capitalismo periférico e dependente; b) apreender o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo e a questão agrária na formação social brasileira; c) explicitar a centralidade da ação do Estado no capitalismo periférico dependente e suas dimensões políticas e econômicas na questão agrária; e d) analisar a produção do conhecimento sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais no rural e suas relações com a questão agrária no Brasil nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social, nos Congressos Brasileiros de Serviço Social e nas Jornadas Internacionais de Políticas Públicas, entre 2012 e 2022.

O trabalho está organizado em três capítulos inter-relacionados. O primeiro aborda o trabalho e a superexploração da força de trabalho enquanto condições fundamentais do capitalismo periférico e dependente; traz aspectos históricos e mais recentes sobre o trabalho no Brasil, o qual, assim como outros países da América Latina, foi forjado e amadurecido em um capitalismo com contornos particulares; e busca tratar dos posicionamentos e das ações do Estado nesse contexto, bem como das políticas públicas voltadas ao rural brasileiro, com ênfase na política social e política agrária. Para tanto, reporta-se, principalmente, à Bamberger (2019), Marini (1973), Prado Junior (1993), Antunes (2006, 2018) e Soares e Burginski (2021).

O segundo capítulo se volta ao Serviço Social no âmbito da questão agrária. Para tanto, busca situar o capitalismo dependente brasileiro; discutir a *questão social* e suas manifestações no contexto da questão agrária; e debater sobre a profissão, seu Projeto Ético-político hegemônico e a questão agrária, com embasamento em estudos de Stedile (2013), Guerra e

Batista (2021), Iamamoto e Carvalho (2011), Iamamoto (2004, 2015) e Sant’Ana (2012, 2019).

O terceiro traz os procedimentos e o percurso metodológico da pesquisa; as considerações sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu*, os CBASs e as JOINPPs – espaços elencados para o levantamento da amostra desta pesquisa; e os principais achados que a pesquisa proporcionou, assim como uma análise da pesquisadora. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com reflexões a partir da construção estabelecida.

1 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, O CAPITALISMO DEPENDENTE E SUA ARTICULAÇÃO COM O ESTADO

1.1 TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A CONDIÇÃO ESTRUTURANTE DO CAPITALISMO PERIFÉRICO E DEPENDENTE

O trabalho é categoria fundante do ser social. É por meio dele que homens e mulheres intervêm e transformam a natureza para satisfazer suas necessidades materiais e subjetivas, produzir bens e criar os valores que formam a riqueza socialmente construída. No entanto, embora pressuponha relação com a natureza, o trabalho humano se difere daquele dos animais.

Nesse contexto, Netto e Braz (2007), alinhados à concepção marxiana, diferem as atividades naturais, do trabalho. Ainda que alguns animais interfiram de modo bastante elaborado na natureza, como as abelhas, eles o fazem de modo automatizado; enquanto o trabalho é imanente ao homem, pois pressupõe planejamento, intencionalidade: a capacidade teleológica do ser social.

Para os autores, o trabalho requer um movimento inseparável em dois planos: “[...] num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza), assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua [...]” (Netto; Braz, 2007, p. 32).

De acordo com Lukács (1986), a essência do trabalho humano está no fato de que ele surge em meio à luta pela existência e todos seus estágios são produtos da autoatividade do homem. O trabalho nasce quando o homem se empenha física e psiquicamente para responder suas necessidades, sejam elas históricas, sejam eternas, em uma constante relação com as dimensões orgânica e inorgânica da sociedade. Assim, o trabalho é necessariamente teleológico, ou seja, pressupõe intencionalidade e planejamento em suas ações. Ao fabricar um móvel, uma ferramenta, uma peça de vestuário, seja qual item for, o ser humano o idealiza, isto é, a partir da matéria natural, realiza seus objetivos, produzindo novas objetividades.

Em outras palavras, o homem articula dialeticamente seus conhecimentos e, dotado de intencionalidade em suas ações, transforma a natureza e sua realidade, produzindo, assim, uma práxis – que resulta não apenas em produtos materiais, mas também em ideais e valorativos. Nesse sentido, a subjetividade do ser é objetivada na natureza/sociedade.

Contudo, embora dotado de capacidade transformadora, o homem interfere no meio ambiente e constrói sua vida não apenas como deseja, mas de acordo com as possibilidades

que as condições objetivas lhe impõem. Nessa conjuntura, a realidade objetiva também é subjetivada e influencia a forma de ser do sujeito e sua maneira de intervir na natureza.

Na sociedade capitalista, o trabalho deixa de visar apenas o atendimento das necessidades humanas e volta-se à produção de lucro. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, a única riqueza da classe trabalhadora, que a vende aos donos dos meios de produção para a manutenção de sua vida. Enquanto isso, o capitalista obtém lucro por meio da mais-valia absoluta e relativa³. O trabalho, que deveria ser a finalidade básica do ser social, viabilizador de sua realização, converte-se em meio de subsistência.

Para Antunes (2006), essa realidade leva a um processo de estranhamento, pois, em vez de satisfazer as necessidades do homem, o trabalho é, sobremaneira, um meio para alcançar o objetivo do patrão. Isso acontece porque o modo de produção capitalista visa apenas à acumulação da riqueza socialmente produzida, para apropriar-se cada vez mais da propriedade privada e dos meios de produção, condicionando o trabalhador a precárias condições e tornando o trabalho alienado, ou seja, aquele que impede ou limita o homem de usar plenamente a teleologia e de escolher as alternativas para sua realização.

Evidencia-se, pois, que o processo de exploração da mão de obra trabalhadora é ineliminável da sociedade do capital, assim como sua contradição: a riqueza é socialmente produzida, mas apropriada por apenas uma pequena parcela da população.

No capitalismo, em diferentes períodos históricos e países, o processo de trabalho tomou formas particulares, conferindo-o distintas variações e desdobramentos. Assim, esse tópico se concentrará em alguns de seus contornos históricos e contemporâneos no contexto latino-americano, sobretudo no brasileiro, marcado pelo capitalismo periférico dependente. Ressalta-se que não há a pretensão de esgotar as discussões sobre o assunto, mas sim de introduzir e estimular uma reflexão no bojo do pensamento crítico.

A dependência aqui referida é conceituada por Marini (1973) como “[...] uma relação

³ De acordo com Netto e Braz (2008, p. 64, grifo nosso), “Um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente consiste na extensão da jornada de trabalho sem alteração do salário: aumentando-se a duração da jornada [...], conserva-se a mesma duração do tempo de trabalho necessário e acresce o tempo de trabalho excedente. Esse modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como produção de **mais-valia absoluta** [...]”. No que diz respeito a **mais-valia relativa**, colocam que “Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário: se se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. [...] A redução do tempo de trabalho necessário implica que se reduza o valor da força de trabalho, ou seja, que caia o valor dos bens necessários à sua reprodução (alimentação, vestuário, habitação etc.); esse resultado se obtém com a redução do tempo de trabalho necessário à produção dos bens consumidos pelos trabalhadores, mediante a introdução de inovações tecnológicas e o aproveitamento das conquistas científicas na sua elaboração [...]”.

de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência [...]”.

Segundo Fernandes (2009), desde os períodos da “conquista”, os povos da América Latina só conheceram a modernização induzida e dependente. O autor coloca que houve quatro momentos/tipos de dominação externa, a saber:

O primeiro foi a antiga fase colonial, em que as metrópoles colonizadoras exploravam de modo ilimitado as terras sob seu domínio, desenvolvendo mecanismos legais para assegurar os interesses das coroas, estabelecendo um controle do processo nos diferentes níveis de decisão por meio de seus agentes.

O segundo foi o neocolonialismo, marcado pelo surgimento de um mercado capitalista propriamente moderno, que exigiu novas instituições, técnicas sociais e orientações de valores. Esse cenário reduziu os antigos moldes de dominação – dos momentos iniciais da colonização –, mas manteve o enfoque na produção para exportação em detrimento do pleno abastecimento e desenvolvimento interno.

O terceiro tipo de dominação externa emergiu como consequência da reorganização da economia mundial provocada pela Revolução Industrial na Europa. Essa conjuntura passou a demandar um padrão de modernização ao mesmo tempo intensivo, extensivo e exigente, em um movimento de avanço imperialista, em que

Já não se tratava apenas de dar o impulso e captar os resultados; mas de fornecer, juntamente com ideias, instituições, técnicas e valores sociais, o dimensionamento da economia, da cultura e da sociedade (como devem organizar-se e funcionar escolas, empresas industriais ou financeiras, o exército, a família, o Estado etc.) (Fernandes, 2009, p. 131).

As influências externas passaram a atingir todas as esferas da economia, da cultura e da sociedade, tornando a dominação externa imperialista e consolidando o capitalismo dependente como uma realidade histórica na América Latina.

O quarto momento surgiu, mais recentemente, com a expansão das grandes corporações nos países latino-americanos, trazendo novos padrões de concorrência, planejamento, propaganda de massa e controle interno das economias dependentes a partir dos interesses externos; tudo isso, no bojo do Capitalismo Monopolista em seu estágio financeiro.

De acordo com Bamberger (2019), a formação, a configuração e o desenvolvimento das sociedades latino-americanas ocorreram por meio de uma relação de dependência em relação aos centros hegemônicos, intensificada após a Segunda Guerra Mundial, quando se estabele-

ceu uma integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico, sobretudo o americano. “Este novo caráter se deve à expansão dos consórcios monopolistas multinacionais, como resultado de todo um complexo processo de concentração, monopolização e centralização ocorrido na indústria dos Estados Unidos (EUA)” (Bambirra, 2019, p. 55).

No entanto, os países latino-americanos possuíam distintas peculiaridades econômicas, políticas e sociais, conforme suas histórias. Nesse contexto, como metodologia de análise, Bambirra (2019) propôs a divisão desses países em três grupos: A, B e C.

Quadro 1 - Características dos países latino-americanos segundo Vânia Bambirra

TIPO/GRUPO	COMPONENTES	INDUSTRIALIZAÇÃO
A: Países com início antigo de industrialização.	Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e Uruguai.	• Iniciaram um processo de industrialização antes do pós-guerra.
B: Países cuja industrialização foi produto da integração monopólica.	Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba.	• Industrialização ocorreu no pós-guerra.
C: Países com estrutura agrário-exportadora, sem diversificação industrial.	Paraguai, Haiti e Panamá ⁴ .	• Haiti e Paraguai, até a 1ª edição do estudo de Bambirra (redigido em 1970, publicado em 1972) não tinham iniciado sua industrialização.

Fonte: Adaptado de Bambirra (2019).

No caso dos países de tipo A, como o Brasil, a indústria nasce em um contexto de capitalismo mundial, e eles têm uma função produtiva definida como exportadores de produtos primários, de modo que em cada um deles o setor econômico central é o exportador.

Conforme a autora (2019), a indústria desses países nasceu dependente das exportações. Com seu amadurecimento, gestou uma independência relativa, fortalecendo um mercado interno – ainda que tímido – e promovendo uma paulatina substituição das importações. Contudo, nunca deixou de precisar das exportações para sobreviver e se expandir.

Quanto aos países de tipo B, suas economias eram um prolongamento das economias de suas respectivas metrópoles – conforme cada histórico de colonização. Os lucros gerados eram canalizados para as metrópoles. Ainda que houvesse o emprego de mão de obra nacional, o mercado interno se tornava uma extensão do mercado metropolitano, pois muitos produtos ali consumidos eram trazidos da metrópole. Essa realidade fez com que a industrialização só se desenvolvesse em tais países no período pós-guerra.

Com o fim da Segunda Guerra, o mundo foi dividido em dois blocos antagônicos: o

⁴ A autora informou que não obteve dados suficientes para uma classificação rigorosa desse país.

socialista, liderado pela União Soviética, e o capitalista, encabeçado pelos EUA – país que saiu altamente fortalecido do conflito nos âmbitos tecnológico, científico, produtivo e financeiro.

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através de acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis [...] (Bambirra, 2019. p. 123).

O fragmento evidencia os âmbitos nos quais o capitalismo periférico foi se integrando ao central, perpassando a produção, comercialização e finanças – nesse contexto, o apoio à industrialização por meio de vultuosos empréstimos foi estratégico –; a política, com forte influência ideológica; e a cultura, incidindo nos modos de vida.

A mesma autora infere que, a partir de 1945, a dependência começa a ter um novo caráter, marcado pela entrada sistemática de capital estrangeiro nos setores manufatureiros – os mais dinâmicos das economias dos países dependentes. Esse processo gerou como consequências: o desenvolvimento de novos setores e ramos produtivos industriais, mas sob controle e domínio do capital estrangeiro; a instalação de grandes empresas que, muitas vezes, absorvem empresas nacionais por meio de compras, fusões, associações etc., demarcando o acirramento da monopolização, a concentração e a centralização da economia; a progressiva desnacionalização da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais; e a integração cada vez mais articulada dos interesses das empresas estrangeiras com os das classes dominantes locais (Bambirra, 2019, p. 126).

Nessa conjuntura, as burguesias dos países de tipo A, que tinham começado um processo de desenvolvimento mais ou menos autônomo e nacional, vão se alinhando cada vez mais aos ditames do imperialismo. Já nos países de tipo B, o seu desenvolvimento industrial foi financiado pelo capital estrangeiro, mantendo-os em uma condição de total dependência.

Com a gradual integração das classes dominantes ao imperialismo, as classes populares foram afetadas, uma vez que ocorreu a ruptura dos esquemas nacionalistas e das concessões que as burguesias latino-americanas relativamente preconizavam. Isso inflamou os mo-

vimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida.

Considerando os estudos de Florestan Fernandes (2009) e Vânia Bambirra (2019), é importante salientar que o *subdesenvolvimento* dos países latino-americanos não é resultado de atraso cultural, pobreza ou gestão ineficiente das economias nacionais, mas de um movimento amplo do capitalismo mundial, no qual esses países primeiro tiveram suas riquezas amplamente exploradas e depois foram inseridos em uma dinâmica econômica em que, sob novos moldes, permanecem atendendo os interesses dos países centrais, em uma relação de dependência.

Santos (2012) se embasa em Chesnais (1996) para afirmar que os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento tendem a se concentrar em um grupo de países centrais, os quais ela chama de “tríade”: Estados Unidos, Japão e União Europeia, o que geraria uma “desconexão forçada” em relação aos demais países, e ela continua:

Ocorre, assim, uma espécie de rearranjo na divisão internacional do trabalho: cabe aos países “desconectados”, quando muito, o papel de exportadores de produtos industriais tradicionais já que estão fora da rota de transferência de tecnologia e dos acordos de cooperação tecnológica. Acentua-se ainda as características desses países como importadores de produtos de alta tecnologia, fazendo sua intermediação, na ótica da burguesia nacional, um “novo-velho” espaço de valorização de capitais (Santos, 2012, p. 102).

Nesse contexto, observa-se países latino-americanos, entre eles o Brasil, com a forte marca da exportação, principalmente de produtos primários, mas que são canais de importação de tecnologias e itens desta área dos países centrais, em um processo que duplamente favorece os *países desenvolvidos*.

Para Marini (1973), a essência da dependência da América Latina está na seguinte contradição: esta é “[...] chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais [mas] teve de fazê-lo mediante a acumulação baseada na superexploração do trabalho [...]”.

Segundo o autor, essa superexploração é integrada por três mecanismos: “[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho [...]” (Marini, 1973). Desse modo, o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e frequentemente são negadas aos trabalhadores as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho.

Luce (2012), alinhado à perspectiva de Marini, afirma que a superexploração se caracteriza por um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho

abaixo de seu valor e o antecipado esgotamento físico e psíquico do trabalhador.

Quando o trabalhador é submetido ao aumento da carga horária de trabalho, a ritmos de produção mais intensos e quando a atualização do valor histórico-social de sua força de trabalho não é reconhecida por meio do pagamento que ele recebe, ocorre superexploração.

De acordo com Stedile (2013), o trabalho agrícola brasileiro vivencia a superexploração.

Entre os camponeses, pelo aumento da jornada de trabalho, pelo envolvimento de toda família e pela baixa remuneração recebida. Entre os proletários rurais, empregados do agronegócio, há uma superexploração relativa em função da comparação dos seus salários, que são maiores do que dos camponeses, mas muito menores do que seus equivalentes trabalhadores das mesmas commodities agrícolas em outros países do mundo. Em média, os trato-ristas brasileiros recebem apenas 20% do salário de seu equivalente nos países do hemisfério norte para trabalhar na mesma produção de soja, milho etc. (Stedile, 2013, p. 32).

O trabalho em condições precárias existente em diferentes espaços do campo e da cidade é marca histórica nos países dependentes e o capitalismo periférico dependente o tem como condição central.

Dito isso, com a expansão do modo de produção capitalista, bem como as metamorfoses produtivas e sociais dele, há uma intensificação da precariedade e da superexploração, ou seja, a superexploração não é novidade na América Latina e nas terras brasileiras. A seguir, discutir-se-á o trabalho no contexto brasileiro, onde a desvalorização da força de trabalho é latente desde a colonização.

1.1.1 Nuances históricas e contemporâneas sobre o trabalho no Brasil no bojo do capitalismo dependente

No Brasil, país delineado pela colonização predatória europeia, o trabalho – na concepção capitalista – nasce marcado pela exploração da mão de obra e desrespeito aos modos de vida e cultura dos indígenas, inicialmente para produzirem riquezas para a metrópole Portugal. Nas primeiras décadas da colonização, não havia interesse efetivo da Coroa Portuguesa em povoar o Brasil, pois seu foco de movimentação econômica estava nas Índias e os portugueses não viam grandes possibilidades lucrativas nas terras brasileiras. O interesse em povoar as terras tupiniquins só viria anos mais tarde, uma vez que o interesse e incursões francesas aumentavam pelo território.

Nesse contexto, começaram a desmatar a árvore nativa pau-brasil e traficá-la para uti-

lização no ramo europeu de tinturaria. Para isso, utilizavam-se da força de trabalho indígena, que era retribuída com pequenos artefatos como “[...] miçangas, tecidos de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos [...] de valor ínfimo para os traficantes [...]” e quando necessário facilitar e agilizar o serviço com “[...] ferramentas mais importantes e custosas: serras e machados [...]” (Prado Júnior, 1993, p. 25)

Segundo Prado Júnior (1993), dadas as condições climáticas favoráveis e o alto valor no mercado europeu, a principal atividade agrícola a partir da implantação das capitanias hereditárias passou a ser a cana-de-açúcar, plantada em grandes extensões de terra, demandando expressiva mão de obra, desde seu o plantio até a fabricação do açúcar. Novamente, a mão de obra indígena era utilizada, já que, além de pequena a população portuguesa na colônia, os migrantes não tinham perspectiva de trabalhar de modo assalariado, mas de serem latifundiários. Esse processo de escravidão foi se tornando cada vez mais problemático: os adereços pagos pelos serviços já não eram mais interessantes e muitos indígenas tinham dificuldades em se adaptar com a estadia fixa e rotina/disciplina da atividade agrícola, o que aumentou as fugas e os conflitos, além de intensificar a vigilância e o trabalho forçado.

Além da tensão mencionada, os indígenas eram considerados pouco eficientes e de baixa resistência física⁵. Assim, os portugueses passaram a uma alternativa de exploração da força de trabalho: o tráfico de africanos para fins de escravidão. É oportuno destacar, porém, que esse processo não se deu de modo idêntico e linear em todas as capitanias. A “aquisição” de africanos custava caro, logo, territórios mais ricos fizeram a transição mais rapidamente, enquanto os mais pobres não extinguiram totalmente a mão de obra indígena.

Entre os séculos XVII e XVIII, com destaque para as primeiras décadas deste último, desenvolveu-se uma intensa exploração de minérios, sobretudo de ouro e diamantes. Esse período contribuiu muito para a ampliação da ocupação do centro-sul brasileiro. Portugal se beneficiava expressivamente da mineração, recebendo tributos sobre a quantidade de produtos encontrados. É oportuno demarcar que essa atividade entrou em declínio no final do século XVIII. Nota-se na atividade mineradora uma realidade mista de trabalho, na qual homens livres e escravizados trabalhavam no mesmo espaço.

Em meados do século XVIII, o algodão, por meio do plantio e da comercialização, ganhou destaque na economia brasileira, passando a ser um dos principais produtos de exporta-

⁵ “Os *índios* tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles [...]” (Fausto, 2015, p. 45).

ção. A força de trabalho que movia a atividade era de escravos africanos.

A estadia da Família Real (1808-1821) trouxe avanços importantes ao Brasil, como a revogação da lei que proibia manufaturas, a construção de estradas, melhorias nos portos, ações de incentivo à imigração de colonos europeus, entre outras transformações econômicas, políticas e sociais que contribuíram para a posterior Independência – ao menos do ponto de vista político.

A escravidão foi perdendo sua base moral entre a opinião comum e mesmo entre setores mais conservadores. Após a Independência, as críticas sobre ela se generalizaram, fortalecendo o Movimento Abolicionista, mas ainda haveria vários anos desse regime pela frente.

Em 1850, foi proibido o tráfico transatlântico de africanos – por meio da Lei Eusébio de Queiroz. Essa decisão foi bastante influenciada por pressões internacionais. Todavia, isto não cessou a movimentação de escravos dentro dos limites brasileiros, com o envio deles de regiões mais decadentes para outras que estavam mais centrais para a economia. Prado Junior (1993, p. 174) chama atenção para o fato que, com o fim do tráfico e a expansão da cafeicultura, sobretudo, no Sudeste, “[...] a lavoura logo se ressentirá da falta de braços e o problema se agravará de ano para ano [...]”. Nesse cenário, o governo tenta – mas sem sucesso expressivo – algumas medidas buscando conservar e estimular o aumento da escravatura, como normativas visando à proteção da saúde física dos escravos e a não separação de famílias.

Alguns anos antes da criação dessa lei, mediante a decadência escravagista, o governo ampliou a política de povoamento⁶ na perspectiva colonizatória, mantendo a lógica de organização de núcleos e desenvolvendo uma nova modalidade: a fixação de colonos nas grandes fazendas, para atuarem como subordinados, em regime de parceria. A princípio, essa alternativa funcionou, mas logo começaram intempéries geradoras de descontentamentos, como o relacionamento dos fazendeiros com os imigrantes – acostumados com o mando incondicional da atuação com escravos, os senhores de terras não primavam pela cortesia e consideração com seus funcionários/parceiros europeus. Muitos contratos eram assinados ainda na Europa, redigidos com várias cláusulas mal escritas ou de má-fé que prejudicavam os trabalhadores. Esses e outros agravos foram levando a uma má-reputação das condições de trabalho e tratamento no Brasil, sendo que alguns países passaram a desestimular a imigração para cá.

Até então, não havia uma regulamentação explícita das relações de trabalho entre imigrantes e patrões/fazendeiros. Nesse contexto, nas relações de parceria, muitas vezes não fica-

⁶ Nessa época havia ações do governo para o incentivo à imigração, mas também ações autônomas de grandes fazendeiros/homens de grandes posses.

va claro se a parte que o funcionário/imigrante recebia era justa. Geralmente, havia expressiva exploração contratual sobre eles.

Essa realidade foi mudando a partir do agravamento da crise escravagista, sendo que o governo brasileiro passou a se responsabilizar integralmente pela imigração, “[...] limitando-se a fazer a propaganda nos países emigratórios e pagando o transporte dos imigrantes até o Brasil [...]” (Prado Junior, 1993, p. 189), onde eles eram distribuídos em diferentes fazendas, conforme a demanda/os pedidos realizados. Esse processo foi denominado de imigração subvencionada e ocorreu mais fortemente na região sudeste, nas fazendas cafeeiras. Nesse contexto, foi abandonado o sistema de parcerias e passou-se a adotar apenas a remuneração em dinheiro.

Com a ampliação dos debates e requisições do Movimento Abolicionista, em 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que previa que os filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. No entanto, ainda que o nascido possuísse status de livre, era facultado ao seu senhor mantê-lo trabalhando dos 8 (oito) aos 21 (vinte e um) anos ou receber uma indenização do Estado. Em 1885, foi criada a Lei do Sexagenário, que previa a liberação dos escravos que completavam 60 (sessenta) anos, com a respectiva indenização estatal aos proprietários.

As medidas governamentais em torno da escravatura não se deram por solidariedade de classe ou benesse do Estado, mas pela crescente articulação e pressão de vários setores, como o Movimento Abolicionista que era amplo e contava jornalistas, intelectuais, políticos, religiosos e membros da classe média e alta que se opunham à escravidão; as Sociedades Abolicionistas, que promoviam o debate sobre o assunto; a pressão internacional, principalmente da Inglaterra; e as várias formas individuais e coletivas de resistência negra, como as fugas e formação de quilombos e a organização de revoltas. A abolição da escravidão aconteceu em 1880, com a promulgação da Lei Áurea.

O destino dos libertos variou de acordo com as regiões brasileiras, mas, fatidicamente, houve um acirramento da desigualdade social. De acordo com Fausto (2015, p. 189), “[...] a opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social [...]”.

Cabe observar o posicionamento do Estado, sempre a favor da classe dominante: desenvolvendo medidas para conservação e ampliação da escravidão; subvencionando a vinda de imigrantes para composição de mão de obra; implementando medidas *abolicionistas* graduais e ineficientes visando acalmar os ânimos e manter o regime por mais tempo; e garantin-

do que os donos de terras não fossem colocados em situação desvantajosa. Por outro lado, a partir da abolição, esse mesmo Estado não viabilizou o mínimo de suporte público a uma população expressiva, que, com sua força de trabalho, por séculos, foi a principal produtora de riquezas do Brasil, sofrendo da alta exploração, maus-tratos e ausência de direitos.

Ainda que em um contexto dotado de particularidades quando comparado a outros países, isto é, predomínio de economia agrícola pautada na exportação e uma discussão/abolição tardia das relações escravagistas, enquanto em países centrais já se vivenciava plena industrialização e lutas da classe operária, visualiza-se um Estado brasileiro pronto para a defesa de interesses do poder dominante – o dos capitalistas.

Prado Junior (1993) coloca que a primeira metade do século XIX no Brasil foi de uma transição e ajustamento à situação criada pela Independência (1822) e autonomia nacional em relação à Metrópole, bem como pelos desdobramentos econômicos, financeiros, políticos e sociais causados pela instalação da corte portuguesa desde 1808. A segunda metade foi marcada por uma grande transformação econômica – a maior da história brasileira, segundo o autor –, com o alargamento das forças produtivas e o remodelamento da vida material.

Várias indústrias manufatureiras, bancos, empresas de colonização, de mineração e de transporte urbano foram criados e ampliou-se a construção de estradas de ferro e várias modalidades de comércio. Mesmo com o espraiamento e desenvolvimento capitalista para outros setores, a agricultura voltada à exportação – principalmente o café – ainda era central na economia e nesse contexto, garantindo ampla margem de lucros aos fazendeiros.

Um ponto oportuno a destacar é que a implantação das indústrias e grandes obras estruturais ocorridas nesse período se deram financiadas por capital estrangeiro, com destaque para o inglês. Prado Junior (1993, p. 195) destaca o papel do Estado no processo de levantamento de recursos para o apoio às iniciativas privadas: o Estado, “[...] no mais das vezes, não servirá senão de empresário, levantando empréstimos no exterior para realizar os empreendimentos. Em outros casos, como se deu na maior parte das estradas de ferro, intervirá apenas estimulando o capital estrangeiro com a concessão de garantia de juros [...]”.

Outro ponto relevante é sobre a questão da mão de obra nos centros urbanos, para as indústrias e os empreendimentos em ascensão: uma numerosa população livre, mas pobre, marginalizada, que não se encaixava no binômio *senhor-escravo*, que por tantos anos perdeu no país, e suscetível a vender sua força de trabalho por baixos preços.

Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não podia se entrosar normalmente no organismo econômico e so-

cial do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resulta em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. Ambos se disseminavam largamente em todas as regiões com certa densidade demográfica. A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão de obra. E que será a origem do proletariado industrial brasileiro [...] (Prado Junior, 1993, p. 198).

Embora não se concorde com as caracterizações da citação, é inegável que ela retrata como essa população era vista, como foi lucrativa aos donos dos meios de produção sua incorporação à nova dinâmica econômica e como nasceu o operariado industrial brasileiro: marcado pela ampla exploração e apropriação da mais-valia.

Mesmo em crescimento, os números gerados pelas indústrias ainda não eram muito expressivos. Nos últimos anos do Império, a produção de café seguia em franca expansão, sendo a principal cultura agrícola do país, seguido, mais modestamente pelo açúcar, algodão, cacau e pela borracha. Esses produtos juntos formavam quase que a integralidade das exportações.

Incongruentemente, esse país agrário e amplo em território cultivável, com suporte de crédito de bancos internacionais, seguia importando quantidades significativas de gêneros alimentícios para o consumo de sua população, reforçando a primazia da maximização de lucros por meio do abastecimento a países centrais em detrimento da criação de melhores condições de vida para o povo, abrindo mão, inclusive, de defender condições básicas de soberania alimentar.

O autor também comenta sobre a dependência, cada vez maior, do capital estrangeiro. Com o estabelecimento da República, não só o governo nacional buscava crédito no exterior. Os estados, agora mais autônomos, também começam a fazer grandes empréstimos públicos, o que expandia significativamente a dívida externa⁷.

A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda uma vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora do seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia porque o tornava mais dependente. Os efeitos desta contradição logo serão sentidos: no auge da prosperidade começarão a abater-se sobre o Brasil

⁷ Na Proclamação da República, a dívida externa do Brasil era de cerca de 30 milhões de libras. Em 1910, chegava a quase 90 milhões. Já em 1930, chegou à marca dos 250 milhões (Prado Junior, 1993, p. 211).

as primeiras crises e desastres graves que comprometerão irremediavelmente o futuro da sua organização econômica (Prado Junior, 1993. p. 211).

Com os efeitos da crise de 1929 e as mudanças políticas no Brasil e na Europa, a partir de 1930, a entrada de imigrantes para a composição da força de trabalho deixou de ser significativa. Inclusive, ocorreram muitos retornos aos países de origem.

Com a ampliação da economia urbano-industrial e consequente formação de uma camada trabalhadora nas cidades, o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) estabeleceu uma política trabalhista que, segundo Fausto (2015, p. 286), “[...] teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo [...]”. Nesse sentido, em 1930, ele criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e instituiu leis de proteção ao trabalhador, como a regulamentação do trabalho entre mulheres e “menores”, o limite de trabalho de oito horas diárias, o descanso remunerado e a concessão de férias.

Cabe demarcar que o operariado urbano em formação não contava com a mesma consciência e organização que o europeu, porém havia imigrantes europeus – alguns de inspiração socialista, outros, anarquista – em sua composição, que conheciam as lutas proletárias e foram suscitando uma gradual discussão e articulação no cenário brasileiro. A greve geral de 1917 foi um marco de grande expressão nesse sentido. Segundo Westin (2017), “[...] 50 mil operários (10% da população paulistana) paralisaram praticamente todas as fábricas de São Paulo [...]” – o que durou uma semana, contou com episódios de violenta repressão contra grevistas e resultou em cerca de 200 mortos.

Nessa conjuntura, a concessão de direitos aos trabalhadores no governo de Vargas não se tratou de benevolência estatal, mas estratégia contra conflitos sociais e manutenção do *status quo*. Tratou-se de uma regulamentação tardia do trabalho e focada nas relações urbanas.

De acordo com Suzigan (1988), a partir dos anos 1950 o Estado passou a desempenhar um papel mais ativo de apoio à industrialização articulando capital privado nacional, capital estrangeiro e aparato estatal, aumentando a proteção do mercado interno e fomentando o desenvolvimento industrial, principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da concessão de financiamentos. Houve um aumento importante das indústrias de base, automobilísticas e de bens de consumo duráveis.

Se, nos anos 1920, o Estado tinha seu olhar mais voltado à economia agrícola, sem ações robustas de fomento à industrialização, observa-se, nos anos 1950, um aparato estatal alinhado com a ampliação da indústria brasileira, da economia e do capital urbano. Vale lembrar que esse período foi marcado pelo desenvolvimentismo e maior alinhamento com o im-

perialismo mundial. A partir dos anos 1960 e durante o Regime Militar, continuou um processo significativo de crescimento industrial e urbanização, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista de modernização.

Entre fins dos anos 60 e meados dos anos 70 [...], a implementação de políticas macroeconômicas expansionistas, a criação de um sistema de promoção de exportações de manufaturados, o desenvolvimento do sistema financeiro e o subsídio à formação de capital industrial aceleraram a industrialização. Na segunda metade da década de 1970, o planejamento de um novo ciclo de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos e bens de capital, ainda que à custa de maior endividamento externo, permitiu integrar a estrutura da indústria e consolidar a industrialização do país (Suzigan, 1988, p. 503).

Entre meados do século XX e a década de 1970, a indústria brasileira, seguindo os moldes do imperialismo internacional, adotou o modelo de produção fordista – um sistema de produção em massa desenvolvido por Henry Ford, em 1914. Esse modelo teve grande capilaridade e se consolidou em empresas de todo o mundo após a Segunda Guerra, embasando a indústria e o processo de trabalho capitalista ao longo do século XX. Entre suas características estão a produção em massa por meio da linha de montagem e a priorização de produtos mais homogêneos – pouca variedade –, por meio de um trabalho parcelar, com uma marcante separação entre elaboração e execução no processo. As atividades repetitivas e maçantes tornavam o trabalho bastante desgastante, mas não exigiam ampla qualificação profissional. O grande número de unidades fabris concentradas e verticalizadas contribuía para a formação do operário-massa.

Em muitos países desenvolvidos, concomitante a essa forma de produção, foram estruturados sistemas de proteção social com investimentos significativos na expansão de políticas sociais como saúde, assistência social, educação e habitação e na universalização de direitos sociais ligados ao trabalho. Tratou-se do *Welfare State*, que, articulado com o fordismo/taylorismo, resultou em um padrão de acumulação que por quase trinta anos manteve “o pacto de classes” e ficou conhecido como as três décadas gloriosas⁸ do capitalismo monopolista. No Brasil, no entanto, as políticas públicas eram fragmentadas, voltadas sobretudo à população urbana, vinculada ao mercado de trabalho formal.

Uma série de fatores conduziram a uma recessão generalizada internacional do sistema

⁸ “Os 30 anos gloriosos – do pós-guerra até meados dos anos 1970 – marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiada em uma organização da produção de bases tayloristas e fordistas, como estratégias de organização e gestão do processo de trabalho. Redundaram em ganhos de produtividade e um certo reconhecimento do poder sindical da classe operária [...]” (Iamamoto, 2004, p. 29).

capitalista que ocorreu entre 1974 e 1975 e reverberou efeitos nos anos seguintes. Harvey (1993 *apud* Netto, 1996) coloca que a crise dos anos setenta levou à exaustão do padrão capitalista baseado no modelo de produção fordista/taylorista marcado pela produção em massa. Diante disso, para preservar-se e reproduzir-se, o capitalismo monopolista recorreu a outro regime de acumulação, o “flexível”, caracterizado pela produção segmentada, horizontalizada e descentralizada.

Criaram-se, então, as condições para a irradiação do Toyotismo, marcado por significativas diferenças do modelo anterior. Essa capilaridade não se dá por acaso, mas como parte dos novos processos desenvolvidos pelo capitalismo monopolista, na busca pelo restabelecimento das taxas satisfatórias de lucro e da “onda longa expansiva” de crescimento. No Brasil, o Toyotismo começou a ser introduzido na década de 1980, primeiro em multinacionais automobilísticas, buscando por maior eficiência, produtividade e redução de custos.

A década de 1980 foi marcada por uma ampla crise financeira no Brasil, contando com alarmante inflação, que chegou a 235,5% em 1985; endividamento – o país possuía uma importante dívida externa que foi acirrada nos anos 1970 e devido ao aumento das taxas de juros globais tinha dificuldade de pagar suas parcelas –; aumento do desemprego; e declínio da renda, incidindo diretamente nas condições de vida da população (Fausto, 2015). Esse cenário foi terreno fértil para a abertura do país às investidas do neoliberalismo – que se ampliaram densamente na década seguinte.

Antunes (2006) se reporta a Gounet e Coriat (1992) para afirmar que regulada pela demanda, a produção toyotista é variada, diversificada e quem dita o que será produzido são as tendências do mercado, não as fábricas. Prima-se pelo estoque mínimo e pelo melhor aproveitamento possível do tempo nas diferentes fases produtivas, via *just in time*. Além disso, ocorre uma progressiva descentralização da produção, com distintas partes de um mesmo produto sendo produzidas em diferentes fábricas, muitas vezes terceirizadas. Os impactos desse método produtivo extrapolaram o chão de fábrica e se espalharam para vários âmbitos da sociedade, como as relações de trabalho, o trato com os sindicatos e a forma de ser e se organizar da classe trabalhadora, a qual foi atingida visceralmente, tanto em sua materialidade quanto em sua forma de ser.

De acordo com Netto (1996, p. 92), a partir do momento em que o capitalismo transita para esse regime flexível de acumulação ocorre uma radical reestruturação do mercado de trabalho “[...] seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais flexíveis, do tipo emprego precário), seja criando estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade cor, etnia)”. Urge o

profissional polivalente, que congrega várias funções.

Os direitos dos trabalhadores são flexibilizados para atender as necessidades do mercado. Mantém-se um número mínimo de funcionários e quando necessário a mão de obra é ampliada por meio de horas-extras, contratos temporários, subcontratações e outras formas de trabalho, como o banco de horas.

Netto e Braz (2007) asseveram que a classe trabalhadora se viu diante de novas exigências como a multiplicidade de funções, a qualificação de mão de obra, a rotatividade do mercado de trabalho, os contratos e regimes temporários e/ou flexíveis, e as terceirizações. Além disso, há o controle da força de trabalho pela disseminação da ideologia de “inserção” do funcionário como parte da empresa, por meio do discurso da participação, do envolvimento e da familiarização, que classificam os funcionários, antes “empregados”, agora como “colaboradores”.

Antunes (2018) defende que, no Brasil, a partir dos anos 1990, com a incorporação do receituário neoliberal, o processo de reestruturação produtiva do capital foi intensificado, conduzindo as empresas a adotarem novas formas organizacionais e métodos participativos – medidas resultantes:

- 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões produtivos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço das lutas sindicais e das formas e confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo em 1978 (Antunes, 2018, p. 118).

Atrelado ao processo de financeirização da economia, sob o discurso justificador de que as novas tendências mundiais ocasionadas pela globalização geraram a necessidade de o país adequar seus padrões de desenvolvimento para acompanhar a tal movimento, o Brasil escancarou as portas, outrora abertas, para novas maneiras de organização, gestão e regulamentação do trabalho, o que incidiu em significativas transformações na classe trabalhadora e nas relações em torno dele.

1.1.2 Rebatimentos do modelo neoliberal nas relações de trabalho contemporâneas

As decisões produtivas, econômicas e políticas tomadas para o ajuste ao neoliberalis-

mo reverberam no cenário atual na medida em que o projeto neoliberal foi se materializando e tomando robustez.

De acordo com Mattos (2019), em 2015, de todos os trabalhadores ocupados, apenas 62% contribuía com a previdência social. Mesmo descontando os cerca de 3,8% de empregadores, eram quase 42% das pessoas ocupadas sem proteção previdenciária no decorrer da vida e, sobretudo, sob risco iminente de não se aposentar.

Mattos (2019) recorre a dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para mostrar que de 3,253 bilhões de pessoas empregadas no mundo em 2016, 50% estavam em empregos assalariados, mas há a existência de variações regionais como, por exemplo, na África subsaariana e no sul da Ásia, onde esse percentual cai para 20%. Constar entre os assalariados não significa estar a salvo da precarização. Entre os assalariados mundiais, quase 60% são contratados em empregos temporários ou de jornada parcial, sendo que, dentre os precarizados, as mulheres são maioria.

Martins (2023), com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) Contínua, assevera que a população ocupada no país é de cerca de 98,9 milhões de pessoas. Destas, 36,8 milhões são empregados com carteira assinada no âmbito privado e 13,1 milhões são empregados também na iniciativa privada, mas sem registro em carteira. Esse dado evidencia a tendência, cada vez mais premente, das contratações desregulamentadas e sem direitos. Há cerca de 38,7 milhões de trabalhadores informais⁹ no contexto atual, o que resulta em uma taxa de 39,2% de informalidade. Essa conjuntura ainda conta com 8,6 milhões de desempregados¹⁰ e 3,7 milhões de desalentados¹¹.

Mattos (2019) coloca que

[...] o peso do desemprego se elevou no Brasil a partir dos anos 1990 e constitui um fator importante para que seja possível compreender como o avanço da precarização das relações de trabalho encontrou terreno fértil desde então. Somando-se os ocupados informalizados aos desempregados, temos uma ideia do grau de precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora em seu contingente urbano, majoritário. Trabalhadores formais, no entanto, também podem vivenciar condições de precariedade laboral (Mattos, 2019, p. 86).

⁹ São exemplos de trabalhadores informais: aqueles da iniciativa privada sem registro em carteira de trabalho, os que fazem “bicos”, empregados domésticos sem registro, trabalhadores por conta própria sem CNPJ, empregadores sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares.

¹⁰ Pessoas com idade para trabalhar – acima de 14 anos –, que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Mais informações em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

¹¹ Aqueles que desistiram de procurar emprego porque não conseguiam colocação.

Cabe salientar que no contexto de espraiamento neoliberal, o Estado brasileiro coaduna com os interesses do capital, inclusive respaldando legalmente contrarreformas no âmbito das relações trabalhistas e da previdência social, o que legitima a desregulamentação, precarização do trabalho e redução de direitos sociais.

Embora dialogue entre a realidade brasileira e de outros países *subdesenvolvidos* e centrais, o estudo de Barros (2019) traz aspectos importantes para pensar as mudanças na vida dos trabalhadores e outras manifestações da precarização do trabalho existente no tempo contemporâneo.

A manutenção do exército industrial de reserva, há muito identificada como fator primordial para as taxas de acumulação do capital, é intensificada. Amplia-se, significativamente, o desemprego estrutural em escala global, atingindo grandes parcelas dos trabalhadores (Barros, 2019; Raichelis, 2020)

Para Barros (2019), com o avanço das tecnologias e flexibilizações, ocorre um processo de liberação de trabalhadores e o aumento do desemprego. Tal fenômeno que, por muito tempo, foi visto nos países periféricos como proveniente da falta de desenvolvimento, é visualizado também nos países centrais, o que evidencia o quanto é intrínseco ao modo de produção.

O mesmo desemprego, que muitas vezes é disfarçado ou minimizado nos índices oficiais pelo emprego precário ou trabalho parcial, contribui diretamente para a deterioração das condições de trabalho. O medo do trabalhador em perder a segurança de sua renda faz com que ele se submeta mais facilmente aos arrochos do contratante.

No âmbito das empresas contratantes – nas relações de trabalho privadas e crescentemente serviço público no público – vigora a máxima da empresa-enxuta, mais eficiente, alinhada às premissas da acumulação flexível. Nesse cenário, buscam-se estratégias para aumentar a liberação de trabalhadores e intensificar o ritmo de trabalho daqueles que ficam. O intenso *aprimoramento* tecnológico não é utilizado para o aumento do tempo livre do trabalhador ou reduzir a intensidade do trabalho, mas para aprimorar a extração de sobretrabalho e aumentar as taxas de lucro.

Na linha da informatização e do acirramento tecnológico, surgem formas de trabalho por aplicativos e pela internet que, em geral, desoneram contratantes de encargos trabalhistas e inviabilizam direitos ou garantias aos trabalhadores. Nessa direção, Raichelis (2020) assevera que a reorganização dos processos produtivos e as novas formas de organização do trabalho se apoiam cada vez mais nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e contribuem para processos continuados de flexibilização de contratos de trabalho “[...] por meio de

diferentes formas de trabalho terceirizado, temporário em domicílio (*home office*), em tempo parcial ou por tarefa/projeto para citar apenas algumas das suas diferentes manifestações [...]” (Raichelis, 2020, p. 20)

Essas transformações atingem diretamente o trabalho assalariado, sua concretude e as formas de subjetivação na consciência dos trabalhadores, o que incide nas formas de organização e afirmação de identidades coletivas. A flexibilização também se expressa na diminuição das fronteiras entre a atividade laboral e o espaço da vida privada, nas diferentes formas de contratação e no desmonte do aparato legal trabalhista (Antunes, 2018).

Na perspectiva de redução de custos e ampliação das taxas de lucro, a terceirização é estratégica e tem crescido exponencialmente, na iniciativa privada e no setor público. Marcada por faixas salariais menores, direitos e benefícios trabalhistas restritos se comparados aos *contratados convencionais*, essa modalidade de contratação, muitas vezes, coloca trabalhadores exercendo funções semelhantes dentro de uma mesma instituição, mas com uma realidade trabalhista diferente, o que contribui ainda mais para a precarização, fragmentação da classe trabalhadora e o enfraquecimento de sua organização.

Antunes (2018) defende que, ao camuflar as relações estabelecidas entre o capital e o trabalho e transvesti-las em relações interempresas, a terceirização traz maior flexibilidade às relações de trabalho, impondo aos trabalhadores contratos por tempo determinado, de acordo com o ritmo de produção das empresas contratantes. Esse processo contribui, de modo significativo, para a desestruturação da classe trabalhadora.

Cabe demarcar que a terceirização possui diversas formas de manifestação. Como desdobramentos indiretos, Raichelis (2020) sinaliza as cooperativas de trabalhadores, o trabalho temporário, as empresas de prestação de serviços internos ou externos e, sobretudo, os “PJs” – Personalidades Jurídicas. Nos termos da autora, a “pejotização” ou “PJ” nas relações de trabalho significa empreendimentos sem empregados, que passam a realizar funções outra desenvolvidas por assalariados. A instituição empregadora requisita a constituição de pessoa jurídica para efetuar o pagamento, geralmente por meio de recibo de prestação de serviços. Na prática, a contratante burla a legislação trabalhista e enxuga despesas com a força de trabalho e impostos. Enquanto isso, ao contratado, é inviabilizado o acesso amplo aos direitos das relações de trabalho.

Outrossim, o fenômeno da “uberização” cresce vertiginosamente. Um fenômeno que segundo Abílio (2017 *apud* Barros, 2019) retira garantias trabalhistas, responsabiliza o trabalhador pela aquisição e manutenção dos meios de produção, bem como por todos os riscos decorrentes de seu trabalho cotidiano, sob uma ideia ilusória de autonomia para o motorista.

Geralmente, a “uberização” é pensada relacionada aos motoristas e entregadores de aplicativos, mas ela também se manifesta de maneiras *menos diretas*, como a responsabilização do funcionário pelo custeio da internet, do celular, do computador, entre outros materiais necessários ao trabalho.

É mister também o aumento da informalidade transvestida de trabalho autônomo, sob o discurso supervalorizado do empreendedorismo. Muitas microempresas e nano-empresas são espaços de trabalho sem garantias ou intervalos, com agregação de mão de obra familiar sub ou não remunerada. O drama da precarização, nesses casos, é recôndito pelo discurso vigente do “ser patrão de si”. Cabe salientar que não se objetiva aqui criticar o trabalho autônomo ou a redução de sua importância, mas sinalizar nuances de um contexto em que ele tem se ampliado como via de sobrevivência sob a égide de um discurso hipervalorizado.

Antunes (2018) alerta que as chamadas modalidades atípicas de trabalho, a exemplo do “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, entre outros, são formas paulatinas de ocultamento do trabalho assalariado, o que permite ampliar, cada vez mais, as variadas formas de flexibilização salarial, funcional, de salário ou organizativa.

Os trabalhadores que permanecem inseridos no mercado de trabalho formal são muito afetados. Seus benefícios e garantias são desmontados, geralmente com o respaldo do Estado – a exemplo das recentes reformas previdenciária e trabalhista. Ocorre, ainda, um aumento da rotatividade, bem como a ampliação dos contratos flexíveis.

Segundo o mesmo autor, a gestão por metas – componente da reestruturação produtiva que ganhou destaque na transição da década de 1980 para 1990 – teve como propulsão a crescente financeirização das grandes corporações e a necessidade intrínseca de aceleração da produção, fruto da intensificação da concorrência intercapitalista e cobrança dos investidores. Como recompensa, o alcance das metas proporcionaria o acesso à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou Participação nos Resultados (PR).

O gerenciamento por metas é estratégico à empresa empregadora, uma vez que contribui para o direcionamento da ação a ser executada, alavanca o ritmo da produção, disciplina o trabalho, avalia o desempenho, estimula a competitividade entre os trabalhadores e equipes, e gera um ambiente difuso de vigilância entre os trabalhadores. Esse mecanismo de gestão se espalhou para além da indústria e hoje está presente no setor de serviços, inclusive no serviço público. Cabe salientar que, no contexto atual, não é padrão o estabelecimento de contrapartidas financeiras para aqueles que alcançam ou extrapolam essas metas.

As doenças profissionais também assumem peculiaridades. Segundo Antunes (2018), elas são mais visíveis nas grandes corporações, onde a gestão dos processos de trabalho conta

com mais robôs e sistemas de informação sofisticados, mas os outros espaços da cadeia produtiva também são afetados por elas.

Os trabalhadores estão cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, por vezes, desempenhando funções que outrora eram feitas por dois ou três funcionários. A intensificação da multifuncionalidade, da polivalência, das equipes de trabalho interdependentes; o enfoque dos gestores em eliminar completamente os tempos mortos dos processos de trabalho; além da exposição dos trabalhadores a processos de gestão que pressionam pela capacidade imediata de respostas às demandas do mercado e aumento da produtividade, pautados na pressão psicológica, têm tornado os espaços de trabalho locais de adoecimento (Antunes, 2018).

Com a pandemia de COVID-19, intensificaram-se as manifestações da nova morfologia do trabalho, com destaque para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A implantação ou intensificação do *home office* restringiu ainda mais a coletividade do trabalho e aumentou os dilemas e sobrecargas, sobretudo das mulheres, quanto ao trabalho produtivo e o reprodutivo; o estabelecimento de metas elevadas e prazos curtos; bem como o uso de telefone pessoal, aplicativos de mensagens, entre outros mecanismos, tornaram o trabalhador sempre alerta às demandas do emprego. Houve, ainda, uma agudização do desemprego e a fragilização dos vínculos de trabalho.

As várias manifestações da nova morfologia do trabalho mencionadas incidem em um processo individualização do trabalho, em que os laços de solidariedade entre trabalhadores são rompidos, o que afeta a capacidade de construção de estratégias coletivas de defesa e dá base para o aumento dos processos de adoecimento psíquico. Um exemplo neste âmbito é a Síndrome de Burnout, doença ocupacional reconhecida e classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022. Causadora de severo esgotamento mental que pode desdobrar em sintomas físicos, o Burnout acomete cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros, segundo dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, divulgados no Jornal da USP (2023).

O cenário supracitado mostra que o Brasil nasce explorando ao extremo sua força de trabalho: primeiro escravizando indígenas e depois africanos, objetificando essas populações e concebendo-as como seres inferiores – um processo que deixou uma herança histórica carregada de racismo e preconceitos etnocêntricos. Anos mais tarde, o país adota a mão de obra livre e remunerada dos imigrantes, mas sem adotar uma remuneração integralmente monetária (salários), predominando a mescla entre pagamento financeiro e pequenas concessões de áreas para cultivo da terra. Depois, adotou movimentos de modernização no rural que expulsaram e

expulsam trabalhadores da terra e segue, no contexto atual, intensificando a adoção de tecnologias e a exploração do trabalho, preconizando a produção de *commodities*¹², em uma realidade atualizada de dependência: agora, do capital financeiro.

Ao mesmo tempo, percebe-se um Estado que, em diferentes momentos da história, mesmo antes de prover um sistema de proteção social à sua população, já se mostrava ativo para a defesa de interesses do capital e, inclusive, ocupado no âmbito político por membros das elites, de modo que a defesa de direitos e interesses dos trabalhadores era preterida e, muitas vezes, considerada incompatível com as condições para o crescimento do país.

A seguir, abordar-se-á sobre a política agrícola e a política agrária brasileira, partindo do entendimento de que sua compreensão é relevante diante do objeto de estudo da pesquisa. Também buscar-se-á dialogar sobre as configurações do Estado nesse contexto.

1.2 ESTADO, POLÍTICA AGRÁRIA E POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO CAPITALISTA BRASILEIRO

Esse tópico intenta provocar reflexões sobre o Estado capitalista e tecer algumas aproximações entre este, a política agrária, a política social e a política agrícola – com ênfase nas duas primeiras –, partindo do entendimento que: a) é relevante ao/a assistente social compreender essas nuances, uma vez que a atuação do Estado e as referidas políticas incidem na realidade estrutural do rural brasileiro na contemporaneidade – ainda que este possua inúmeras particularidades nos diferentes territórios – e na vida dos povos do campo, das águas e das florestas e; b) que o exercício profissional do/a assistente social comumente – não é limitado, mas – é perpassado pelo planejamento, pela operacionalização e pela gestão de políticas públicas, sobretudo, as sociais.

Entende-se que, no contexto da atuação profissional, para uma leitura da realidade e posicionamento crítico, é necessário o conhecimento conceitual, estrutural e conjuntural sobre o rural, principalmente, se o/a assistente social estiver inserido em espaços sócio-ocupacionais que geram interfaces diretas com a questão agrária. A forma como o Estado historicamente

¹² *Commodities* (mercadoria, em inglês) refere-se a “[...] um conjunto específico de produtos que tem escala, padrão e cotação internacional de produção e comercialização. São, em geral, matérias primas minerais ou agrícolas, ou produtos semielaborados, tais como soja, milho, trigo, café, minério de ferro, aço, alumínio, petróleo. Estes produtos são produzidos em larga escala em vários países, não apresentam diferenças significativas do ponto de vista qualitativo – ainda que entre os minerais haja algumas diferenças importantes de teor – e são destinados principalmente para o comércio internacional. A comercialização deles é dominada por grandes corporações transnacionais e a cotação internacional destes produtos é definida em bolsas de valores específicas, como a Bolsa de Chicago para as commodities agrícolas e as Bolsas de Londres e Nova Iorque para o petróleo [...]” (Alentejano; Egger, 2021, p. 104).

atuou e atua nesse âmbito é fator importante, assim como as características e relações entre as políticas públicas voltadas ao rural. Além disso, o trabalho profissional junto às expressões da *questão social*¹³ é mediado cotidianamente pela política pública. Desse modo, é questão salutar compreender como ocorre e as relações macro que a tangenciam.

As considerações que se seguem buscam evidenciar ainda que nunca houve uma política agrária intensa ou uma reforma agrária ampla capaz de transformar a estrutura fundiária do Brasil e que, com o desenvolvimento capitalista, sobretudo com os ajustes neoliberais, ela tem incumbido a política social, principalmente a assistência social, de enfrentar a pobreza e as desigualdades do rural.

O texto inicia com considerações sobre o papel do Estado capitalista, sobretudo na peculiaridade brasileira, de capitalismo periférico dependente; segue para considerações sobre a política social no contexto supra; depois adentra algumas reflexões sobre a política agrária e políticas voltadas à agricultura familiar. A opção por certa separação entre os conteúdos objetiva a melhor organização do excerto para o leitor, porém não visa exprimir uma visão de separação temporal ou isolamento entre os temas, uma vez que eles ocorrem e se relacionam de modo dialético, em meio a avanços e retrocessos.

De acordo com Netto (1996), no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as econômicas. Isto ocorre porque o capitalismo monopolista precisa de um vetor extraeconômico para assegurar seus objetivos – que são essencialmente econômicos. Nesse contexto, o enfoque da atuação estatal na era monopólica é assegurar os superlucros dos grandes monopólios. Para isso, o Estado desempenha múltiplas funções.

O rol de funções econômicas estatais diretas é vasto. Insere-se como empresário nos setores básicos não rentáveis, que são aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais; assume o controle de empresas capitalistas em dificuldades, em um processo de *socialização de perdas*; constrói complexos com fundo público e entrega-os aos monopólios; concede subsídios imediatos aos monopólios; e desenvolve mecanismos para garantir-lhes explicitamente o lucro.

Quanto às incumbências indiretas, são exemplos as encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas; os subsídios indiretos – como investimentos em transporte, infraes-

¹³ O termo *questão social* é utilizado em itálico neste trabalho tendo em vista a necessidade de cuidado em seu uso, devido suas origens conservadoras. Além disso, conforme Santos (2012), o termo não se trata de uma coisa concreta, que existe em si mesma, mas que se materializa, ou seja, que toma forma/concreticidade em suas múltiplas expressões.

trutura e preparação institucional de força de trabalho de acordo com as demandas do monopólio –; e robustos gastos com investigação e pesquisa. Enfim, o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista.

Netto (1996) assevera que há também a intervenção estatal macroscópica, em função dos monopólios, que é mais expressiva no terreno estratégico, no qual atribuições diretas e indiretas do Estado se fundem: é quando este opera nas linhas da direção do desenvolvimento, por meio de planos e projetos mais amplos, de médio e longo prazo. Aqui, o Estado sinaliza investimentos e objetivos e administra ciclos de crise, atuando como um instrumento de organização da economia.

Soares e Burginski (2021) argumentam que nos países da América Latina o Estado se constituiu como agente central do desenvolvimento e da expansão do capitalismo. O estudo deles defende que nos países onde a formação social é dependente, como o Brasil, ocorre a emergência e a intervenção estatal como fatores decisivos de estímulo e valorização do capital em detrimento da economia política do trabalho. Com efeito, “[...] os Estados dependentes se constituem estruturalmente como elo importante, mas subordinados à reprodução do capital em escala mundial, o que lhes confere função peculiar [...]” (Soares; Burginski, 2021, p. 9).

Os autores dialogam sobre o conceito e as características do Estado do capitalismo dependente para Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, pensadores que possuem diferenças entre suas análises sobre colonialismo e dependência, mas chegam a praticamente à mesma conclusão: só seria possível superar a dependência superando o modo de produção capitalista.

Marini trabalha com o conceito de Estado de Contrainsurgência, que seria resultado da contrarrevolução ocorrida na América Latina para enfrentar os movimentos revolucionários com três frentes: aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização.

Esses aspectos da doutrina da contrainsurgência têm o suporte da estratégia norte-americana, que possui traços similares, mas também distintos do fascismo. O Estado de contrainsurgência não significa a adoção perene de um regime de ditadura militar, pelo contrário, sugere a democracia burguesa, uma vez superado o período de crise e exceção. É nesse sentido, de restabelecimento da democracia, que a concepção de Estado de contrainsurgência se afasta do fascismo. Entretanto, as democracias construídas precisam ser restritas, governáveis e viáveis para se constituírem como Estados corporativos da burguesia, visando institucionalizar democracias vigiadas e sob controle (Martins, 2013 *apud* Soares; Burginski, 2021, p. 15).

É importante considerar que o autor formulou o conceito nos anos 1970, contexto em que vários países latino-americanos eram alvos de ditaduras militares, apoiadas pelos Estados

Unidos¹⁴. Em sua perspectiva, o **Estado de contrainsurgência** ocorre nos países dependentes, pressupondo uma ditadura, para reestabelecer a “ordem”, eliminando movimentos revolucionários e ameaças a manutenção do capital e, mais adiante, a retomada de uma democracia legitimadora dos interesses da burguesia – uma burguesia nacional em muito alinhada com a dos países centrais, ainda que subordinada. Essas democracias devem conter certos limites, no sentido de serem mais facilmente controladas.

Fernandes (2020 *apud* Soares; Burginski, 2021, p. 18), assinala que no desenvolvimento do capitalismo no Brasil não houve – e não há – uma burguesia revolucionária comprometida com a universalização de direitos e com uma democracia burguesa, assim como aconteceu no caso francês. O que se formou aqui foi uma burguesia de origens patrimonialistas, reacionárias e autoritárias, que se respaldou na violência institucionalizada, preservando seus interesses de autodefesa e autoprivilegiamento.

Desse modo, o padrão de desenvolvimento brasileiro se deu articulado à autocracia, o que rebateu na concepção de democracia, que no capitalismo dependente se materializa como “[...] uma democracia restrita, operada por um Estado autocrático-burguês e oligárquico afinado com os interesses, necessidades e projetos das classes e frações burguesas para apropriação do excedente econômico nacional [...]” (Fernandes, 2020 *apud* Soares; Burginski, 2021, p. 18).

Nessa conjuntura, o Estado se torna um instrumento de dominação de classe, projetando-se como um Estado anti-nacional e anti-democrático que busca uma contrarrevolução preventiva. Além disso, o Estado seria dotado de várias faces: a democrática, a autoritária e a fascista. A face democrática se daria por meio de uma democracia restrita, uma vez que a maioria do eleitorado não possui poder concreto de decisão para além do voto. A autoritária está vinculada à operação de uma política econômica dura, alinhada ao padrão de acumulação vigente (capitalismo). Já a face fascista se manifestaria no âmbito interno do Estado, com vistas à implementação de práticas repressivas e opressão sistemática com o intuito de impedir formas de organização social e controlar as classes sociais (Burginski, 2021).

O autor discute também sobre o Estado autocrático-burguês enquanto reflete sobre os significados do golpe militar de 1964 e os antagonismos de classes nesse contexto, nos marcos do capitalismo periférico dependente. No entanto, alguns elementos abordados pelo autor

¹⁴ Maior liderança capitalista do mundo, que se vendo ameaçado pela ampliação de poder e protagonismo da União Soviética, bem como por processos revolucionários em diferentes países como Cuba e Argélia, desenvolveu uma estratégia de resposta em massa, entre elas, o financiamento e apoio a ditaduras, visando inibir revoluções e consolidar a economia e ideologia capitalista.

permanecem atuais, um Estado: que defende intransigentemente os interesses da burguesia urbana e rural e seu processo de acumulação; que mesmo após os avanços democráticos legais da Constituição de 1988 ainda se faz muito autocrático em inúmeros *pequenos redutos/localidades* do país; e que não é uniforme, mas heterogêneo, apresentando várias faces/manifestações.

No âmbito da teoria do capitalismo dependente, Jaime Osório também traz reflexões importantes a conformação do Estado. Para o sociólogo, este é um **Estado subsoberano**, desenvolvendo uma subalternidade na relação com os países centrais e em relação aos interesses mundiais. Também tem como características a “[...] segregação dos interesses estatais e da sociedade e a baixa capacidade de representação destes últimos no Estado. Entretanto, apesar de subsoberano o Estado detém poder político e o utiliza para regular as relações sociais.” (Osório, 2017 *apud* Santos, 2020, p. 51). A subsoberania é uma característica estrutural que aparece em diferentes momentos históricos do Brasil, ora com maior, ora com menor intensidade.

Nota-se, então, que é prioridade do Estado defender e ampliar o capital privado, manter o país economicamente atrativo e um *ambiente seguro* para os investimentos do exterior, e atender aos ditames do capitalismo central que se materializa de muitas maneiras, entre elas, pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Nas correlações de forças entre as classes, fica nítido seu papel de resguardar e afiançar os interesses da burguesia, que no Brasil é historicamente patrimonialista, privilegiada e reacionária – mas submissa à burguesia internacional. Se, no contexto capitalista, o Estado só opera concessões à classe trabalhadora à base de pressão e requisições organizadas social e politicamente, no capitalismo dependente ele o faz quando não há alternativa.

Nesse sentido, Santos (2012) assevera que o Estado apoiou a instalação do capitalismo no Brasil assumindo várias despesas e investimentos de infraestrutura, o que, devido ao vultoso volume de capital necessário, atrelado ao baixo ou lento retorno sob forma de lucros, a burguesia do país não conseguiria arcar sozinha. A autora se respalda em Ianni (1986) para ratificar sua defesa:

[...] é preciso considerar que a crescente participação do Estado na economia brasileira correspondeu à crescente socialização dos custos de instalação e ampliação da infraestrutura econômica e político-administrativa indispensável ao funcionamento e à diversificação do setor privado, nacional e multinacional. Desde o uso dos impostos pagos pela população, até a política salarial, muitas são as formas por meio das quais o Estado tem socializado uma

parte substancial dos investimentos indispensáveis ao funcionamento, diversificação e prosperidade do setor privado (Ianni, 1986 *apud* Santos, 2012, p. 121).

Expressa-se um contexto em que os custos para o avanço e desenvolvimento do capital – na perspectiva de favorecimento das forças produtivas/classe dominante – é assumido em parte pelo Estado e socializado com o conjunto da sociedade. Entretanto, a classe dominante preserva seus capitais e se apropria de modo privado dos lucros provenientes de seus negócios.

No Brasil, os anos 1990 foram palco de um ajuste estrutural capitalista de sentido neoliberal e, a partir da instituição do Plano Real, em 1994, houve uma reformatação do Estado brasileiro para adaptação passiva à lógica capitalista. Essa reformatação se deu sob um discurso de que o problema central da crise financeira iniciada nos anos 1980 estaria no *tamanho e na eficiência* do Estado, o que demandaria reformas na economia e no Estado para corrigir distorções e reduzir custos.

Behring e Boschetti (2011) salientam que houve um grande ajuste fiscal; que o Estado legitimou e facilitou privatizações – sob argumentos de atrair capitais, reduzir a dívida externa, melhorar a eficiência das empresas, que, sob a gestão estatal, estariam ineficientes, e viabilizar preços mais acessíveis à população –; e que houve amplo incentivo e regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas, que com o passar do tempo evidenciou uma tendência de desresponsabilização do Estado quanto à política social, a qual será discutida mais adiante.

1.2.1 Política social enquanto elemento estratégico do Estado capitalista

De acordo com Netto (1996), a **política social** pública emana no capitalismo monopolista e se caracteriza pela intervenção contínua, estratégica e sistemática do Estado sobre as expressões da *questão social*, o que demonstra, de modo nítido, a indissociabilidade entre as funções econômicas e políticas dele. Nesse processo, o Estado incorpora demandas da ordem monopólica e da classe trabalhadora, gerando sistemas de consenso.

Para o autor, a função da política social desenvolvida pelo Estado burguês é inequívoca para o capital. “A funcionalidade essencial [...] se expressa nos processos referentes a preservação e ao controle da força de trabalho, ocupada – mediante a regulamentação das rela-

ções capitalistas/trabalhadores; e lançada no exército industrial de reserva através dos sistemas de seguro social [...]” (Netto, 1996, p. 31).

Cabe salientar que a intervenção estatal sobre a *questão social* se dá fragmentando-a e parcializando-a, pois, abordá-la como uma totalidade processual a remeteria à relação capital x trabalho, o que ameaçaria a ordem monopólica. Desse modo, o Estado burguês recorta as refrações da *questão social* como problemáticas particulares, como “a fome”, “o desemprego”, “o déficit habitacional” etc., e desenvolve políticas sociais a cada área/“problema”.

A política social está diretamente ligada à luta de classes, tanto que a *questão social* só deixa de ser alvo estritamente da repressão quando as demandas da classe trabalhadora se organizam e ganham visibilidade de tal modo a se adentrarem no cenário político. Dito isto, fica claro que ela parte de um processo contraditório e é também contraditória: atende, ao mesmo tempo, interesses do capital e do trabalho. É, concomitantemente, estratégia do Estado para manutenção da ordem capitalista e materialização das requisições por direitos sociais.

No entanto, o autor chama a atenção que a tensão das políticas sociais não se esgota em uma tensão bipolar – segmentos demandantes x Estado burguês. Elas resultam de um complexo jogo em que os protagonistas e as demandas estão atravessados por contradições e conflitos, de modo que tanto na formulação quanto na implementação podem ocorrer alianças, convergências ou atritos sociais e/ou políticos entre os atores envolvidos, os distintos setores etc.

Os diferentes países organizam suas políticas sociais por meio de sistemas de proteção social. Em alguns, predomina-se a lógica do seguro social, onde se pressupõe contribuição/custeio prévio do indivíduo para acesso aos serviços; em outros, uma perspectiva universalizante, onde a cobertura das políticas públicas é ampla – ou predomina – independente de contribuição¹⁵.

Soares e Burginski (2021) recordam que

nos países de capitalismo central, entre 1945 e 1970, a intervenção estatal centrou-se em restabelecer o equilíbrio econômico (que no capitalismo é sempre instável), combinando o modelo de produção fordista às políticas de regulação estatal de promoção de (quase) pleno emprego e reformas sociais. Na realidade dos países do norte e da região central da Europa, por exemplo, a instituição da lógica do seguro e da assistência conformaram um sistema de proteção social que, sob a perspectiva da seguridade social, foi capaz de alterar o padrão de desigualdade entre as classes sociais através do acesso

¹⁵ Dados os objetivos e limites desta pesquisa, não se aprofundará na discussão histórica e conceitual sobre os diferentes sistemas de proteção social. Para uma leitura mais abrangente a esse respeito, sugere-se Behring e Boschetti (2011).

amplo a direitos e serviços sociais públicos, como educação, saúde, previdência e assistência. Isto permitiu a reprodução ampliada do capital por meio do Estado social capitalista com a égide da democracia burguesa (Soares; Burginski, 2021, p. 11).

O desenvolvimento dessas medidas via sistemas de proteção social reduziu a desigualdade entre as classes sociais e garantiu taxas satisfatórias de lucro aos monopólios e a manutenção da classe trabalhadora com melhores condições de vida por décadas. Contudo, sabe-se que o capitalismo se expandiu de modo desigual no mundo. Assim, as políticas sociais possuem muitas diferenças entre os países centrais e os periféricos. “No capitalismo dependente, a política social é conformada pelos seus limites estruturais [...]” (Soares; Burginski, 2021, p. 11). O estudo dos autores se volta a Marini (2011) para afirmar que a dependência dos países latino-americanos tem como base mantenedora a superexploração do trabalho.

Essa superexploração assegura um mercado de matérias-primas industriais para os países centrais que cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial, de modo que a acumulação dos países centrais precisa tanto da exploração do trabalhador periférico – mais-valia absoluta –, quanto do aumento da produtividade de seu trabalho – mais-valia relativa. Nessa conjuntura, a classe trabalhadora dos países centrais consegue fruir de acesso ao consumo, direitos sociais bem mais amplos e uma socialização dos bens sociais e culturais aprimorada. Assim sendo,

[...] é a transferência de mais-valor extraído a partir da superexploração e transferido aos países centrais que, de certa forma, possibilita a estabilização (ainda que, instável, no capitalismo) aos países imperialistas e ganhos produtivos à classe trabalhadora dos países centrais. Esses ganhos conferem à referida classe a possibilidade de um padrão de consumo razoável e uma proteção social capitalista mais abrangente e civilizatória (Soares; Burginski, 2021, p. 12).

No Brasil, a crise dos anos 1980, comentada brevemente neste trabalho, formou um terreno propício para a abertura aos ajustes neoliberais. Contudo, a referida década também foi marcada pela ampla mobilização social no processo de redemocratização do país e de reivindicações em torno da construção da Constituição Federal de 1988, que viria a inaugurar importantes avanços legais no âmbito da proteção social.

A Constituição estabeleceu, em seu Artigo 6º, como direitos sociais¹⁶: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência

¹⁶ Considerando o texto de 1988 e as Emendas Constitucionais de 2000, 2010 e 2015.

social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (Brasil, 1988). Ainda, inaugurou uma concepção inovadora de seguridade social, estabelecendo como políticas centrais: a saúde, universal; a assistência social, que não pressupõe contribuição prévia, mas estabelece critérios para acesso; e a previdência social, contributiva. Instaurou, desse modo, um sistema híbrido de proteção social, com características dos sistemas pautados no seguro social – destaque para a previdência – e de sistemas universalistas – como a saúde, por exemplo.

Cabe destacar que o processo constituinte foi rico em mobilização e participação dos movimentos sociais. Isso gerou um processo complexo de debates e correlações de projetos e interesses, onde o texto da Constituição Federal de 1988 refletiu a disputa por hegemonia, contemplando avanços progressistas em vários aspectos, como no âmbito dos direitos sociais e da seguridade social, mas mantendo aspectos conservadores.

A Constituição estabeleceu na seguridade social a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Além disso, definiu uma gama de direitos no âmbito do trabalho aos trabalhadores urbanos e rurais. No entanto, o acesso das populações do campo, da floresta e das águas às políticas públicas – do tripé saúde, assistência e previdência social, entre outras políticas – continua deficitário até os dias atuais.

Behring e Boschetti (2011) assinalam que, com o recrudescimento neoliberal nos anos 1990, a Constituição de 1988 passou a ser vista como perdulária e atrasada. Nesse contexto, as políticas sociais – muitas delas em processo de implantação e/ou regulamentação pós-Constituição – não deixaram de existir, mas foram marcadas pela privatização, focalização, seletividade e descentralização.

Observa-se, nesse contexto, uma imponente contradição: quando pela primeira vez, tardiamente, o país estabeleceu um arcabouço constitucional amplo no âmbito da política social e dos direitos sociais, o movimento político e econômico da sociabilidade capitalista traçou um cenário extremamente hostil para sua regulamentação e implementação.

A política social brasileira passou a acompanhar a tendência global de que a proteção social ampla deve recuar em nome da priorização do combate à pobreza por meio de programas focalizados. Portanto, “[...] em lugar de atender diretamente a um conjunto de contingências e necessidades de toda a população, a nova regra é que o Estado deve limitar-se a proteger os pobres [...]” (Lavinas, 2023, p. 4)

No âmbito da política social, cabe destacar que, em 2003, foi criado o Programa Fome Zero, visando articular políticas de combate à fome com políticas públicas estruturais e, em 2004, o programa Bolsa Família unificou várias iniciativas, como o Bolsa Escola e o Auxílio

Gás, tornando-se o maior programa de transferência de renda do mundo. Malgrado sua seletividade e focalização, contribuiu para a redução dos alarmantes índices de pobreza urbana e rural no país. A partir de 2011, no governo de Dilma Rousseff, foi implementado o Plano Brasil sem Miséria. Em seu âmbito, foram criados programas como o Água e Luz Para Todos e o Fomento às Atividades Produtivas Rurais. As iniciativas afetas à área eram/são voltadas a famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, conforme critérios de renda pré-estabelecidos.

Nesse contexto, o atendimento se volta aos mais pobres entre os pobres, ou seja, aqueles que passam por maiores privações. Preconiza-se a transferência monetária voltada a garantir os mínimos para a sobrevivência, vinculada ao atendimento de critérios – de renda, de vulnerabilidade, entre outros – e a adoção de contrapartidas pelas famílias, chamadas de condicionalidades, como a participação em ações de ativação ao trabalho.

Ademais, essa tendência da política social alinha-se a um fomento estratégico à economia capitalista, uma vez que incentiva os usuários ao consumo, ao microcrédito e, mais recentemente, aos empréstimos vinculados ao valor de benefício dos programas sociais com juros expressivos. A compreensão dessas nuances da política social se faz relevante para algumas reflexões que serão apresentadas mais adiante.

1.2.2 Política agrária, política agrícola e suas dimensões

No Dicionário de Agroecologia e Educação¹⁷, Medeiros (2021) conceitua **política agrária** como um conjunto de medidas estatais que incidem sobre as condições de acesso ao uso, à posse e à propriedade da terra. Elas dialogam e se relacionam com outras políticas, como aquelas voltadas à produção de alimentos, preservação ambiental ou de garantias de direitos sociais para a população rural. Logo, é uma política relacionada à estrutura fundiária – não somente, mas também –, à reforma agrária e às relações sociais no campo, primando por promover justiça social.

Como esclarecimento conceitual, é oportuno salientar que a **política agrícola** é um conjunto de políticas públicas voltado ao fomento e/ou à ampliação da produção, buscando promover desenvolvimento rural. São exemplos o crédito rural – como o PRONAF, do qual será tratado adiante –, o seguro agrícola, e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

¹⁷ O dicionário pode ser consultado na íntegra em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-de-agroecologia-e-educacao>.

(Delgado; Porto, 2021). Em outras palavras, ela é voltada ao apoio e fortalecimento do setor agropecuário, principalmente no âmbito produtivo. Trata-se de ações que viabilizam o pleno uso da terra e a interação do setor agropecuário com os demais da economia. Ela também pressupõe o alinhamento com outras políticas, como a ambiental.

Sendo assim, compreende-se que as políticas agrária e agrícola são diferentes, mas não diametralmente opostas. Embora, historicamente, a primeira volte suas ações à agricultura patronal, também deve atender outros públicos do rural, como os diferentes agricultores familiares – assentados, silvicultores, quilombolas, arrendatários, comodatários, entre outros. Por exemplo, se uma família acessa um lote de terras via assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária, via política agrária, também necessitará de serviços integrantes da política agrícola, como assistência técnica para os processos produtivos e, possivelmente, o crédito rural. Do mesmo modo, precisará ter acesso a políticas sociais como saúde, educação, assistência e previdência social. A seguir, o olhar sobre a política agrária será aprofundado.

No decorrer da história, o Estado brasileiro desenvolveu diferentes ações no âmbito da política agrária, mas nunca alterou a estrutura fundiária do país – tratar-se-á do primeiro tópico no capítulo seguinte. No governo de João Goulart (1961-1964), entre as reformas de base, a Reforma Agrária era uma das principais e em muito foi associada ao comunismo, ajudando a justificar o golpe militar em nome da “*segurança nacional*”.

Nos anos 1960, no bojo da ditadura militar, foram implementadas algumas medidas no âmbito da reforma agrária, mas isso ocorreu tendo em vista o aumento das tensões, dos conflitos rurais e da proliferação das Ligas Camponesas. Nos anos 1980, o país foi marcado por uma ampla crise financeira (sobretudo em seus primeiros anos), já mencionada; pelo processo de reabertura política; e pela efervescência dos movimentos sociais. Com uma alarmante dívida externa e o descontrole da inflação, as condições de vida no campo e na cidade apresentavam dificuldades.

Behring e Boschetti (2011) apontam que muitos foram os efeitos dessa crise, como: o empobrecimento generalizado da América Latina – e do Brasil –, uma crise nos serviços sociais públicos em um cenário de aumento da demanda e a não expansão de direitos; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas; e desemprego. Estas seriam características regionais, existentes antes da crise, mas que se exacerbaram com ela. Essa conjuntura contribuiu para a deslegitimação dos governos militares.

Nesse cenário, movimentos camponeses voltaram a se organizar para reivindicar publicamente o acesso à terra, como as lutas dos seringueiros no Acre, as demandas da Confede-

ração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Conforme Medeiros (2021), em 1985, no governo de José Sarney foi criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que estabeleceu metas audaciosas quanto à questão, como o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. No entanto, contou com forte oposição dos grupos políticos e econômicos ligados aos grandes proprietários de terras e sua implementação foi modesta, assentando pouco mais de 80 mil famílias.

Quando a Carta Magna foi promulgada, ela incorporou a definição de função social¹⁸ da propriedade, porém estabeleceu que terras produtivas não poderiam ser desapropriadas – resultado da intensa pressão dos empresários rurais. Também reconheceu o direito dos povos indígenas aos territórios por eles tradicionalmente ocupados, bem como o direito dos quilombolas às suas terras (Medeiros, 2021).

Conforme Cattelan, Moraes e Rossoni (2020), no que se refere à luta pela terra e a reforma agrária, a partir de meados dos anos 1990 as ocupações de terras se intensificaram pelo país, levando o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a desenvolver medidas nesse sentido. Em seu primeiro mandato (1995-1998), ele criou um número expressivo de assentamentos.

Cazella *et al.* (2016) reporta-se a dados do Incra (2015) para informar que durante seus dois governos, FHC assentou 540.704 famílias. No entanto, alguns estudos questionam esses números, pois parte significativa desse montante se tratou de regularizações e não de novos assentamentos.

Principalmente a partir do segundo mandato (1999-2002), FHC estimulou vias de reforma agrária pelo mercado, com apoio do Banco Mundial. Nesse sentido, incentivou o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais e criou políticas relacionadas a especialização produtiva e inserção competitiva dos pequenos agricultores, inclusive assentados (Cattelan, Moraes e Rossoni, 2020). Essa postura veio ao encontro das características neoliberais do governo em questão, de redução do papel do estatal e dos gastos sociais, promoção de políticas seletivas e focalizadas, bem como o estímulo ao mercado.

Cabe demarcar ainda que no governo FHC, em 1999, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo entre suas competências: cuidar dos assuntos relativos à

¹⁸ “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores [...]” (Brasil, 1988).

reforma agrária, à regularização fundiária na Amazônia Legal e ao apoio à agricultura familiar – conceito novo naquela época. Parte-se do pressuposto de que a criação de um ministério específico para o trato da reforma agrária e de políticas voltadas à agricultura familiar demonstra duas tendências importantes: a) de que o Estado não opera grandes concessões gratuitamente à classe trabalhadora, seja ela urbana, seja rural, ou seja, tal criação, assim como o desenvolvimento de políticas públicas específicas, ocorreu mediante os tensionamentos dos movimentos sociais e o aumento das ocupações de terras em vários pontos do Brasil; e b) de que o Estado vai desenhando seu aparato para uma divisão dos temas do rural em duas áreas: as pautas mais ligadas à agricultura familiar e reforma agrária passam a ser destinadas ao MDA e as do agronegócio ficam a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), geralmente priorizado nas disputas pelo fundo público¹⁹.

O governo Lula lançou, em 2003, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que propunha viabilizar o acesso à terra, garantindo, concomitantemente, acesso à saúde, educação, energia e saneamento, bem como a geração de emprego e renda. Tinha-se como meta assentar 400.000 novas famílias, regularizar a posse de 500.000 e atender mais 130.000 por meio do crédito fundiário. Entretanto, ao final do plano, em 2007, constatou-se que do universo de 448.954 beneficiados pela reforma agrária no período, apenas 163.000 eram provenientes de novos assentamentos. Os demais eram de reordenação ou regularização fundiária (Cattelan; Moraes; Rossoni, 2020). O segundo mandato do petista, segundo os autores, seguiu a mesma linha do primeiro. O programa de reforma agrária nos governos Lula ficou no plano do combate à pobreza.

Esse cenário levou os autores a tecerem uma oportuna crítica respaldada em Fernandes (2008) e Santos (2011): de que o foco do governo Lula quanto à reforma agrária ficou na regularização de áreas já ocupadas e não na realização de uma política de desapropriações, logo, não interferiu efetivamente na estrutura fundiária. “Não há exatamente um enfrentamento da questão agrária, mas ações paliativas para as famílias sem terras [...]” (Santos, 2011, p. 151). Além disso, Lula apoiou fortemente ações voltadas à agricultura patronal.

Nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016), os números da reforma agrária foram baixos. O estudo supracitado coloca que não houve um planejamento e propostas robustas no âmbito da temática e o número de famílias assentadas seguiu decaindo. Em contrapartida,

¹⁹ De acordo com o Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (2024), em 2023, o orçamento do MDA foi de R\$ 6,16 bilhões – equivalente a 0,10% dos gastos públicos do país –, enquanto o orçamento do MAPA foi de R\$ 17,52 bilhões – o que corresponde a 0,34% dos gastos públicos.

vultuosos volumes de recursos foram destinados ao agronegócio via Planos Safra, sobretudo quando comparados com aqueles voltados à agricultura familiar.

Nesse sentido, Sant’Ana (2014) reflete que a Reforma Agrária, enquanto política de Estado voltada ao acesso amplo e democrático da terra não existiu no Brasil. Aqui, descartou-se a implementação de uma reforma agrária de desenvolvimento voltada à desconcentração fundiária e se realizou uma política de assentamentos voltada a dirimir conflitos provenientes da luta pela terra.

Nos tempos de Michel Temer – que governou de 2016 a 2018 devido ao golpe que depôs Rousseff –, o MDA foi extinto e suas atividades alocadas na recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social. Além disso, paralisou desapropriações, bem como demarcações em áreas quilombolas e indígenas; e liberou títulos definitivos de assentamentos mais antigos, permitindo legalmente a venda de lotes provenientes da reforma agrária.

Medeiros (2021) esclarece que quando ocorrem os assentamentos, deve haver um prazo para emancipação, ou seja, o momento em que, após implementadas políticas de infraestrutura produtiva e social ligadas à reforma agrária, os assentados passam a caminhar sozinhos, recebendo o título de seu lote e a pagar por ele, passando a ser incorporados à categoria geral de “agricultores familiares”. Entretanto, em muitos assentamentos do país isso nunca ocorreu, fazendo com que as famílias mais pobres passem anos vivendo em acampamentos, reproduzindo uma favelização do rural.

Segundo a autora, a partir de 2016, as titulações passaram a ser estimuladas e agilizadas, independentemente da efetivação das políticas de consolidação dos assentamentos. Isso contribui para um gradual retorno das terras da reforma agrária ao mercado: sem estrutura, recursos básicos para a produção – e sem uma política agrícola desenvolvida para a heterogeneidade e complexidade desse público. Muitas vezes, assentados recebem a “*mercadoria*” terra – por meio dos títulos – e como alternativa para se reproduzir acabam arrendando ou vendendo parte dos lotes.

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), houve a continuidade dos desmontes implementados no governo Temer. Houve cortes de recursos humanos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que reduziu muito sua capacidade de atuação – já abalada, devido a expressivas reduções orçamentárias do governo anterior. O governo bolsonarista investiu fortemente na emissão de títulos para os lotes de projetos de assentamentos sob o discurso que eles trariam autonomia às famílias assentadas e as tornaria agricultores familiares; os números da reforma agrária sofreram a maior retração registrada; e

a SEAD foi extinta e suas atividades transferidas para o MAPA. Ademais, houve intensificação do discurso criminalizador dos movimentos sociais de luta pela terra e aumento de conflitos no campo²⁰.

O desmonte das instituições e políticas públicas supra e a alocação da pasta responsável por pautas da agricultura familiar e política agrária junto ao MAPA – historicamente, defensor da agricultura patronal –, evidenciam como elas foram intencionalmente preteridas em favor do agronegócio e das grandes corporações voltadas ao rural. O MDA²¹ foi recriado pelo governo de Lula em janeiro de 2023.

Com relação ao atual governo petista (2023-2026), no âmbito da política agrária, observa-se um discurso de “amenizar conflitos”. Em abril de 2024, foi lançado o programa Terra da Gente, no qual, por meio de decreto, são previstas alternativas de aquisição de imóveis rurais pela União para destiná-los à reforma agrária. A desapropriação até permanece como uma possibilidade, mas são estimulados outros caminhos como “[...] o uso de terras que já pertencem à União, a negociação de dívidas de estados em troca de terrenos, a compra de propriedades de bancos e empresas públicas, a aquisição de imóveis penhorados e de terras adjudicadas [...]” (Moncau, 2024).

Lideranças do MST e da Comissão Pastoral da Terra reconhecem traços de inovação no programa, mas não visualizam avanços promissores a curto prazo, inclusive devido ao orçamento da reforma agrária, que para 2024 é de R\$ 659 milhões – o menor em todos os anos de governos petistas, que nunca ficou abaixo de R\$ 2,5 bilhões (Moncau, 2024). Novamente, observa-se uma postura do Estado buscando amenizar conflitos e conciliar paliativos às demandas que dizem respeito ao acesso à terra e ao apoio expressivo ao agronegócio.

²⁰ Para mais esclarecimentos sobre as ações – e omissões – do Estado nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro no âmbito da política agrária, inclusive seus posicionamentos quanto ao meio ambiente, terras indígenas e quilombolas, sugere-se o estudo de Pereira, Origuéla e Coca (2021) intitulado “A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo”.

²¹ Atualmente, são assuntos de competência do MDA: “[...] reforma agrária e regularização fundiária em áreas rurais da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas; o desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais; sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar; comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuário; biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar; e outros [...]” (Brasil, 2024a). Cabe salientar que, para tanto, o MDA articula políticas com viés agrário (como a reforma agrária), agrícola (como a ATER) e outras com mais de um viés, como o PAA, que congrega o agrícola e social.

1.2.3 Considerações sobre as Políticas públicas para a agricultura familiar a partir dos anos 1990

Este subitem discorrerá brevemente sobre a construção da categoria “agricultura familiar” e algumas políticas públicas voltadas a ela, as quais Grisa e Schneider (2015) propõem uma organização em três gerações.

Se foram incididos pelo avanço do neoliberalismo, os anos 1990 também contaram com a luta coletiva de organizações de agricultores²², requisitando políticas públicas específicas aos pequenos produtores. Essas lutas e o amadurecimento teórico-científico em torno do tema levaram ao reconhecimento da categoria social e política “agricultura familiar” – até então denominada pequena produção ou produção familiar – e à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995. Essa política agrícola visava à viabilização de crédito rural com condições diferenciadas de pagamento e juros mais adequados à realidade desse público, além da reserva de recursos específicos, evitando que agricultores familiares tivessem/tenham que concorrer por recursos com outras categorias de produtores.

Nos marcos neoliberais, dois estudos contribuíram de modo preponderante para a legitimação da categoria “agricultura familiar” e criação do PRONAF. Conforme Grisa (2010), foram eles: o relatório “*Brazil the management of agriculture, rural development and natural resources*”, elaborado pelo Banco Mundial, e os documentos resultantes dos trabalhos do Projeto UTF/BRA/036/BRA, desenvolvido devido a um convênio técnico entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Relatório do Banco Mundial reconheceu a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e geração de empregos nos países desenvolvidos e nos periféricos como o Brasil e aconselhou a redução da intervenção estatal na agricultura, sugerindo que o

²² Conforme Engelbrecht (2012), têm centralidade nesta luta o movimento sindical, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Estes, sobretudo o sindicalismo, teceram várias articulações, buscando o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social específica, que precisava de compromisso efetivo do Estado para políticas públicas diferenciadas como política de crédito diferenciada e apoio institucional. Como resposta do Estado foi criado o PRONAF e, a partir da categorização estabelecida pelo programa, o conceito “agricultor familiar” se difundiu. Entretanto, a autora se embasa em Garcia Jr. e Heredia (2009) para alertar que a discussão crítica e intelectual sobre a agricultura familiar não pode reduzir seu conceito ao que foi estabelecido pelo Estado. “[...] se esta expressão ficar vinculada apenas a uma política pública, estará diante do mesmo erro e da armadilha de só percebermos agentes sociais quando chegam a ser nomeados pelo Estado e, com isso, perde-se de vista muitas vezes o debate intelectual ou a mobilização política enquanto instâncias decisivas de crítica das classificações do mundo social em vigor e de nomeação de novas possibilidades [...]” (Engelbrecht, 2012, p. 75).

Estado interferisse somente nas falhas de mercado e em políticas ambientais e de redução da pobreza.

Os relatórios FAO/INCRA contribuíram para a definição de agricultura familiar²³, reconheceram a importância dessa categoria para a economia e a classificaram em *consolidada*, *periférica* e *em transição*²⁴, propondo um conjunto de políticas para a construção de uma nova estratégia de desenvolvimento rural (Banco Mundial, 1994 *apud* Grisa, 2010; FAO/INCRA, 1994, 1996).

Grisa e Schneider (2015) esclarecem que após o PRONAF, outros programas voltados ao fortalecimento e garantia da produção agrícola dos agricultores familiares foram criados, como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF/2004) e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF/2006). Esses programas continuam vigentes e estão em constantes ajustes/aperfeiçoamento. Segundo os autores, é dessa forma que se constitui a **primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: elas apresentam um referencial basicamente agrícola – composto por crédito rural, seguro de produção e de preços – e agrário – com uma política de assentamentos de reforma agrária, a qual discutiu-se anteriormente.

A **segunda geração** é composta por políticas com aporte em ações sociais e assistenciais, na qual se destacam o a criação do “Pronafinho”²⁵ (1997) e do “Grupo B” do Pronaf (1999); o Programa Fome Zero (2003), o Programa Bolsa Família (2003), o Programa Garantia Safra (2002), o Programa Nacional de Habitação Rural (2003), o Plano Brasil sem Miséria (2011) e o Fomento às Atividades Produtivas Rurais (2011). Essas iniciativas reconhecidamente contribuíram e contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural,

²³ Atualmente, nos termos da Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar: “[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (Brasil, 2006). Também se equiparam ao agricultor familiar: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas e quilombolas, respeitados os requisitos da referida normativa [...]”.

²⁴ Cazella *et al.* (2016, p. 59-60), com base em FAO/INCRA (1994) define as três categorias de agricultores familiares propostas: “a) **consolidados**: portadores de renda agropecuária elevada e capazes de sustentar seu próprio crescimento sem maior apoio do Estado; b) **em transição**: com grandes chances de se consolidar desde que o Estado aporte apoio via políticas públicas setoriais; e c) **periféricos**: com pouca perspectiva de permanecer no setor agropecuário, mesmo se beneficiados por políticas agrícolas [...]”.

²⁵ “[...] linha de crédito no interior do PRONAF voltada a agricultores bem próximos da linha de pobreza, ou seja, em média, um terço do nível de renda bruta dos primeiros beneficiários do Programa. Tratava-se de um público mais próximo aos ‘periféricos’, segundo classificações dos Relatórios FAO/INCRA, diferindo das concepções originais do PRONAF [...]” (Abramovay; Piketty, 2005 *apud* Grisa, 2010, p. 99).

porém foram destinando cada vez mais políticas sociais aos agricultores familiares, em detrimento de políticas agrícolas e agrárias amplas (Grisa; Schneider, 2015).

A **terceira geração de políticas para a agricultura familiar** contou com o desenvolvimento de ações voltadas à ampliação de mercados para esse público, de modo articulado com a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/2003), no qual o Estado, em suas três esferas, compra produtos da agricultura familiar e os distribui à população atendida e/ou em situação de vulnerabilidade social. Em 2009, houve mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo que no mínimo 30% dos recursos federais²⁶ para a alimentação escolar sejam destinados à aquisição de alimentos dessa categoria social; e, em 2004, foi criado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), visando estimular a produção e compra de oleaginosas da agricultura familiar.

Cabe destacar a criação do PAA, que foi um passo de alta relevância, uma vez que estimulou processos produtivos da agricultura familiar e viabilizou acesso a mercados – institucionais –, potencializando a renda dos agricultores fornecedores. O programa que contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar fortalece circuitos locais e regionais de produção e comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção de alimentos orgânicos, além de incentivar a alimentação saudável, estimulando o cooperativismo e o associativismo.

Segundo o Ipea (2019), os investimentos nesse programa foram crescentes desde sua criação até 2006. Em 2013, teve início um processo de oscilação de recursos, com queda no referido ano e leve recuperação em 2014. No entanto, a partir de 2015, houve um movimento de declínio dos recursos destinados ao PAA – movimento presente também em outros programas governamentais, resultado de ajustes do Estado capitalista frente a uma crise fiscal no país.

Dado o breve contexto sobre a política agrária e social, algumas reflexões são oportunas e necessárias. A criação do PRONAF²⁷ foi um avanço inegável para o fortalecimento da agricultura familiar, reservando recursos e condições específicas para essa população e abrindo portas para a criação de outros programas voltados à categoria. Contudo, não se pode esquecer que a prioridade da destinação de créditos e incentivos fiscais é voltada à agricultura

²⁶ Nos termos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

²⁷ Mais detalhes sobre suas linhas de crédito, juros e operacionalização podem ser consultados no MCR - Manual de Crédito Rural do Banco Central, no item “10 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)”. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>.

empresarial, que conta com menos estabelecimentos agrícolas, mas grandes áreas de terra. Um exemplo é a destinação de valores no âmbito dos Plano Safra, conforme tabela a seguir:

Quadro 2 - Distribuição de créditos dos Planos Safra (ano-safra 2019-2020 a ano-safra 2023-2024)

PLANO SAFRA	RECURSOS DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR (VIA PRONAF) ²⁸	RECURSOS DESTINADOS A MÉDIOS ²⁹ E GRANDES ³⁰ AGRICULTORES
2023-2024	R\$ 77,7 bi	R\$ 364,2 bi
2022-2023	R\$ 53,61 bi	R\$ 287,27 bi
2021-2022	R\$ 39,34 bi	R\$ 211,88 bi
2020-2021	R\$ 33,0 bi	R\$ 203,3 bi
2019-2020	R\$ 31,22 bi	R\$ 194,37 bi

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024) com base em FETAEP (2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Observa-se que nos últimos 5 (cinco) anos-safra, o volume de recursos disponibilizados aos médios e grandes agricultores é substancialmente mais elevado do que aqueles destinados ao PRONAF, evidenciando uma diferenciação nas ações de financiamento e incentivo. Nessa perspectiva, Corcioli e Medina (2023) asseveram que o agronegócio brasileiro, que se traduz na agricultura empresarial, é

[...] um segmento cuja competitividade deve-se a alto grau de benefícios que tem recebido ao longo de décadas. Esses benefícios incluem a política agrária que tem sido conivente com grilagem de terras (Torres *et al.*, 2017), a política ambiental leniente com desmatamentos ilegais em fronteiras agrícolas (Mello-Théry, 2019) e a renúncias fiscais como as da lei Kandir, que isenta de tributos exportações de produtos primários como soja em grãos (Marinho; Duca, 2019). O agronegócio conta com o apoio do Estado brasileiro, seja por meio das políticas indiretas, como as voltadas à infraestrutura, câmbio e de incentivos fiscais, seja por meio das políticas diretas como as políticas de crédito rural (Corcioli; Medina, 2023, p. 90).

O volume de recursos para crédito é apenas uma das vias pelas quais o Estado há anos vem respaldando a agricultura patronal. Também a apoia por meio de ações indiretas, como isenções e incentivos fiscais, ajustes logísticos e infraestruturais. Ademais, também a benefi-

²⁸ Para fins do PRONAF, considera-se agricultor familiar aquele que atende aos critérios da Lei nº 11.326/2006, do Cadastro da Agricultura Familiar, possui CAF/PRONAF e que possui faturamento anual de até R\$ 500.000,00.

²⁹ Médios produtores são aqueles que – em 2024, até a vigência do Plano Safra 2023-2024 – mesmo possuindo faturamento anual de até R\$ 500.000,00 não se enquadram nos critérios do PRONAF/agricultura familiar, ou possuem faturamento anual de R\$ 500.000,01 até R\$ 3.000.000,00. Eles são atendidos via Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

³⁰ Grandes agricultores são aquelas cooperativas que não são da agricultura familiar e os demais produtores.

cia pelo que não faz ou deixa de promover, isto é, quando afrouxa outras políticas ou é negligente com o estabelecimento de processos fiscalizatórios efetivos.

Ponto importante a destacar é que ao fortalecer de modo tão amplo o agronegócio – o maior utilizador de agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinários de alta tecnologia – o Estado indiretamente transfere recursos a grandes corporações transnacionais, pois, como se verá no próximo capítulo, poucas – e grandiosas – empresas de capital estrangeiro monopolizam a produção e comercialização desses produtos (Corcioli; Medina, 2023)

Em relação ao PRONAF, o programa passou por aprimoramentos e hoje prevê crédito para custeio e/ou investimento nas áreas de produção animal, vegetal, agroindústrias, turismo rural, extrativismo, entre outras; e conta com linhas voltadas a mulheres e jovens e aos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.

No entanto, Cazella *et al.* (2016, p. 59) colocam que as principais críticas ao Programa residem na “[...] persistente desigualdade observada na distribuição de recursos entre as cinco macrorregiões do país, a concentração de contratos em culturas destinadas prioritariamente à exportação e a exclusão de amplos segmentos da agricultura familiar, sobretudo dos mais pobres [...]”.

Conforme o estudo, essa insuficiente capacidade de inclusão do PRONAF ocorre porque desde a gênese a universalização não era o enfoque do programa. Dada a classificação dos agricultores familiares entre *consolidados*, *em transição* e *periféricos*, os trabalhos da FAO e INCRA recomendaram a implementação de uma política de crédito rural para a modernização técnico-produtiva que priorizasse os agricultores *em transição*. Aos *periféricos*, caberia o atendimento via políticas sociais. Seria necessário “[...] combater primeiramente as situações de pobreza com outros tipos de políticas, para então construir-se ‘portas de saída’ em termos de produção e de inserção nos mercados [...]” (Cazella *et al.*, 2016, p. 60). O Pronafinho e o PRONAF voltado ao Grupo B foram criados como ampliação de alternativas, porém não tiveram força expressiva.

Mostra-se, claramente, um cenário em que, prioritariamente, políticas produtivas (agrícolas) são destinadas aos agricultores mais capitalizados e políticas sociais ao mais pobres. Nesse sentido, Becher (2021) assevera que

Embora o PRONAF consista em um marco para a categoria agricultor familiar, não podemos deixar de considerar que acabou por categorizar e fornecer crédito a uma parcela da população que já tinha acesso à terra, com renda, os chamados agricultores familiares capitalizados, [...] e não famílias empobrecidas que vivem neste território e que portanto, constitui-se uma política agrícola para uma parcela da população que vive no campo, os capitalizados.

Essa forma de estrutura de política agrícola via crédito rural, foi profundamente difundida pelas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural do país, que influenciadas pelas agências internacionais, acreditavam no crédito como uma alternativa fundamental para o desenvolvimento rural [...] (Becher, 2021, p. 150).

Assim, as entidades de ATER, importantes executoras do posicionamento do Estado, que outrora disseminaram os pacotes tecnológicos e de crédito da Revolução Verde, passaram a apregoar amplamente o PRONAF e elaborar projetos de crédito para acesso a ele, incentivando-o como ferramenta de alta relevância para a implantação de tecnologias nos estabelecimentos rurais atendidos. Essas mesmas entidades, a partir dos anos 2000, passaram a ser responsabilizadas por executar programas de cunho social junto à população pobre do rural, como o Fomento às Atividades Produtivas.

1.2.4 Breve panorama crítico sobre as políticas voltadas ao rural brasileiro

Este subitem busca refletir, brevemente, sobre as políticas públicas voltadas ao rural, considerando as informações e discussões acima. Não se trata de respostas definitivas, mas uma tentativa de aproximações de como o Estado age diante das políticas agrárias, sociais e agrícolas no Brasil – o que reverbera na vida de milhares de famílias e incide na questão agrária.

No que se refere à política agrária, Sant’Ana (2014) cauciona que no contexto neoliberal, as tensões e os conflitos provenientes da luta pela terra foram enfrentados por meio de uma política de assentamentos dispersa e pela criminalização dos movimentos sociais. Nos assentamentos implantados, as políticas agrícolas e sociais que poderiam garantir não só o acesso, mas a permanência da população assentada nas diferentes regiões do país sempre foram frágeis e, em alguns governos, praticamente inexistentes.

A autora defende ainda que, nos Governos Lula, houve um aumento de programas voltados à agricultura familiar e à redução da violência contra movimentos sociais, mas a direção política neoliberal da reforma agrária foi mantida, isto é, uma redistribuição de terras desacompanhada de políticas públicas garantidoras do fortalecimento e autonomia dos assentados como produtores autônomos, responsáveis por produzir alimentos e reproduzir dignamente sua vida e de sua família meio do trabalho, mas ancorada em programas sociais voltados aqueles que não têm renda. Desse modo, a reforma agrária é tratada como política social focalizada e compensatória, voltada aos benefícios sociais e não à viabilização da produção. Ela é convertida de uma política de desenvolvimento para uma política social.

Ademais, cabe salientar que os programas de reforma agrária brasileiros nunca abalaram de fato a estrutura fundiária do país, e se já no governo de Fernando Henrique Cardoso eles foram estimulados a ocorrer pela via do mercado, esta via permaneceu e passou de governo para governo. Um exemplo é o Programa Nacional de Crédito Fundiário, criado, em 2003, no governo Lula, que é um tipo de crédito rural com recursos subsidiados pelo Fundo de Terras da Reforma Agrária, que permite o financiamento de pequenas áreas de terras, com prazo de pagamento de 25 anos e com condições diferenciadas para jovens de 16 a 29 anos.

No movimento dessas tendências, em sua tese de doutoramento, ao refletir sobre o alcance da proteção social à população do campo, Becher (2021, p. 244-245) defende que há uma tendência nas políticas públicas em transferir à política social o papel de solucionar a situação de empobrecimento da população rural, resultante de um processo muito mais complexo e estrutural das próprias estruturas impostas pelo capitalismo e da concentração agrária. Desse modo, segundo a autora, ocorre uma metamorfose das políticas agrárias em política social, o que separa ainda mais a política agrária da agrícola. Essa conjuntura faz parte do receituário neoliberal implementado nos países da América Latina – entre eles o Brasil –, visando investir em várias áreas como assistência social, saúde e educação por meio de reformas políticas, mas sem intervir no padrão fundiário.

Observa-se a população rural em um complexo contexto: no bojo do Estado periférico dependente se desenvolve uma **política agrícola** que prima pela robustez da balança comercial, incentivando a produção do grande agronegócio por meio de incentivos fiscais, crédito e subvenções; e no âmbito da agricultura familiar, preconiza os agricultores minimamente capitalizados – aqueles que possuem segurança jurídica de acesso/exploração da terra, bem como uma renda agrícola e garantias – avalistas ou bens – que, no contexto bancário, os permitem acessar crédito via PRONAF.

A **política agrária** aparenta ter se tornado um mecanismo reativo do Estado – que não proage diante da concentração fundiária e desigualdade no rural, mas reage diante de ocupações e outros conflitos – trabalhando com uma política de insuficientes e lentos assentamentos, estimulando o acesso à terra por meio do mercado e viabilizando programas sociais de combate à pobreza para os mais pobres entre os assentados, em detrimento do estímulo produtivo. Isso pode gerar, paulatinamente, uma reprodução dentro das terras da reforma agrária da divisão entre “assentados em transição” – que com melhores condições financeiras e estruturais consegue acessar mecanismos de crédito e “assentados periféricos”³¹.

³¹ Aqui, utiliza-se propositalmente a analogia à classificação estabelecida nos relatórios da FAO/INCRA.

Enquanto isso, a **política social** passa a ser responsabilizada para enfrentar sobretudo a pobreza, mas também a vulnerabilidade social, a proletarianização, o êxodo rural, entre outras expressões da *questão social*, que são estruturais haja vista as relações entre o capital e o trabalho no campo, mas que no contexto do capital são compartimentadas.

Demarca-se que a política social – compreendendo-a na articulação das políticas da seguridade social com as políticas setoriais – é indispensável para prover proteção social e garantir direitos no rural. Ela contribui diretamente para o bem viver das populações do campo, das águas e das florestas e incide nas condições de renda e decisões como a permanência no campo. Todavia, por si só é paliativa e insuficiente para lidar com a questão agrária e seus complexos atravessamentos.

É nesse contexto denso que se situa a atuação profissional dos/as assistentes sociais no rural, por meio da inserção em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Esses profissionais atuam junto às expressões da *questão social* que se materializam em seu cotidiano, por meio de mediações histórico-culturais particulares (Sant’Ana, 2012) e o trabalho deles se desenvolve por meio das políticas sociais.

O próximo tópico empreenderá esforços para refletir criticamente sobre a questão agrária nos marcos da *questão social* e o exercício profissional do/a assistente social, sobretudo na contemporaneidade.

2 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: PARTICULARIDADES E MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

A questão agrária está diretamente ligada à terra. De modo sintético, Stedile (2021) a conceitua como uma área do conhecimento que busca estudar, pesquisar e conhecer, de forma ampla ou em territórios/regiões específicas, como cada sociedade organiza historicamente o uso, a posse e a propriedade da terra. O uso tem a ver com quais produtos são cultivados para atender as necessidades sociais e que destino se dá a eles, por exemplo, como são consumidos, distribuídos, comercializados. A posse diz respeito a quem vive e domina o território. Por fim, a propriedade é a condição jurídica que no contexto do capital garante o direito de uma pessoa ou empresa a ter a propriedade privada de determinada área, cercá-la, cercar o acesso de outras pessoas a ela.

Traspadini (2016) coloca que a questão agrária é uma categoria analítica fundamental para explicar o funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina, pois remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, que é característico do capitalismo latino-americano. Ela explicita o movimento dialético e dialógico entre o campo e a cidade e entre as nações na dinâmica da produção de mercadorias no contexto do capital.

Para Sant’Ana (2012, p. 153),

[...] a questão agrária expressa os diferentes conflitos decorrentes do uso da terra e/ou da relação capital/trabalho desencadeados ou aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrário vigente. No atual contexto, são as relações capitalistas que dão a formatação ao modelo de desenvolvimento agrário, embora alguns conflitos étnicos-culturais extravasem o âmbito específico das relações capital/trabalho.

De acordo com Gorender (2013), no modo de produção capitalista³², a agricultura se incorpora ao sistema econômico como um de seus ramos industriais. Para o autor, ela pode ser comparada a um ramo industrial como a siderurgia, a tecelagem, a mecânica, entre outros, mas com uma peculiaridade ineliminável: o problema da terra, isto é, um recurso limitado e insubstituível.

³² Não há consenso na discussão sobre a origem do capitalismo no Brasil – inclusive no rural.

Lusa (2012, p. 63) afirma que a formação histórica do Brasil “[...] constitui-se social, política, econômica e culturalmente com base na grande propriedade agrária, voltada à monocultura e originalmente escravocrata [...]”. E, na cena contemporânea, a presença do latifúndio é marcante em todas as regiões do país, coexistindo com “[...] a média e pequena produção agrícola, o campesinato e o proletariado rural [...]”.

O latifúndio foi basilar na colonização brasileira. A autora coloca que é consenso entre vários estudiosos de que a chegada dos portugueses e seu processo colonizatório instaurou a propriedade privada e a escravidão – primeiro de indígenas, depois de africanos. Lusa (2012) se embasa em Prado Júnior (2006) para salientar que três raças foram centrais na composição étnica do país: o branco, principalmente de origem portuguesa; o negro africano, que chega na condição de escravizado; e o indígena, que estava neste território, mas foi subjugado e marginalizado.

Pouco mais de 30 anos após a chegada dos portugueses, foi instituído o regime das sesmarias, no qual os capitães das capitanias hereditárias concediam grandes áreas de terras a *colonos* para cultivo e fortalecimento da economia lusitana³³. Aqui se observa a gênese da concentração fundiária no Brasil, calcada no latifúndio: grandes áreas de terra são doadas para indivíduos com alguma proximidade com o Reino para colonização, em uma estratégia para não se perder território. Esses indivíduos, por sua vez, fazem concessões de amplas porções de seus territórios aos sesmeiros, em um processo em que, legalmente, previa-se que fossem cultivadas por pelo menos 5 (cinco) anos, com o respectivo pagamento de impostos à Coroa. Contudo, na prática, essa regra era frequentemente quebrada (Prado Júnior, 1993).

Além disso, embora legalmente proibido, era comum sesmeiros arrendarem partes de suas terras a pequenos lavradores. Ainda, dada a amplitude das áreas e a precariedade das demarcações – quando ocorriam –, era recorrente a presença de posseiros e a tentativa de alguns sesmeiros de se apropriarem de áreas limítrofes, o que gerava tensões. Esse regime durou até 1822.

³³ De acordo com Prado Júnior (1993), a partir da terceira década do século XVI, a coroa de Portugal decidiu ocupar efetivamente as terras tupiniquins por meio do povoamento e colonização. Tal decisão não se deu ao acaso, uma vez que o interesse e incursões francesas aumentavam pelo território. Não se tratava de tarefa fácil, pois não havia muitos interessados em se estabelecer permanentemente no Brasil para essa finalidade. Dos pouco mais de uma dezena que se candidataram, não havia nomes da alta nobreza, tratava-se de indivíduos de pouca expressão social e econômica. A tática adotada pelo Reino foi dividir a costa brasileira em **capitanias hereditárias**, que foram doadas aos seus titulares, dando-lhes amplos poderes, como nomear autoridades administrativas e juizes dentro de seus territórios e cobrar impostos e distribuir terras, por meio da concessão das **sesmarias** – amplas áreas de terra que ficavam dentro das capitanias e eram concedidas pelos capitães aos chamados donatários, que passavam a ter o direito de usufruto da área, com vistas a cultivá-la.

A produção de monoculturas em larga escala voltada ao abastecimento do mercado externo esteve presente por toda a história do país. Primeiramente, a cana-de-açúcar – século XVI ao século XVIII –, que, por um período, foi acompanhada pelo tabaco – início do século XVII ao início do século XIX –, mesmo este ocupando um caráter secundário na composição das exportações. Durante o século XVIII, teve destaque a mineração³⁴, com extração de ouro nas regiões correspondentes aos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, sobretudo, no primeiro. Portugal se beneficiou muito desse período por meio da cobrança de elevados impostos sobre o produto.

Em meados do século XVIII, o algodão passou a ter grande visibilidade. O produto já era cultivado no país, mas passou a ter alta relevância econômica quando começou a ser demandado em grandes quantidades pela Europa devido à Revolução Industrial. Também houve o período do café. O produto começou a ser cultivado no século XVIII, mas no século seguinte se tornou o principal produto de exportação, até os primeiros anos do século XX. Enquanto o café vivia seu apogeu, dois produtos secundários também contribuíam com as exportações brasileiras: a borracha – das últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX – e o cacau – século XIX e início do século XX (Prado Júnior, 1993).

Lusa (2012, p. 72) apoia-se em Guimarães (1968) e Prado Júnior (2006) para colocar que atividades de subsistência também sempre ocorreram. No contexto da centralidade canavieira, elas ocorriam em torno dos engenhos, tanto para a manutenção da vida quanto para o abastecimento dos centros e comunidades do entorno.

A principal força de trabalho desse tipo de produção era o próprio lavrador, arrendatário, posseiro e sua família, ou, eventualmente, algum escravo ou mestiço servil em uma pequena roça própria, trabalhando em seu dia de folga e dividindo a produção com seu senhor. Os principais alimentos produzidos para subsistência eram mandioca, milho, arroz, feijão e carnes.

Conforme a autora, mesmo sendo altamente relevantes, essas atividades ficaram por muito tempo subordinadas ao monopólio da terra. Exemplo disso pode ser visto em Prado Júnior (1993), que afirma que, até meados do século XVII, o Brasil se manteve como o maior produtor de açúcar do mundo. Tamanho era o enfoque na monocultura canavieira, que os locais mais densos de povoamento sofriam com a insuficiência alimentar – situação que se

³⁴ Há um entendimento de que, embora trate-se de atividade extrativa, o chamado “Ciclo do Ouro”, teve grande importância econômica, política e social. Embora tenha sido um período relativamente curto, em seu ápice, chegou a ser o principal produto de exportação. A mineração contribuiu decisivamente para o povoamento da região central do país e foi decisiva para o deslocamento da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

agravou a partir do século XVIII. O autor menciona que o governo vinha estabelecendo algumas normativas para que proprietários de terras plantassem gêneros alimentares, mas encontrava resistência de muitos latifundiários, frustrando as medidas.

Compreende-se aliás esta atitude dos grandes proprietários e senhores de engenho. O problema da carestia e da falta de alimentos não existia para eles, e convinha-lhes muito mais plantar a cana, embora pagassem preços mais elevados pelos gêneros que consumiam. E como eram eles que detinham a maior e melhor parte das terras aproveitáveis, o problema da alimentação nunca se resolverá convenientemente. A população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar que reservara para si as melhores terras disponíveis (Prado Júnior, 1993, p. 43).

Além da predominância das monoculturas sobre a produção de alimentos para subsistência, é importante salientar que a exploração das terras brasileiras, desde a colonização, ocorreu de forma predatória e destrutiva, com baixíssimo nível técnico. Em um fragmento de sua obra, Prado Júnior (1993), ao abordar a agricultura no início do século XIX, afirma que, até aquele momento, ela havia crescido muito mais em quantidade do que em qualidade, utilizando práticas ainda da época da ocupação do país, como a realização de queimadas para a implantação de novas áreas; o abandono de grandes porções de terra por vários anos quando os solos perdiam fertilidade; e o desmatamento intensivo e extensivo visando à utilização de lenha – como, por exemplo, na época da cana-de-açúcar – e/ou acesso a novas áreas de terra.

Engelbrecht (2018) recorre a Guimarães (1989) para explicar que a instituição da pequena propriedade só se consolidou após a chegada dos imigrantes europeus às regiões meridionais do Brasil, por volta de 1808, com o objetivo de formar núcleos de produção de alimentos para abastecer as cidades, mas destaca que, antes desse momento histórico, vinha se gestando uma classe camponesa, que era composta por trabalhadores do campo que haviam sofrido um longo processo de espoliação e que foram forçados a se incorporar nos engenhos de açúcar, formando uma multidão de trabalhadores livres e pobres, que viviam nas fazendas e eram chamados de agregados.

Com o fim das sesmarias (1822), algumas áreas de terra passaram a ser ocupadas pelas camadas mais pobres da população. Segundo Westin (2020), logo após a Independência, Dom Pedro I proibiu a doação de novas sesmarias, mas não promulgou outro dispositivo legal quanto à apropriação de terras rurais, o que criou um *limbo* jurídico. Nesse contexto, começaram inúmeras ocupações de terras públicas desocupadas – já se comentou aqui como as ses-

marias eram grandes, mal demarcadas e não ocupadas integralmente, além disso, dada a extensão territorial do país, essas áreas não o cobriam todo o território. “Assim, por meio da simples ocupação, surgiram humildes camponeses cultivando para a própria subsistência e poderosos latifundiários plantando para a exportação [...]” (Westin, 2020). Camponeses pobres e grandes latifundiários encontravam-se na mesma condição de posseiros. A Lei de Terras só foi promulgada em 1850, após ficar sete anos em discussão entre deputados e senadores da época – que, em sua maioria, eram senhores de terras. Com ela, o Brasil reforçou sua opção pela organização fundiária baseada no latifúndio.

Westin (2020) salienta que a referida lei proibiu a ocupação de terras públicas, sob pena de prisão, e estabeleceu que o acesso às terras devolutas³⁵, dali em diante, ocorreria apenas por meio de compra e concedeu uma anistia geral aos sesmeiros que haviam desobedecido à regra de cultivar em toda sua área, bem como aos posseiros, de modo que pagando as devidas taxas, poderiam fazer a escritura das propriedades. Contudo, “[...] o grande obstáculo que a Lei de Terras impôs aos camponeses, afastando deles a anistia, foi a cobrança de taxas para a regularização da propriedade. Para os grandes posseiros, as taxas não pesavam no bolso. Para os pequenos, elas podiam ser proibitivas [...]” (Westin, 2020). Sem informação, dinheiro e influência, muitos camponeses perderam suas terras e foram conduzidos a ser mão de obra em grandes lavouras, como as de café.

Destaca-se que nessa conjuntura a escravidão estava em franco declínio. Nesse sentido, a Lei de Terras foi altamente propícia aos grandes proprietários. Por um lado, dificultou o acesso de trabalhadores pobres à terra e dos escravos que mais tarde seriam libertos – até porque o preço das terras públicas era alto – e isso contribuía para o fornecimento de mão de obra para suas propriedades. Por outro, era o século XIX, período em que o Brasil buscava se adequar em vários aspectos à dinâmica capitalista mundial. Dada a realidade secular de escravidão, o poder e o status estavam diretamente ligados ao número de escravos que se tinha. Uma vez que a escravatura se finda, é a quantidade de terras que vai conferir poder.

Segundo Hadich e Andrade (2021), durante a Segunda Guerra (1939-1945), houve um amplo desenvolvimento tecnológico no âmbito das indústrias farmacêuticas, químicas e bélicas que, com o fim do confronto armado, tiveram que reposicionar todo o conhecimento e os mercados construídos. A indústria química e farmacêutica reorientou sua produção para a

³⁵ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse (Brasil, 2024b).

agricultura, sobretudo desenvolvendo agrotóxicos e sementes. A indústria bélica se redirecionou da fabricação de veículos de guerra para a mecanização agrícola.

Enquanto isso, o Brasil do pós-guerra passava por um processo em que o desenvolvimento tomava corpo. Essa realidade era campo fértil para a entrada da *Revolução Verde* no país. O conjunto de técnicas que a configura começou nos Estados Unidos e nos países mais desenvolvidos da Europa e, anos depois, foi sendo introduzido em outros países, incluindo os periféricos. Suas propostas prometiam dar celeridade e aumentar – quantitativa e qualitativamente – a produção de alimentos no mundo de modo a acabar com a fome, principalmente nos países mais pobres.

A Revolução Verde foi um processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial. [...] [No Brasil, foi] [...] tecnicamente modernizante (técnicas, mecanização, insumos e créditos) e socialmente conservadora (manutenção da estrutura fundiária), porque baseada numa aliança entre as elites industrial e agrária, resultando na derrota do movimento pela reforma agrária. A aplicação do pacote tecnológico aos monocultivos em grandes extensões de terra tinha por objetivo central a exportação de matéria-prima (Hadich; Andrade, 2021, p. 651-655).

Com a capilarização da Revolução Verde, o capitalismo monopolista se alastrou no campo brasileiro, trazendo pacotes tecnológicos e discursos *modernizantes*, que se contrastavam com a conservação da concentração fundiária e o abastecimento ao mercado externo – que nada tinham de moderno.

Durante a Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos, com objetivo de garantir expansão de poder e da soberania, encabeçaram uma proposta para a agricultura em vários países, calcada no crédito rural e na assistência técnica, visando *modernizar* a produção agrícola, “[...] que em síntese, seria a adoção de uma política de dependência: fertilizantes químicos, venenos (agrotóxicos), mecanização e monoculturas, em detrimento da biodiversidade e da autonomia dos agricultores [...]” (Hadich; Andrade, 2021, p. 654).

Nesse sentido, organizações americanas, como a Fundação Rockefeller e Fundação Ford, passaram a financiar pesquisas e a exportação de tecnologias. Foi assim que, na década de 1940, a primeira, por intermédio da Associação Internacional Americana para o Desenvol-

vimento Econômico e Social (AIA) começou a estabelecer parcerias com governos estaduais e mais tarde com o governo federal para a implantação de serviços de assistência técnica no Brasil³⁶. O Estado apoiou a entrada da proposta e com o passar dos anos foi assumindo a ATER por meio da criação de empresas estaduais e um sistema nacional de ATER.

Se no governo de Juscelino Kubitschek, com suas pautas desenvolvimentistas e seu lema “50 anos em 5”, houve apoio às premissas da Revolução Verde, na Ditadura Militar essa abertura se elevou drasticamente. Segundo Hadich e Andrade (2021, p. 655), os governos militares implantaram quatro ações que contribuíram diretamente para o triunfo da referida “Revolução”: em 1967, criaram o “Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como principal estrutura de fomento à produção agropecuária”; em 1973, implantaram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), responsável por pesquisas voltadas à adaptação de cultivos às condições climáticas do país; em 1974, articularam as agências estaduais de ATER no sistema Embrater – Empresa Brasileira de ATER –, buscando alinhar as práticas difundidas em todo o país; e a educação como estratégia para modernizar a agricultura, transmitindo tecnologias e “elevando padrões culturais”.

A chamada *Revolução Verde* foi uma das estratégias de avanço do capitalismo no campo. No Brasil, se, por um lado, contribuiu para a tecnificação produtiva e o aumento massivo da produção de grãos e outras *commodities*, por outro, esse processo calcado no difusionismo técnico e no incentivo à adesão de pacotes tecnológicos por meio do crédito rural levou muitos camponeses ao endividamento e à perda de suas terras; alijou vários pequenos produtores dos serviços de ATER, uma vez que eles “possuíam menor capacidade de resposta”; e incidiu no aumento de trabalhadores volantes, assalariados, sem-terra e no êxodo rural, com consequente inchaço populacional urbano e ampliação do exército industrial de reserva.

A *Revolução Verde* não cumpriu sua promessa de acabar com a fome no mundo e deixou uma gama de consequências, como: o aumento da concentração fundiária e o empobrecimento dos pequenos agricultores; a alteração das características socioculturais do meio rural devido ao êxodo rural em massa; o esgotamento dos solos, a agressão ao meio ambiente e a redução da biodiversidade; a apropriação das terras e dos recursos naturais brasileiros por corporações multinacionais; a sofisticação da indústria do agrotóxico e da genética; e a ten-

³⁶ A primeira ACAR foi criada em Minas Gerais, em 06/12/1948, depois de articulações entre Nelson Rockefeller e o governo mineiro. Considerando os bons resultados da ACAR-MG, Juscelino Kubitschek, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano, criando o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), em uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada ACAR nos respectivos estados (Peixoto, 2008).

dência à padronização da organização da vida no campo e na cidade, ou seja, no que se produz e no que se come.

Entretanto, esse desenvolvimento socioprodutivo e ideológico do capital no rural brasileiro não se deu sem tensões, enfrentamentos, a criação de movimentos sociais e conflitos, ainda que muitas vezes invisibilizados. São exemplos as Ligas Camponesas, nascidas nos anos 1940, que tiveram bastante destaque no Nordeste; a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, pela ala mais progressista da Igreja Católica; e os processos de mobilização coletiva em prol da ocupação de terras no Sul, no final dos anos 1970, que mais tarde culminariam na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (Gasparotto; Teló, 2021).

Nesse contexto, outro aspecto referente às expressões da questão agrária diz respeito à postura do Estado e suas respostas à luta pela terra. Entre as Reformas de Base defendidas pelo presidente João Goulart (1961-1964) estava a implementação de uma Reforma Agrária. Assim, em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (Supra), com a função de elaborar instrumentos legais e institucionais para tratar da questão. Em 1963, sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural, uma normativa que regulamentava as relações de trabalho no campo, estendendo aos trabalhadores rurais direitos que os urbanos tinham assegurados desde a criação da via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como férias e jornada diária de trabalho de 8 (oito) horas. E, em março de 1964, por meio da Supra, estabeleceu via decreto que a faixa de 10 (dez) quilômetros às margens das rodovias federais deveria ser desapropriada para fins de reforma agrária – imóveis a partir de 500 hectares. Esse decreto, sobretudo, foi visto como uma grande ameaça pelos setores empresariais urbanos e rurais, o que contribuiu para o cenário do golpe militar, que ocorreria pouco depois (Medeiros, 2021; Gasparotto; Teló, 2021).

De modo paradoxal, paralela à forte repressão aos movimentos camponeses e urbanos, o Regime Militar foi o primeiro governo a fazer uma reforma agrária no país. Em 9 de novembro de 1964, foi aprovada a Emenda Constitucional 10 (Brasil, 1964a), que dava poderes à União para fazer desapropriações de imóveis rurais, por necessidade, utilidade pública ou interesse social, mediante “prévia e justa indenização em dinheiro”. As áreas a serem desapropriadas deveriam pertencer às “zonas prioritárias” de reforma agrária, que deveriam ser delimitadas, posteriormente, por meio de decreto do executivo.

Na sequência, em 30 de novembro do mesmo ano, foi aprovado o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/1964 (Brasil, 1964b), preconizando desapropriações em áreas de conflito, estabelecendo as áreas prioritárias para reforma agrária e demarcando, em concepções e defesas, o

alinhamento com o novo modelo de agricultura, nivelado à Revolução Verde e ao desenvolvimento civil-militar.

Sant’Ana (2014) tece uma relevante crítica sobre esse processo. Articulando repressão e legislação, a ditadura abortou o debate sobre a reforma agrária que vinha crescendo por todo o país. O Estatuto da Terra foi resultante das discussões que estavam acontecendo desde o início da década, porém, na versão promulgada pelos militares, preconizou-se como caminho para a agricultura a modernização baseada na grande propriedade, dispensando qualquer processo efetivo de desconcentração fundiária e conciliando interesses dos latifundiários e dos empresários capitalistas.

Enquanto isso, para os trabalhadores sem-terra, implementava uma política de colonização, que, nas palavras da autora, mais serviu para provocar conflitos dessa população migrante/assentada com as comunidades nativas do que, de fato, viabilizar acesso à terra. Além disso, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e algumas leis posteriores³⁷ teriam deixado brechas para a contratação desprotegida e precarizada, legitimando a condição de trabalhadores volantes.

Gorender (2013) trabalha com a perspectiva de que há duas linhas de desenvolvimento econômico no campo brasileiro³⁸: a do latifúndio e a da pequena exploração de caráter camponês-familiar independente. A do latifúndio seria permeada de formas camponesas – que o autor chama de plantagem ou latifúndio pecuário –, que vai se transformando com maior ou menor lentidão em empresa capitalista.

Enquanto isso, a da pequena exploração seria composta por sitiantes, pequenos arrendatários, posseiros, e parceiros autônomos. Devido à intensificação dinâmica do mercado interno, esta vai aumentando seu grau de mercantilização e reduzindo sua predominância de economia natural. Para Gorender, a pequena exploração de caráter camponês-familiar é um modo de produção³⁹ específico que varia desde a economia camponesa, com o predomínio dos processos artesanais de sua produção e enfoque no autoconsumo, até a economia estritamente familiar, mas totalmente voltada ao mercantilismo – que vende tudo, ou quase tudo, que produz e compra tudo, ou quase tudo, o que necessita, como bens de produção e consumo.

³⁷ Lei nº 5.889, de 8 de junho 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.

³⁸ Embora se coadune com Gorender acerca da existência dessas duas linhas principais, não se pretende negar a existência de outras manifestações no rural, tampouco separar terminantemente essas duas linhas, uma vez que é possível que algumas características de uma possam aparecer na outra.

³⁹ Modo de produção aqui diz respeito a forma de produzir. Não se trata do modo de produção capitalista, por exemplo.

Com relação à via da pequena exploração agrícola, Gorender (2013) destaca que esta garante parte significativa do abastecimento alimentar das cidades, mesmo desfavorecida pelo Estado em termos de apoio, benefícios e facilidades. Além disso, é responsável pela produção de alimentos diversificados, geralmente inseridos em circuitos mais curtos de comercialização.

Caldart (2016, p. 17) aborda algumas características e especificidades da agricultura camponesa. Trata-se de uma forma de fazer agricultura em que as famílias “[...] garantem sua reprodução social por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que trabalham dos que tomam decisões sobre o trabalho e se apropriam de seus resultados [...]”.

Desse modo, no espaço da produção estão os sujeitos que trabalham/produzem, gerem a(s) atividade(s) e se utilizam dos seus resultados – seja por meio do autoconsumo, das relações de troca/doações mútuas entre vizinhos, seja pela comercialização. A produção vai além das relações de mercado. Está imbrincada com os modos de vida, relações sociais, cultura, existência material e as subjetividades dos agricultores.

Caldart (2016, p. 17-18) elenca algumas características universais na agricultura camponesa, ou seja, que se apresentam na dinâmica da agricultura camponesa presente em todo o mundo, em diferentes épocas e lugares. São elas:

a) O objetivo principal da produção está ligado à reprodução social de seus trabalhadores diretos, que geralmente são os próprios membros da família, mas também podem ser de um círculo mais amplo;

b) Está alicerçada no trabalho familiar, sendo que o uso da terra pode ocorrer de modo direto e somente pela família, em formas de parceria com famílias vizinhas ou parentes ou ainda em coletivos mais amplos, podendo se dar inclusive com partes de lotes arrendados a terceiros;

c) Se sobressai a produção de alimentos tanto para reprodução familiar como para abastecer a sociedade, o que gera uma produção diversificada que pode combinar produção vegetal, criações, extrativismo e processamento primário;

d) Uma forma de relação com a natureza e de manejo dos recursos naturais de natureza socioambiental vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada região;

e) “Diversidade determinada pela capacidade de adequação às características (naturais e institucionais) dos contextos em que se insere e de autotransformação das famílias camponesas nestas relações. Camponeses, em contextos diversos, podem se mostrar tanto dinâmicos, quanto conservadores e em situações de disposição maior às mudanças podem tender à

tecnificação própria ao modelo hegemônico ou podem decidir por experimentar inovações tecnológicas alternativas”;

f) Os saberes e as experiências de produção vivenciados pelos agricultores e agricultoras viram referências para a reprodução de novos ciclos produtivos; e

g) A identidade é de adequação ao ambiente onde se insere, mas também de resistência aos processos de dominação e exploração. Essa resistência pode acontecer de modo individual, familiar ou em organização coletiva.

Obviamente que entre os camponeses mais pobres – dado os desdobramentos do avanço geográfico da grande propriedade e/ou das várias manifestações da questão agrária –, para alcançar receitas viáveis para se manter e manter sua família, por vezes, faz-se necessário vender força de trabalho temporariamente para outros agricultores das proximidades – na qualidade de “trabalhador volante”, ou, em alguns casos, migrar para outros municípios/estados por alguns meses, nas épocas de safra de determinados produtos.

Na cena contemporânea, pode ocorrer que algum(ns) membro(s) da família venda(m) sua mão de obra de modo continuado no campo, na condição de proletários rurais; ou, nas cidades, de modo assalariado na indústria ou no comércio, por exemplo; ou ainda em ocupações sem direitos, como diaristas domésticos, ou na construção civil. Esses trabalhadores permanecem morando no campo e, geralmente, contribuindo nas atividades da propriedade nas folgas ou quando estão “sem serviço” urbano.

Enquanto isso, o agronegócio⁴⁰ ou agrobusiness, implementado pelos donos do capital – como grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e internacionais da área – tem como principais características:

[a] organização da produção agrícola na forma de monocultivos [...] em escalas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus microorganismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as

⁴⁰ A palavra agronegócio é recente na língua portuguesa. Não existia até os anos 1990. Trata-se de uma tradução da palavra inglesa *agribusiness*. A própria Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) era denominada Associação Brasileira do Agribusiness até os anos 2000. A mudança fez parte de uma estratégia de marketing para popularizar a noção de agronegócio. A noção de *agribusiness* foi cunhada originalmente nos Estados Unidos por John Davis e Ray Goldberg, na década de 1950, e incorporado ao vocabulário político brasileiro em 1993, na fundação da ABAG. Três anos antes, Ney Bittencourt de Araujo, Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza publicaram o livro “Complexo agroindustrial – o ‘agribusiness’ brasileiro”, no qual empregam pioneiramente a palavra *agribusiness* na análise do campo brasileiro. Todavia, seu uso permaneceu restrito ao longo dos anos 1990 (Alentejano; Egger, 2021, p. 97-98).

chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo (Stedile, 2013, p. 33).

Observa-se o empenho do agronegócio no desenvolvimento de estratégias para a celeridade dos processos produtivos, ampliação da produtividade e maximização de ganhos. Preconizam-se produtos de comercialização internacional, cultivados em monoculturas de larga escala, muitos deles voltados à produção de combustíveis e rações animais. Para tanto, os cuidados para uma produção volumosamente diversificada de alimentos voltados à soberania alimentar, bem como à conservação dos recursos naturais, são secundarizados, ainda que, frequentemente, adote-se um discurso de *produção sustentável*.

Conforme Stevam e Stedile (2013), o avanço do capitalismo no campo, sustentado pelo Estado e manifestado pelo predomínio do agronegócio, gerou mudanças estruturais na agricultura brasileira, sendo as principais:

[...] o domínio da esfera do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a produção das mercadorias agrícolas, que ao mesmo tempo controlam os preços e o mercado nacional e internacional. Esse processo levou a uma grande concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza (água, florestas, minérios, etc.) e das sementes. Levou a reorganizar a produção agrícola brasileira sob a égide das necessidades do mercado mundial. E, com isso, concentrou-se a produção em praticamente soja, milho, cana e pecuária extensiva, que juntos ocupam mais de 80% de todas as terras agricultáveis (Estevam; Stedile, 2013 p. 13).

Nesse cenário, grandes corporações controlam e centralizam, a nível internacional, vários setores da agricultura como a produção, comercialização, maquinários e insumos. Um exemplo, a nível transnacional, que rebate diretamente no Brasil está nos agrotóxicos e nas sementes.

De acordo com o Atlas do Agronegócio⁴¹, fusões entre grandes empresas do mercado global têm criado conglomerados empresariais cada vez mais poderosos nesta área. Em 2017, as gigantes americanas DuPont e Dow Chemical se fundiram, formando a *DowDuPont*. No mesmo ano, a chinesa *ChemChina* comprou a suíça *Syngenta*. Em 2018, a americana *Monsanto* foi comprada pela alemã *Bayer* em uma operação multibilionária. Estima-se que esses três

⁴¹ Publicação conjunta dos escritórios no Brasil da Fundação Heinrich Böll e Fundação Rosa Luxemburgo, organizada por Maureen Santos e Verena Glass (2018).

conglomerados dominarão mais de 60% do mercado global de sementes comerciais e de agrotóxicos⁴².

Vários são os mecanismos pelos quais o capital financeiro internacional controla a agricultura, exemplos incluem: o processo de dolarização da economia mundial, que permitiu que empresas se aproveitassem de taxas de câmbio favoráveis e adentrassem economias nacionais, comprando empresas e dominando mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas; as regras de livre comércio impostas por organismos multilaterais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que normatizaram o comércio de produtos agrícolas, favorecendo grandes empresas e sua entrada em vários países; o desenvolvimento da produção agrícola, cada vez mais dependente do uso de crédito bancário para produzir e acessar insumos; e a precarização ou o abandono, por parte dos governos, de grande parte dos países, de políticas públicas de proteção aos seus mercados agrícolas nacionais e da economia camponesa, liberalizando mercados e viabilizando incentivos ao grande agronegócio (Stedile, 2013).

Ao analisar os anos 2000 no Brasil, este autor coloca que as corporações capitalistas passaram a priorizar seus investimentos na produção de commodities como milho, soja, cana, além de suas usinas de açúcar e etanol, monocultivo de eucalipto e carvão. Além disso, tem ocorrido uma centralização de mercado, poder e capital entre as grandes empresas. No período de sua pesquisa, as 50 (cinquenta) maiores empresas agroindustriais – algumas de capital estrangeiro e outras de capital nacional – controlavam praticamente toda a produção e o comércio de *commodities* agrícolas no país.

Houve um acirramento da concentração fundiária e uma intensificação da desnacionalização da propriedade da terra, com empresas estrangeiras adquirindo amplas áreas de terra no Brasil e/ou comprando volumes expressivos de ações de empresas brasileiras que possuem terras. Houve, também, um aumento exponencial da produtividade agrícola por hectare e por trabalhador, mas em um processo de ampliação de monocultivos, utilização de maquinários e agrotóxicos. Cabe salientar ainda uma forte parceria entre o agronegócio e os meios de comunicação de massa – que, muitas vezes, têm donos ligados ao grande agro –, como televisão e jornais, os quais propagandeiam o agrobusiness como a única, maior e melhor via para a produção de alimentos e riquezas.

⁴² Só a Bayer – que após a fusão com a Monsanto se tornou a maior corporação agrícola do mundo – detém um terço do mercado mundial de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos (Atlas do Agronegócio, 2018)

Após uma breve contextualização das principais linhas produtivas do rural, deve-se ressaltar que a questão agrária emana da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade resulta de uma gama de fatores políticos e econômicos gerados pela diferenciação econômica dos agricultores, por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Por isso, a questão agrária gera continuamente conflitualidade⁴³, pois se torna um movimento de destruição e recriação de relações sociais (Fernandes, 2013).

Assim, a questão agrária não é estática. Ela e seus desdobramentos estão em transformação e, embora possuam uma raiz comum, podem assumir contornos peculiares dependendo da realidade daquele espaço/estado/país. Além disso, as relações sociais construídas em seu bojo são complexas, diversas e contraditórias, podendo criar espaços e territórios heterogêneos.

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do camponato. [...] A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (Fernandes, 2013, p. 179).

A agricultura camponesa, tanto a já estabelecida quanto a fundada a partir de ocupações de terra e/ou de implantação de assentamentos da Reforma Agrária, promove conflitos, conflitualidades e desenvolvimento. Do mesmo modo, a agricultura capitalista, materializada pelo agronegócio, promove conflito e desenvolvimento – ainda que sob espoliação do camponato, que resiste por meio de movimentos sociais e organizações coletivas. Para o autor supracitado, durante todo o século XX, a conflitualidade e o desenvolvimento foram tratados separadamente, como se o capitalismo só promovesse desenvolvimento e a luta pela terra gerasse apenas conflitos, em um processo de enaltecimento do agronegócio e criminalização de movimentos sociais e grupos que lutam pela terra.

Junta-se a isso, um Estado que, conforme Lusa (2012), trabalha a serviço do capital, investindo na grande produção rural – representada pela monocultura e pelas grandes agroindústrias – buscando garantir *superávits* na balança comercial exportadora, invisibilizando a

⁴³ Conflito é o momento do enfrentamento, seja ele entre classes ou entre um grupo e o Estado, por exemplo. Para compreender conflito em movimento, Fernandes (2013) propõe o conceito de conflitualidade, que é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo.

produção camponesa, que, na verdade, configura-se como a base de sustentação da produção de alimentos diversos.

Dada essa contextualização, a seguir, buscar-se-á discutir a questão agrária em sua relação com a *questão social*, objeto de atuação do Serviço Social.

2.2 QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Conforme estudado, a questão agrária está ligada à forma como a terra e seus recursos naturais são apropriados e utilizados no contexto capitalista e como se dá a relação capital/trabalho a partir dessa realidade. Esses fatores incidem diretamente nas relações sociais no rural e refletem em uma série de questões, como o êxodo rural, a ampliação do assalariamento/proletarização, o envelhecimento da população rural, as dificuldades de sucessão familiar e os conflitos por terra, entre outros.

O desenvolvimento e avanço do capitalismo no rural criaram – e recriam – marcas que perpassam a realidade econômica, produtiva e social na atualidade em um contexto de acirrada geração de riquezas, permeadas pelas grandes monoculturas voltadas ao mercado externo, contrapostas a índices crescentes de pobreza, desigualdade e proletarização rural. Essas situações evidenciam que as contradições da sociabilidade capitalista não estão apenas nas cidades; elas se manifestam no campo, já que esse espaço está interligado dialeticamente com o urbano e com o modo de produção vigente.

Considerando o enfoque da discussão desta pesquisa, é pertinente avançar para o debate sobre a questão social. A *questão social* e o Serviço Social são históricos, ou seja, nascem como frutos do movimento histórico, estão inseridos nas relações que nele acontecem e são incididos por elas, ou seja, não se moldam ou se regulam de modo endógeno, mas a partir dos desdobramentos históricos, políticos, econômicos e sociais que ocorrem na sociedade. Netto (2001) esclarece que o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a *questão social* de modo que, em diferentes países e estágios do capitalismo, exprimem-se diferentes manifestações da *questão social*. Assim, esta é constitutiva do desenvolvimento capitalista.

De acordo com Guerra e Batista (2021) a partir do primeiro quarto do século XIX, fundamentando-se em um arcabouço teórico que não reconhecia as contradições históricas, a burguesia se utilizou do termo *questão social* como um resultado do acaso, natural das relações da vida cotidiana e não proveniente das lutas entre os projetos societários das classes burguesa e trabalhadora. Para os autores, um marco importante no processo de formação e

reconhecimento da *questão social* é quando a classe operária vai passando de “classe em si” para “classe para si”.

Em meio a um processo de extrema exploração dos trabalhadores, onde o operariado perecia física e espiritualmente e a burguesia crescia em comando e acúmulo de riquezas, o pauperismo, marcado por forte miséria e altos números de despossuídos, tornava-se generalizado e gerava consequências como roubos, mendicância, doenças e prostituição. Ao passo que a classe trabalhadora começou a entender esse processo, tomar consciência política, organizar-se e se entender como classe autônoma, ela foi ganhando protagonismo (Guerra; Batista, 2021).

Nesse contexto, a burguesia reconheceu a *questão social* como algo ameaçador, mas, buscando falsear as relações que se estabeleciam na vida cotidiana, afirmava que ela era algo natural, incomum, passageira e reversível por meio de medidas restauradoras. Junto a esse discurso, passou a pregar forte incentivo à filantropia e solidariedade. Quando, porém, as manifestações do pauperismo ou da organização da classe trabalhadora tomavam maiores proporções e, de alguma forma, colocavam em risco iminente os burgueses, a repressão policial entrava em ação severamente. Cabe salientar que a burguesia que vinha se consolidando foi abandonando as premissas das conquistas liberais – outrora conseguidas com lutas e sangue – e foi aderindo ao espírito moral cristão de solidariedade e aos princípios administrativos reformistas.

A partir da segunda metade do século XIX, a intensificação dos conflitos de classe e da *questão social* fez com que a repressão policial e a filantropia se tornassem insuficientes. Assim, conforme Batista (2010), visando defender sua hegemonia, a burguesia elencou o Estado como o mediador dos conflitos e guardião da estabilidade social. Nesse contexto, como uma das estratégias para defender a manutenção da propriedade privada, o Estado passou a gradualmente implantar políticas sociais direcionadas a melhorar a qualidade de vida dos operários e de seus familiares. É oportuno salientar que, nesse contexto sócio-histórico, abre-se espaço na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social enquanto uma especialidade profissional.

Nesse sentido, Duarte (2015) assevera que a partir do momento em que o Estado capitalista passa a atuar na regulação entre a burguesia e o proletariado – ou capital e trabalho –, tensionada pela intensificação da luta de classes, por meio da organização efetiva dos trabalhadores via sindicatos e partidos, é que o Serviço Social surge e se institucionaliza como profissão, trabalhando, a princípio, na operacionalização de políticas sociais. Logo, a existência desse profissional se justifica pela existência da *questão social*.

De acordo com Iamamoto (2020, p. 34), a *questão social* configura-se como o “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]”

A *questão social* é resultante do processo de exploração do capital sobre o trabalho, no qual a riqueza social é produzida coletivamente, mas apropriada por apenas alguns. Exprime, ainda, as contradições entre as classes sociais – burguesia e proletariado – e seus interesses inconciliáveis. Netto (1996) defende que a *questão social* é transpassada e determinada pela relação capital x trabalho no modo capitalista de produção, bem como pelos processos de exploração que provêm dessa relação.

Em sua obra “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche”, Iamamoto (2015, p. 160) advoga que a *questão social* possui uma dimensão estrutural e atinge profundamente a vida dos sujeitos, exprimindo as “[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização [...]”.

Na mesma linha, Guerra e Batista (2021, p. 185) colocam que o processo de pauperização, hoje nominado, sobretudo no Serviço Social, de *questão social*, é permeado por complexas determinações “[...] em que se entrelaçam questões étnico-/raciais, de gênero, nacionais, regionais, geracionais, se produzem novas e se reforçam antigas refrações [...]”. Tais refrações são múltiplas, pluridimensionais e polifacetadas.

A *questão social* é, então, proveniente da contradição capital x trabalho, é estrutural e enraíza-se no modo de produção capitalista. Ela se capilariza e se materializa na realidade objetiva dos seres humanos, gerando refrações diretas em suas vidas, como a miséria e/ou o não-acesso a direitos, por exemplo. Contudo, essa materialização não ocorre de modo isolado: é perpassada por uma gama de questões mais amplas, que são coletivas. Isso ocorre, entre outros fatores, porque, diante das crises do capital, os componentes burgueses, em articulação e respaldo do Estado capitalista, implementam medidas no sistema produtivo que reverberam em todos os âmbitos da sociabilidade.

A expressiva crise capitalista dos anos 1970 fez com que a burguesia passasse a pensar em alternativas para buscar a retomada de taxas de acumulação satisfatórias. No âmbito produtivo, foi adotada e ampliada a acumulação flexível em detrimento da produção em massa; e no contexto econômico se apropriou da defesa e ampliação do neoliberalismo, advogando

que o Estado deve ser mínimo, enxuto e que o mercado deve se regular. Entretanto, na prática, o Estado lança mão de várias medidas de apoio ao capital.

Impulsionados pela revolução tecnológica de base microeletrônica e pela robótica, verificam-se profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros, etc. Amplia-se a competitividade intercapitalista nos mercados mundiais e nacionais modificando as relações entre o Estado e a sociedade civil, conforme os parâmetros estabelecidos pelos organismos internacionais, a partir do “Consenso de Washington”, em 1989, que recomendam uma ampla Reforma do Estado, segundo diretrizes políticas de raiz neoliberal (Iamamoto, 2020, p. 124).

Nesse cenário, a “*questão social*” e suas refrações se intensificam. De acordo com Batista (2020), no período pós-1970 ela se metamorfoseia e suas consequências diretas e indiretas atingem a base produtiva, como a matéria-prima, os instrumentos e a força de trabalho. No entanto, é importante destacar que não surge uma nova *questão social*, sua essência é a mesma, o que ocorre é uma radicalização de suas contradições e refrações.

Iamamoto (2020) defende que esses processos econômicos e produtivos geram modificações na divisão social e técnica do trabalho, rebatendo-se em transformações societárias que introduzem novas mediações históricas na gênese e nas expressões da *questão social* e novas formas de seu enfrentamento pelo Estado e pela sociedade civil.

Cabe salientar que a *questão social* gera expressões em todo contexto da sociabilidade capitalista. Desse modo, o campo e a cidade experimentam suas refrações, respeitadas as peculiaridades locais, regionais e as particularidades desses dois espaços complexos e dialéticos, mas não antagônicos.

Segundo Duarte (2015), “[...] estabelecer os nexos que ligam a questão agrária e social pressupõe a dimensão da totalidade⁴⁴, onde rural e urbano deixam de ser polos opostos e passam a ser compreendidos como complexos sociais, que compõem uma totalidade ainda mais ampla e contraditória: a sociedade capitalista [...]”.

É importante demarcar que *questão social* e questão agrária são categorias analíticas e sociais que se entrelaçam diretamente. Nesse sentido, é salutar que assistentes sociais conheçam suas nuances e seus encadeamentos, uma vez que eles reverberam manifestações no es-

⁴⁴ “A totalidade não se identifica meramente com o todo: significa, antes, ‘a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido’ [...]” (Kosik, 1969 *apud* Netto; Carvalho, 2012, p. 79).

paço rural e no urbano. Para tanto, é necessário romper com visões endógenas que visualizam/analizam o rural em si mesmo.

A *questão social* se manifesta no campo por meio de uma gama de refrações como pobreza, fome, trabalho infantil, violência, êxodo rural⁴⁵, desemprego e diversas outras formas de pauperismo que se materializam na vida concreta de sujeitos reais. A autora coloca que esses sujeitos são homens e mulheres que, empobrecidos e/ou espoliados pelas relações do modo de produção vigente no rural, demandam políticas sociais para atendimento às suas necessidades básicas.

Nessa perspectiva, Bezerra (2014) afirma que

Urbano, rural e agrário precisam ser compreendidos como um todo diverso e contraditório, com particularidades que convergem, ou devem convergir, para as expressões da *questão social* no interior da ordem do capital e para os processos de resistência que os trabalhadores têm historicamente buscado construir em sua constituição enquanto classe social em luta em diferentes territórios (Bezerra, 2014 *apud* Duarte, 2015, p. 328).

Portanto, os espaços rural, urbano e agrário integram um todo complexo e estão em constante e contraditória relação. No movimento dessas relações, as particularidades dessas categorias convergem para expressões da *questão social*, que, se por um lado, precarizam a vida dos sujeitos do campo, por outro, estimulam a (re)criação de movimentos de organização e resistência. Os exemplos a seguir ilustram essa realidade.

DelGrossi (2019, p. 9) se reporta a dados do Censo Agropecuário (2017) para mostrar a alta concentração de terras existente no Brasil na contemporaneidade: “[...] os estabelecimentos com menos de 100 hectares representam 91% dos produtores agropecuários brasileiros, mas ocupam somente 20% das terras. Já os grandes estabelecimentos, com 1.000 ha ou mais, representam 1% dos produtores, mas ocupam 48% da área [...]”.

De acordo com o estudo “*Panorama de la Pobreza Rural en América Latina y el Caribe 2018 de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO)*”, em 2016, 48,6% da população rural dos países da América Latina e Caribe, membros das Nações Unidas, estava em situação de pobreza e 22,5% estava em situação de extrema pobreza.

⁴⁵ Konchinski (2024) apresenta dados do IBGE para afirmar que o êxodo rural massivo ocorreu no Brasil, principalmente, entre os anos de 1950 e 1980, quando a população do campo caiu de cerca de 65% do total para perto de 25%. Depois disso, foi acontecendo uma desaceleração dessa expressão da questão social, embora não tenha deixado de existir. Abordando um contexto mais recente, o autor se reporta a informações do Banco Mundial para asseverar que o percentual de habitantes do Brasil que vivem no campo caiu de 18,8%, em 2000, para 12,4%, em 2022.

O Relatório de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostra que em 2023 foram registradas 2.203 ocorrências de conflitos no campo, contra 2.050 do ano anterior, o que demonstra um aumento de 7,46%. Dos conflitos de 2023, 71,80% foram por terra – ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra –, o maior número desde o início dos levantamentos, em 1985. Em seguida, vêm as ocorrências que envolvem conflitos/disputas pela água, 11,40%, e, depois, trabalho escravo no rural, 10,40. Tais conflitos envolveram 950.847 pessoas, disputando 52.442.784 hectares em todo Brasil. Cabe salientar que existem muitas situações de conflitos e violências espalhados pelo país, invisibilizadas, ou seja, que não são registradas ou são sufocadas localmente antes de serem publicizadas.

No que diz respeito aos conflitos por terra – que, numericamente, totalizam 1724 registros –, a CPT (2023) coloca que a grande maioria deles estava relacionada a violências contra a ocupação e posse e/ou contra a pessoa (1588), com destaque para as ações de invasão (359), pistolagem (264), grilagem (152), destruição de pertences (101), destruição de casas (73), despejo judicial (50) e expulsão (37).

Ademais, cabe salientar que, nos últimos 10 (dez) anos, as ocorrências de conflitos no campo subiram em 63,50%, passando de 1399, em 2014, para as 2203, já mencionadas, em 2024. Isso nos leva a inferir que o avanço do capital nos moldes do capitalismo financeiro, a superexploração do trabalho rural, o avanço do grande agronegócio e extrativismo predatório – como o garimpo – sobre a natureza e terras de povos originários, aliados à ausência de políticas efetivas de reforma agrária, da fragilização da proteção social no campo, da demarcação e proteção de terras de povos tradicionais – como indígenas e quilombolas – são cruciais para analisar o aumento desses números, uma vez que contribuem para isto.

De acordo com Cardoso *et al.* (2022), as expressões da *questão social* que se exprimem na vida de grande parte da população brasileira estão ancoradas em robustas raízes estruturais, que são integradas a um mesmo fenômeno – a reprodução e expansão das relações de produção do capitalismo – e geram uma série de contradições concretas no país, dentre as quais se destacam:

- 1) as desigualdades socioeconômicas e políticas que assentam raízes na história do colonialismo e que se reatualizam através da permanência estrutural da colonialidade do poder; na América Latina, assentada sobre os pilares do racismo estrutural, da violência da expropriação neoextrativista, da acumulação capitalista baseada nas formas-conteúdos da superexploração da força de trabalho, associadas historicamente a baixa extensão do assalariamento como mediação de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora; 2) os valores patriarcais disseminados nas práticas sociais da vida cotidiana e institucionalizados em diferentes esferas da sociedade; 3) a concentração de proprie-

dade via expropriação de territórios, da biodiversidade da vida e das riquezas oriundas da exploração do trabalho; 4) o crescimento do desemprego estrutural que acompanha a reprodução expandida da classe trabalhadora sob condições cada vez mais precárias e que se materializam em formas de trabalho inseguras, desprotegidas social e legalmente [...] 5) os atos de negação das identidades afro e indígenas que redundam no etnocídio e na destruição da sociobiodiversidade;; 6) as práticas de corrupção disseminadas (institucionalizadas) e de apropriação privada do fundo público, de forma ilícita e/ou legitimada pela hegemonia dos interesses econômicos e políticos que conformam o Estado; 7) a redução de recursos para a viabilização das políticas sociais que produz a negação de direitos de cidadania para vastos segmentos sociais [...] e o desmonte de importantes Políticas Públicas [...] 8) o agravamento da violência em todas as suas formas [...] (Cardoso *et al.*, 2022, p. 53-54).

Sant’Ana (2012) tece uma importante crítica ao afirmar que, nos últimos tempos, o conceito de *questão social* foi perdendo concretude, passando a ser utilizado como um simples enunciado. Desse modo, em vez de dar centralidade às relações entre as classes sociais, o termo tem tratado das consequências e manifestações mais expressivas resultantes desse processo, como a pobreza, a violência e a expropriação.

Em outras palavras, muitas vezes, a *questão social* é mais conceituada por suas refrações – as problemáticas que se materializam na sociedade – do que por suas raízes – que estão na exploração do capital sobre o trabalho e os interesses inconciliáveis entre as classes. A banalização do conceito *questão social* faz com que ele seja utilizado apenas para definir inicialmente uma problemática e, a partir daí, buscar outros conceitos explicativos, por meio de outros referenciais teóricos. No entanto, é relevante não perder de vista o movimento de análise atrelado à totalidade e complexidade da atual sociabilidade.

O reconhecimento do embate de classes decorrente da relação capital/trabalho permite a percepção do conflito como elemento presente e desencadeador do movimento da sociabilidade e facilita a discussão das particularidades que definem e dão diferentes contornos para os outros eixos de dominação e opressão vigentes em nossa sociedade e que permeiam o trabalho profissional (Sant’Ana, 2012, p. 150).

Nas palavras da autora, é necessário reconhecer os enfrentamentos entre as classes e perceber o conflito como um elemento presente e gerador do movimento da sociabilidade capitalista. A partir daí, abre-se caminho para a reflexão sobre as peculiaridades que trazem diferentes contornos aos outros eixos de dominação e opressão presentes na sociedade. Isto é, a cada expressão da *questão social* que será analisada, sempre cabe um processo de investigação a fim de caracterizá-la enquanto “unidade na diversidade”, ou seja, um fenômeno particu-

lar que possui suas características e formas de ser, mas que é, ao mesmo tempo, universal, fundado pela centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade (Santos, 2012).

Segundo Dias e Martini (2021), a questão agrária é uma expressão da *questão social*, ou seja, é proveniente do conflito entre o capital e o trabalho, mas também é uma categoria indispensável para compreender as determinações da realidade latino-americana, já que a dependência aqui existente é enraizada na questão agrária.

Enquanto isso, Lima (2014) assevera que a questão agrária se relaciona à participação do Brasil no processo de acumulação capitalista. Ela é um desdobramento de expressões da *questão social*, sendo que se refere às relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos que possuem interesses distintos em torno da propriedade da terra: de um lado, uma elite latifundiária e, de outro, a grande parcela de trabalhadores rurais, secularmente expropriada.

Bezerra (2014) demarca que a questão agrária é uma importante manifestação da *questão social*, que evidencia a expropriação tanto da riqueza natural quanto da riqueza socialmente produzida e, por isso, sua defesa visa alterar as relações de desigualdade do modo de produção baseado no capital.

Note-se que alguns elementos são marcantes nos conceitos supracitados acerca da questão agrária: seu imbricamento com a *questão social*, uma vez que é compreendida como uma expressão desta; a presença da contradição, marca do processo de acumulação capitalista; e as correlações de forças entre sujeitos antagônicos, os sujeitos do conflito entre capital e trabalho.

Ousa-se afirmar que assim como a *questão social*, ao mesmo tempo em que é marcada pela desigualdade, a questão agrária também é rebeldia, pois diferentes sujeitos que a vivenciam tecem lutas e enfrentamentos contra ela.

Essa complexa realidade evidencia a necessidade de construção de lutas nacionais e internacionais que potencializem um programa alternativo, camponês e popular. Os principais eixos das lutas que vêm sendo construídas em torno da questão agrária são:

[...] acesso à terra, o qual abrange também bandeiras como a distribuição de terras e o limite do tamanho da propriedade de bens da natureza; garantia e defesa do uso, da posse e da legalização das terras das comunidades nativas, indígenas e quilombolas, bem como o respeito a suas culturas [...]; políticas públicas de apoio à produção camponesa [...]; promoção e desenvolvimento de políticas públicas para a população do meio rural de uma forma geral, em áreas como educação, saúde, seguridade social, habitação, etc; soberania alimentar e nacional [...]; preservação do meio ambiente local, regional e nacional [...]; implementação de um projeto energético orientado pelos inte-

resses dos trabalhadores e; construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia como estratégia produtiva e política a ser orientada pelos processos de luta dos trabalhadores (Bezerra, 2014, p. 144).

Nesse contexto, conforme a autora, na interseção das questões agrária, urbana e ambiental vem se construindo um universo amplo de lutas e demandas, no qual o acesso à terra – e permanência regularizada nela – é um de seus componentes centrais, mas não o único, para atender às necessidades dos trabalhadores.

Concorda-se com a crítica de Dias e Martini (2021), que salientam que a totalidade capitalista burguesa é parte integrante e constitutiva da processualidade histórica da América Latina. Desde a colonização até a estruturação econômica, o continente sul-americano sempre esteve integrado de modo dialético ao capitalismo “[...] inicialmente ao capitalismo mercantil, depois ao capitalismo industrial e concorrencial e, em seguida, ao imperialismo (ou ao capitalismo monopolista) [...]” (Dias; Martini, 2021, p. 62). O referido estudo ressalta, ainda, que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina é dependente e, por isso, a questão agrária é mais que uma expressão da *questão social*: ela faz parte de sua gênese.

Para esses autores, a questão agrária vai além de uma refração da *questão social*. No contexto latino-americano, os processos predatórios de colonização – de exploração latifundiária da terra para produção massiva – e o desenvolvimento do capitalismo dependente – em que a terra confere dinheiro, poder e status à burguesia, além de proporcionar um “abastecimento lucrativo” aos países centrais – tornam a questão agrária parte constituinte da *questão social*, estando em seu cerne.

Nesse contexto, os profissionais de Serviço Social, que têm na *questão social* seu objeto de intervenção, devem contar com embasamento teórico-crítico sobre a questão agrária, uma vez que ela faz parte da formação sócio-histórica latino-americana e brasileira e gera elementos fundamentais para a análise histórica e contemporânea da sociedade, para o exercício da análise de conjuntura, bem como para apreensão das expressões da *questão social* que são enfrentadas no cotidiano, seja no urbano, seja no rural.

Diante do exposto, a seguir, discutir-se-á sobre a profissão de assistente social, com ênfase no exercício profissional, seu significado sócio-histórico no capitalismo e os alinhamentos do Projeto Ético-político hegemônico na contemporaneidade. Buscar-se-á, também, tecer aproximações entre o Serviço Social e a questão agrária.

2.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL, QUESTÃO AGRÁRIA E SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social – profissão emanada no bojo do modo de produção capitalista como estratégia contínua do Estado burguês para o enfrentamento da *questão social* e suas expressões – possui uma vasta história de (des)construções, dilemas e enfrentamentos. O Serviço Social nasceu na transição do século XIX para o XX, em que, paulatinamente, o capitalismo monopolista substituiu o concorrencial, gerando profundas transformações econômicas, sociais e políticas, que abriram espaço, na divisão social e técnica do trabalho – que se complexificava – para essa nova profissão.

No Brasil, o Serviço Social surge mais tarde, em um momento em que o país passava por um processo de industrialização tardia, urbanização e formação de uma classe trabalhadora – proletariado – urbana que, influenciada pelas ideias anarco-sindicalistas, vinha se organizando e requisitando melhores condições de vida (Iamamoto, 2004). Diante disso, o Estado brasileiro, articulado com a burguesia industrial em formação e com o respaldo ideológico da Igreja Católica, iniciou algumas concessões aos trabalhadores, por meio de legislações e serviços sociais. Nesse terreno, gradualmente, construiu-se a demanda por uma profissão para atuar junto às expressões da *questão social*, de modo a operar serviços sociais, contribuir para disciplinar a classe trabalhadora e atenuar os conflitos entre as classes e primando pela “harmonia social”.

Embora a inserção inicial da categoria profissional na divisão social e técnica do trabalho tenha sido marcada por práticas conservadoras, alinhadas aos interesses da burguesia industrial e empresarial, ela, paulatinamente, construiu reflexões que ressituararam seu olhar hegemônico e seus alinhamentos. Este tópico não pretende traçar uma retomada histórica da profissão, mas trazer ao debate ponderações e elementos do Projeto Ético-político hegemônico da profissão, bem como estabelecer um diálogo entre a profissão na perspectiva dele e a questão agrária.

Em meados da década de 1960, contexto de avanço de regimes autoritários na América Latina e da luta por democratização, iniciou-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, sendo um marco para a reflexão crítica da categoria. Segundo Netto (2004), no Brasil, esse processo e contexto permitem a crítica ao Serviço Social Tradicional, explicitando-se três vertentes que orientarão sua renovação: a perspectiva modernizadora – que embora propusesse atualizações teóricas e práticas à profissão – apresentava tácita aceitação do cenário político ditatorial e procurava embasar a categoria para responder às demandas daquele contexto; a

reatualização do conservadorismo, que negava a herança positivista e a aproximação com o pensamento marxiano, mas defendia a adoção da concepção fenomenológica; e a vertente de intenção de ruptura, que buscava aporte teórico-metodológico na crítica-dialética e propunha novas bases, objetivando deixar para trás o positivismo e o reformismo modernizador.

Um ponto chave no movimento dessas tendências, entre os anos 1960 e 1980, foi a compreensão da atuação contraditória da profissão que, ao mesmo tempo, atende necessidades dos segmentos da classe trabalhadora, da qual os assistentes sociais fazem parte, e contribui para a manutenção da sociedade capitalista. Na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, publicada originalmente em 1982 com Raul de Carvalho, Marilda Iamamoto debate sobre essa concepção, ao esclarecer que o Serviço Social é profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, inscrita no processo de reprodução das relações sociais, como “[...] uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora [...]” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 101).

Nesse contexto, O Serviço Social, inserido no aparato Estatal, em empresas ou outras organizações privadas, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia para legitimar o exercício do poder de classe da burguesia. O/a assistente social atua ainda na “[...] criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho ‘educativo’ exercida por esses agentes profissionais [...]” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 101).

Contudo, os mesmos autores asseveram que o processo de reprodução das relações sociais é permeado por contradições fundamentais, que se expressam no cotidiano da vida social. Assim, a profissão é polarizada por interesses de classes contrapostas. Nesse terreno denso de contradições, abre-se a possibilidade de o/a assistente social se colocar a serviço do projeto da classe trabalhadora.

A opção política e ética do/a assistente social pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, da qual também é integrante, é uma decisão do profissional, embasada em sua visão de mundo – que deve ter firme respaldo teórico e ético. Contudo, as formas como esse profissional conseguirá implementar esse posicionamento ético-político, em muito, dependerão das condições objetivas de sua realidade de trabalho e das correlações de forças existentes, haja vista estar sujeito às exigências e complexidades da relação assalariada.

Iamamoto (2015) esclarece que o Serviço Social é regulamentado como profissão liberal e que o/a assistente social dispõe de relativa autonomia para desempenhar suas atividades profissionais, o que demanda uma regulamentação social com normativas legais e éticas – as

quais se discutirá mais adiante. Contudo, a autonomia é tensionada pela relação de compra e venda da força de trabalho desse profissional pelos empregadores, estejam eles nas diferentes instâncias do Estado, da iniciativa privada, estejam em organizações da sociedade civil.

Essa relação traz consigo uma gama de dilemas e desafios. O profissional, enquanto trabalhador assalariado, precisa incorporar parâmetros/regras institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho e colocam as condições para a realização dele, como a remuneração, carga horária, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. O empregador fornece, ainda, os recursos materiais, financeiros e humanos para a realização do trabalho e delineia as expressões da *questão social* que serão enfoque da atuação profissional naquele espaço sócio-ocupacional. Nesse contexto, além de estabelecer a relação de trabalho e suas normas contratuais na relação *patrão-funcionário*, os empregadores também trazem requisições e colocam atribuições ao/a assistente social, o que impacta diretamente no conteúdo do trabalho realizado, assim como nos limites e possibilidades para a realização dos intuitos profissionais.

Por outro lado, as ações desenvolvidas pelo/a assistente social também são incididas pelas necessidades sociais dos sujeitos, as quais, diferentemente do que se pensava no início da profissão, não são individualizadas, mas perpassadas pelas lutas sociais, pelas conjunturas, pela estrutura e pelas relações de poder. Tais necessidades se materializam em demandas profissionais, que são (re)elaboradas na ótica dos empregadores, em um processo, muitas vezes, de embate de interesses.

É nesse contexto complexo e permeado de contradições e tensões que se situa a atuação e o protagonismo profissional.

Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (Iamamoto, 2015, p. 219).

Assim, é relevante demarcar a profissão e seu trabalho profissional no contexto da compra e venda da força de trabalho, tão imanente ao sistema do capital. No entanto, no mesmo estudo, a autora adverte que considerar apenas as injunções do mercado de trabalho leva a uma simples adequação do trabalho profissional, tornando a profissão estritamente subordinada ao mercado e sujeitando intensamente o/a assistente social ao trabalho alienado.

Faz-se necessário defender e resguardar a relativa autonomia no exercício profissional. Para tanto, é preciso potencializá-la por meio de um projeto profissional coletivo, embasado em princípios humanistas e dotado de análise e compreensão crítica da história. O alcance da efetivação dessa autonomia não é tarefa fácil, pois depende da correlação de forças sociais, econômicas, culturais e políticas presentes na sociedade.

Fruto da organização e articulação da categoria a partir do Movimento de Reconceitualização, diante das transformações sociais, econômicas e políticas que vinham se desenhando na sociedade capitalista desde os anos 1960, a partir dos anos 1980, o Projeto Ético-político, que hoje é hegemônico⁴⁶ no Serviço Social, fortaleceu-se atrelado à perspectiva de *Intensão de Ruptura*. Ao incorporar a teoria social crítica como balizadora e vislumbrar uma nova ordem social sem exploração de classe, etnia ou gênero, tal projeto se materializa no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), na lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662/1996) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

É oportuno lembrar, nos termos de Netto (1999), que um projeto profissional traz os valores que essa profissão defende junto à sociedade, apresenta sua autoimagem, estabelece os requisitos para o exercício profissional, demarca seus objetivos e estabelece os norteamentos para a relação dos profissionais com os usuários atendidos, assim como com as demais profissões e instituições. Com o Projeto Ético-político do Serviço Social, não é diferente.

Yazbek (2009) coloca que, nos anos 1990, o Serviço Social foi desafiado a decifrar novos desdobramentos do capitalismo, como mudanças no mundo do trabalho, desmontes dos sistemas de proteção social e da política social, dado o avanço neoliberal. O Projeto Ético-político, caminhando na contramão da maré neoliberal, alcançou maturidade, refletindo em um amplo processo de movimentação e articulação da categoria, o que se evidencia por meio da

a) extinção das entidades sindicais e nacional para a inserção no ramo de atividade econômica; b) renovação dos quadros dirigentes do conjunto CFESS/CRESS com o setor dos profissionais comprometidos com o PEP [Projeto Ético-político]; definição do Código de Ética de 1993, de continuidade ao de 1986, agora sob um estatuto ontológico; d) revisão do currículo na formação profissional superando as lacunas existentes no currículo de [19]82; e) expansão dos cursos de pós-graduação e o debate crítico no interi-

⁴⁶ É importante ressaltar que se trata do projeto profissional hegemônico entre a profissão, mas não homogêneo. Netto (1999, p. 5) adverte que: “[...] todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de idéias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo [...]”.

or da ABEPSS; f) atuação efetiva do Movimento Estudantil; g) luta incessante contra o neoliberalismo, desenvolvida pelas entidades da categoria em conjunto com os trabalhadores (Abramides, 2019, p. 81).

A profissão estabeleceu a liberdade como valor ético central, a defesa rigorosa dos Direitos Humanos, bem como a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Para tanto, alinha-se com a defesa do aprofundamento da democracia e da gestão democrática das políticas públicas e sociais, posicionando-se a favor da justiça social, equidade, respeito à diversidade e universalidade de acesso aos bens e serviços dos programas e das políticas sociais e a qualidade dos serviços prestados, o que pressupõe o engajamento pela capacitação continuada e pelo fortalecimento dos serviços onde insere-se.

O Código de Ética de 1993 se fundamenta na *teoria do ser social*, que tem no trabalho sua categoria fundante e ampara a profissão em suas dimensões *teleológica* e *ontológica*. A primeira indica a finalidade social da profissão na divisão social e técnica do trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais contraditórios e na relação capital x trabalho. Diz respeito, ainda, ao enfrentamento da *questão social*, que exige resistência e luta pelos direitos sociais. Já a dimensão ontológica se refere ao pressuposto do horizonte da emancipação humana, que está ligado à compreensão da necessidade de construção de outra forma de sociabilidade, com vistas à superação do capitalismo (Abramides, 2019).

Normativamente, o Código de Ética estabelece um conjunto de direitos, deveres e vedações que norteiam o fazer profissional nas relações com os usuários, as instituições empregadoras, demais assistentes sociais e outros profissionais, bem como com a justiça. Traz, também, um capítulo específico para tratar do sigilo profissional e estabelece os deveres e penalidades quanto à observância e aplicação do código.

Já a Lei nº 8.662/1993 regulamenta a profissão de Assistente Social em todo o território nacional definindo os critérios para o exercício profissional, as atribuições do conjunto CFESS/CRESS e delimita as competências profissionais e atribuições privativas dos Assistentes Sociais. Competências profissionais são ações que os Assistentes Sociais estão aptos e podem implementar, mas não lhes são exclusivas, sendo passíveis de execução por outras áreas. Já as atribuições privativas são aquelas específicas à profissão, que só o/a Assistente Social pode desenvolver, tendo em vista seu cabedal formativo, técnico e ético.

As Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS⁴⁷ fortalecem o entendimento do significado social da profissão, que permite a apreensão da realidade em uma perspectiva sócio-histórica e possibilita a busca crítica de mediações às expressões da *questão social* de modo alinhado aos interesses da classe trabalhadora. As Diretrizes Curriculares legitimadas pela profissão apresentam como pressupostos para a formação profissional:

- a) Que o Serviço Social se manifesta nas relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão interventiva que tem como objeto a *questão social* e se legitima na mediação junto às suas múltiplas refrações no contexto do capitalismo monopolista;
- b) Que a relação da profissão com a *questão social* é perpassada por uma série de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos, constitutivos de seu processo de trabalho;
- c) Que a radicalização da *questão social* que ocorre devido ao processo de reestruturação produtiva no Brasil gera uma inflexão no campo profissional resultante do reordenamento do capital e do trabalho; e
- d) Que o processo de trabalho da profissão é particularizado pelas configurações da *questão social* e pelas formas históricas de seu enfrentamento, que não são unilaterais, mas permeadas pela ação do Estado, do capital e dos trabalhadores, por meio de lutas sociais e políticas públicas (ABEPSS, 1996).

As Diretrizes Curriculares elencam princípios, matérias básicas, observações e recomendações para os cursos de Serviço Social. De acordo com Sant’Ana (2019), as disciplinas que compõem as matérias dos núcleos de fundamentação podem aparecer em diferentes combinações da grade curricular de um curso, mas é essencial que componham um conjunto de conhecimentos sobre a realidade brasileira, sobre o ser social e o trabalho profissional para que o discente – e futuro/a assistente social – consiga apreender, de modo crítico, a sociedade onde está inserido e os rebatimentos dela nos distintos espaços sócio-ocupacionais onde pode vir a atuar ou interagir.

As Diretrizes também estabelecem o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso como atividades indispensáveis integradoras do currículo e projetam que os assistentes sociais formados nessas premissas terminem suas graduações capacitados nos âmbitos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

⁴⁷ Até a segunda metade década de 1990, a entidade denominava-se Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), mas, a partir de 1996, passou a atual denominação ABEPSS, pois incorporou o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS) (ABEPSS, 2024).

Portanto, o documento norteador da formação profissional almeja uma formação generalista, que gere profissionais com capacidade de leitura ampla e crítica do processo histórico e das nuances do tempo presente; que tenham clareza do significado social da profissão e das complexidades que este implica; e que dominem a dimensão investigativa da profissão para a leitura dos processos sociais históricos e atuais que culminam na sociedade, sem perder de vista as demais habilidades intelectuais e interventivas para compreender as requisições institucionais e demandas da população atendida e formular respostas profissionais às expressões da *questão social* que se colocam nesse contexto.

As diretrizes, alinhadas a uma nova lógica curricular, defendem que a formação profissional deve ter por base alguns conhecimentos indissociáveis, que se expressam nos Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional, que são três: a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e c) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Sant’Ana defende que as Diretrizes possibilitam a discussão da questão agrária como uma das particularidades da *questão social*, uma vez que os enfrentamentos da relação capital x trabalho, que fazem parte da *questão social*, ocorrem tanto no campo como na cidade. Entretanto, nem sempre a discussão sobre a particularidade do rural se faz presente na literatura profissional e quando se faz acaba por se restringir a algumas disciplinas, sobretudo aquelas mais ligadas à formação sócio-histórica e à realidade brasileira, bem como aos fundamentos da *questão social*.

Para a autora, a questão agrária poderia e deveria ser trabalhada nas interlocuções das diferentes matérias dos três núcleos de fundamentação, mas isto exige que os docentes tenham uma perspectiva de totalidade e que percebam a transversalidade que o debate rural-urbano possui na composição da realidade social.

A abordagem da questão agrária em disciplinas específicas é muito importante, pois viabiliza o acesso a certos conteúdos particulares acerca da constituição do urbano, do rural e do ambiental. Contudo, o ideal seria que conteúdos sobre ela fossem tratados nas matérias que perpassam os três eixos formativos. Sant’Ana (2019) adverte que é fundamental compreender a questão agrária no processo de formação da sociedade brasileira, mas o profissional de Serviço Social também necessita depreender outras nuances dela, como: a forma que os desdobramentos do modelo produtivo do agrobusiness perpassam seu cotidiano profissional e as diferentes políticas públicas e disputas em torno dos recursos naturais.

Nota-se, com essa discussão, que as Diretrizes Curriculares, construídas e defendidas democraticamente pela profissão, têm potencial para a abordagem das ruralidades e complexidades da questão agrária na sua relação direta com a *questão social*. No entanto, há muito o que se avançar para o fortalecimento de uma formação profissional que visualize, analise e discuta o rural, gerando subsídios efetivos para a intervenção profissional nas refrações da questão agrária. O histórico urbanocêntrico da graduação, das ciências, da profissão e da sociabilidade se coloca como um dos desafios para isso.

Como uma estratégia de aprimoramento sobre a questão agrária e sua relação com a profissão, foi criado, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”. Os GTPs da ABEPSS nasceram em 2010, no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, como espaços de elaboração, produção e circulação de conhecimento sobre diferentes temas afetos aos Serviço Social.

Os GTPs são formados por pesquisadores/as, Grupos de Estudos/pesquisas e redes da área. Possuem vida própria e autonomia, mas estão organicamente vinculados à ABEPSS. Congregam pesquisadores para tratar de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade (ABEPSS, 2024). É oportuno salientar que os grupos são uma das manifestações da maturidade intelectual do Serviço Social, atingida desde a década de 1980, e que possui reconhecimento como área do conhecimento.

Cada gestão do GTP “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (QAUASS)” busca mapear a produção de conhecimento no âmbito dessas temáticas, sobretudo dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBASs) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESSs) – eventos científicos de grande relevância para a categoria profissional. Nesse contexto, há relatórios publicizados⁴⁸ junto ao site da ABEPSS dos biênios 2013-2014; 2015-2016; 2017-2018 e o documento “Versão preliminar para estudo e debate no Pré-Colóquio do GTP QAUASS”, de 07/12/2022, sobre o qual serão tecidas algumas reflexões.

⁴⁸ Os relatórios das diversas gestões cumpriram certos requisitos: apresentação das produções coletivas dos pesquisadores, buscas em várias fontes; sínteses dos encontros científicos e de eventos da categoria profissional; reflexões oriundas de atividades desenvolvidas no interior do GTP e em diálogo com os outros GTPs (Cardoso *et al.*, 2022, p. 20).

De acordo com Cardoso *et al.* (2022), estão entre os objetivos do GTP QAUASS da ABEPSS:

Apreender a dinâmica atual da sociedade capitalista, [...] impondo-nos o exercício permanente da reflexão crítica contra as violações dos direitos, a mercantilização das cidades e da intensificação da desigualdade social por meio de uma estrutura fundiária que concentra terra, riqueza e renda. [E] Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da *questão social* no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos (ABEPSS, 2012 *apud* Cardoso *et al.*, 2022, p. 8).

Fica evidente, portanto, a busca do GTP em refletir criticamente sobre as complexidades da sociabilidade capitalista e como elas incidem nas questões de ênfase do grupo – como a questão agrária, a socioambiental, a urbana, as lutas indígenas –, sobretudo no Brasil, com um olhar de totalidade, com vistas a refletir sobre as refrações da *questão social* que ocorrem nesses âmbitos e as possibilidades e estratégias de intervenção dos assistentes sociais nesse contexto.

A ementa do GTP conta com quatro eixos, a saber: a) as determinações estruturais e históricas da questão urbana, agrária e ambiental no país, tendo a luta de classes como mediação; b) o papel do Estado e as políticas públicas no campo e na cidade; c) a visibilidade negativa ou invisibilidade dos movimentos sociais que lutam pela terra no campo e na cidade; e d) a atuação do Serviço Social diante das refrações da questão agrária, urbana e ambiental.

Considerando o acúmulo construído pelas gestões anteriores, o documento “Versão preliminar para estudo e debate no Pré-Colóquio do GTP QAUASS” (2022) defende uma formação profissional que reafirme o projeto profissional respaldado na teoria social crítica, alinhada ao pluralismo, que não abra mão, nas ações de ensino, pesquisa e extensão, de debates como os provenientes da educação popular e da ecologia política de perspectiva decolonial. Ademais, advoga que a formação e o trabalho profissional em Serviço Social devem ir além das políticas sociais, ou seja, devem também resgatar antigas e desenvolver novas estratégias de processos socioeducativos, como a educação popular, a criação de articulações e redes.

Entende-se que o recente processo de curricularização da extensão nas universidades oportunizou a ampliação de algumas ações voltadas à comunidade externa do urbano e do rural, como agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, pequenas organizações da agricultura familiar – como associações e cooperativas –, entre outros.

Mesmo com essas construções em andamento, ainda é incipiente a discussão sobre a questão agrária na formação profissional. No que diz respeito à produção de conhecimento, há avanços nos últimos anos e isto é, inclusive, demonstrado e discutido nos relatórios das gestões do GTP QAUASS da ABEPSS. Entretanto, os estudos têm mostrado que são poucas as produções que recortam a atuação profissional no âmbito da referida questão.

Nessa perspectiva, Sant’Ana (2012, p. 151) destaca que o Serviço Social não tem conseguido construir grandes acúmulos teóricos sobre a relação entre questão agrária e social e isso fica evidente pela forma como a questão agrária é compreendida nos congressos da categoria: “[...] são apenas as manifestações de problemáticas explicitamente do meio rural; os periódicos especializados de Serviço Social quase não têm artigos que tratam do modelo de desenvolvimento agrário ou dos movimentos sociais rurais [...]”.

A autora coloca que a dificuldade de apreender a mediação entre questão agrária e Serviço Social também fica evidente nas pesquisas que abordam a temática agrária: estas raramente tratam do Serviço Social. Mesmo sendo uma profissão de caráter interventivo, as publicizações focam em resultados de pesquisa e apenas eventualmente relatam experiências nessa área.

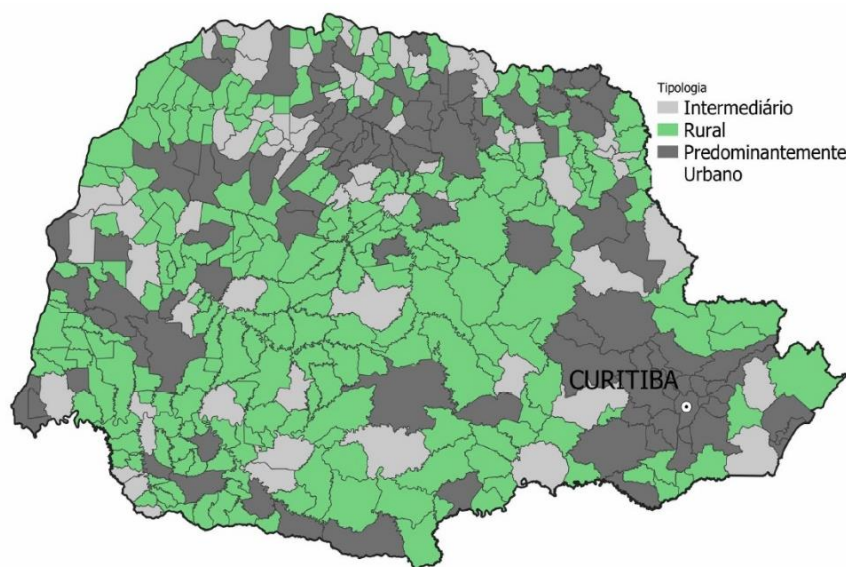
A questão agrária provém das particularidades da *questão social* que, conforme já abordado, são consequências do embate de classes que emana das relações capitalistas na agricultura. Não apreender suas mediações impossibilita uma análise da realidade a partir do mundo do trabalho. Se isto ocorre, a profissão se relaciona com as manifestações singulares, resultantes dessa problemática, como se elas não fossem frutos da luta de classes; e o trabalhador ou ex-trabalhador rural é visto a partir da condição que o tornou usuário de determinado serviço ou política social: aquele que não tem alimentação suficiente, moradia, saúde, trabalho (Sant’Ana, 2012).

O mesmo estudo elenca que as interfaces do trabalho do/a assistente social com a questão agrária podem ocorrer de forma direta ou indireta. De modo direto, quando o enfoque do exercício profissional tem como objeto as relações decorrentes da estruturação do modelo agrário, sejam elas manifestas no campo, sejam na cidade. São exemplos a atuação em agroindústrias – canavieiras, abatedouros etc. –; no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e nas entidades públicas e privadas de ATER. De modo indireto, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, que são mediados pelo universo urbano, onde se manifestam expressões da *questão social*, que são transpassadas pelo embate de classes que ocorre devido ao modelo de desenvolvimento agrário proveniente do avanço do capital sobre o campo. Isto é

altamente comum nos municípios de pequeno porte, os quais possuem características eminentemente rurais.

As interfaces indiretas entre Serviço Social e questão agrária são muito frequentes. Um exemplo elucidativo está no Paraná, onde, de acordo com o Observatório da Questão Agrária (2021) – salvo algumas áreas do estado, como a porção setentrional que concentra espacialidades urbanas densas – predomina-se uma combinação entre médio e baixo grau de urbanização, que, nos termos da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são municípios intermediários e rurais

Figura 1 - Tipologia dos Municípios do Paraná⁴⁹



Fonte: Observatório da Questão Agrária (2021).

⁴⁹ Esse mapa foi elaborado pelo Observatório da Questão Agrária do Paraná, com base em dados e na tipologia rural urbano estabelecida pelo IBGE, que faz a seguinte classificação: “a) **Município predominantemente urbano**: • municípios em Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa; • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 50%; e • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%. b) **Município intermediário**: • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%; • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%; e • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%. c) **Município predominantemente rural**: • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 25%; • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 50%; e • municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 75%” (IBGE, 2017, p. 58-59). Mais informações sobre as metodologias classificativas do órgão podem ser consultadas em IBGE (2017).

A maioria dos municípios paranaenses é predominantemente rural. Um levantamento feito pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP), com base em dados do Censo 2022, mostrou que 206 municípios do estado têm menos de 10.000 (dez mil) habitantes, o que representa 51% dos 399. Se o olhar se voltar às cidades com população inferior a 5.000 (cinco mil) habitantes, há 100 (cem) cidades com esse perfil, o que representa 25,06% dos municípios paranaenses.

Esses municípios, geralmente, contam com várias características rurais e suas economias são voltadas ao rural ou com expressiva participação do campo, onde a produção e comercialização animal e/ou vegetal, os serviços rurais e as empresas agroindustriais são preponderantes ou predominantes na composição da economia local.

Seria possível, nesse contexto, as políticas e os serviços urbanos não serem perpassados por expressões da questão agrária? Dentre as demandas forjadas no cotidiano profissional urbano, seria possível não existir aquelas provenientes de trabalhadores rurais ou, de alguma forma, ligadas ao rural?

Entende-se que a resposta para os dois questionamentos é negativa. Mesmo quando estão no urbano, os serviços e a atuação profissional são transpassados por complexidades ligadas à questão agrária. São exemplos:

- O aumento da demanda por benefícios eventuais e outros serviços da proteção social básica nos períodos entre-safras, nos municípios onde há número expressivo de trabalhadores volantes;
- O número de trabalhadores ou ex-trabalhadores rurais que recorrem ao benefício de prestação continuada por idade (65 anos ou mais) ou agravo intenso de saúde – que gera impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial –, por não terem como comprovar a qualidade de segurado junto ao INSS, devido à precariedade das relações de trabalho;
- O número de famílias em condições precárias de habitação – muitas delas migrantes do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida; e
- A quantidade de desempregados que encorpam o exército industrial de reserva, já que, devido à substituição de trabalho vivo pelo morto no rural e de necessidade de especialização/tecnologização da mão de obra, perdem seus espaços de trabalho e vão para as cidades, geralmente saindo do precário (trabalho volante) e indo para o precário (subemprego, informalidade, desemprego); entre outros.

Entretanto, Sant’Ana (2012) expressa uma dificuldade do Serviço Social de visualizar e compreender a questão agrária como particularidade da *questão social* – sobretudo quando

seus desdobramentos ocorrem no contexto urbano. Isso faz com que, entre outras consequências: os registros profissionais não incluam as situações de trabalho/ocupação atreladas ao rural; não sejam feitas quantificações/sistematizações de dados sobre essa realidade; e haja uma percepção dos profissionais de que o trabalhador rural é um usuário assíduo de políticas sociais, como a assistência social, por exemplo, mas sem a análise crítica das relações e conexões que levam a esse contexto.

Em pensamento semelhante, Lusa (2012) coloca que, no contexto do capitalismo, sobretudo em tempos de crise estrutural do capital, há um cenário de dificuldade no reconhecimento da articulação entre o rural e o urbano, o que desafia o Serviço Social no âmbito do reconhecimento das demandas emergentes à profissão no espaço rural, o que incide em um sério risco: de que seja o Estado ou a classe dominante que aponte, sob seu ponto de vista, as demandas emergentes para o Serviço Social no campo, o que levaria a uma atuação alinhada à defesa de interesses desses grupos e não da classe trabalhadora.

3 INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

3.1 PROCEDIMENTOS E PERCURSO METODOLÓGICO

Cabe demarcar que se optou pela **abordagem qualitativa** para realização desta pesquisa. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa se aprofunda na perspectiva dos significados, tendo enfoque na compreensão de determinados fenômenos como relações, valores, percepções e atitudes para, a partir deles, interpretar a realidade. Para a autora,

[...] o pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com a matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada. Ou seja, para esses pensadores e pesquisadores, a linguagem, os símbolos, as práticas, as relações e as coisas são inseparáveis. [...] (Minayo, 2007, p. 24).

Tendo em vista que as produções acadêmicas que tratam do trabalho profissional do/a assistente social no agrário são incipientes, entende-se que esta pesquisa é exploratória, ao passo que visa explorar e aprofundar a compreensão sobre seu objeto. A **pesquisa exploratória** “[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (Gil, 2010, p. 27). Para tanto, considera variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa **bibliográfica e documental**. Conforme Lima e Miotto (2007), é comum que a pesquisa bibliográfica seja caracterizada como uma revisão de literatura, ou revisão bibliográfica. Entretanto, a revisão de literatura é um pré-requisito para a realização de qualquer pesquisa, enquanto a pesquisa bibliográfica “[...] implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório [...]” (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

A pesquisa bibliográfica pressupõe superar a simples observação e reescrita dos dados contidos nas fontes de pesquisa. Além disso, o pesquisador imprime teoria sobre os dados e a compreensão crítica do significado neles existente. Por isso, exige

[...] alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos, à medida que se constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto (Miotto, 2007, p. 44).

Compreende-se que esta pesquisa também é documental, pois, embora os trabalhos que servem de amostra – provenientes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, dos CBASs e das JOINPPs – já tenham passado por um tratamento/análise científica por seus autores, para fins desta pesquisa, eles são utilizados como fontes primárias, a partir dos quais serão elencados descritores e categorias para análise. Ademais, os anais de eventos contêm uma característica documental ao passo que registram, reúnem e organizam a produção de determinados eventos, como congressos e encontros científicos.

Com relação ao **percurso metodológico** desta pesquisa, primeiramente, buscou-se levantar, junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social, teses e/ou dissertações que abordassem diretamente a atuação profissional do/a assistente social no rural, de 2012 a 2022. Para tanto, a pesquisadora consultou o “Documento de Área de Serviço Social” (CAPES, 2019), disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual consta a relação de programas de pós-graduação de todas as regiões do Brasil.

Delimitou-se como critérios de inclusão das fontes consultadas: a) produções que abordassem diretamente a atuação profissional do/a assistente social no agrário, relacionando-a diretamente com a Questão Agrária ou com o espaço rural; b) que tivessem sido elaboradas por assistentes sociais; e c) que datassem de 2012 a 2022.

É oportuno esclarecer que a escolha metodológica por trabalhos que abordam o exercício profissional no agrário e relacionam a profissão com o espaço rural ou com a questão agrária não significa o não reconhecimento e a valorização da relevância dos estudos e da atuação do/a assistente social em outros âmbitos transversais ao tema, como as questões dos povos originários e socioambientais. Optou-se por priorizar a questão agrária por entender que, no Brasil, ela é basilar para o desenvolvimento das outras. Ademais, entende-se que questões como a dos povos originários e as socioambientais contam com particularidades que exigiriam reflexões mais detalhadas, o que fugiria da proposta original desta pesquisa.

O **parâmetro cronológico** foi delimitado partindo do entendimento de que o intervalo reflete um período recente e contemporâneo, que conta com a intensificação de algumas transformações na morfologia do trabalho e o surgimento de novas, que impactam os processos de trabalho em que o/a assistente social se insere, como as formas e exigências contratuais no contexto da reestruturação produtiva, a flexibilização e a precarização. Além disso, abrange um período em que a categoria profissional – ao menos uma parte dela – amplia seu olhar para a relevância da discussão sobre a questão agrária enquanto expressão da *questão social* e suas reverberações no rural e no urbano, bem como a atuação do/a assistente

social nesse contexto. Esse processo foi expresso em 2010, quando, ao criar os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs), a ABEPSS criou o Grupo Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTP/QAUASS), visando promover o intercâmbio entre pesquisadores e socializar pesquisas das áreas em questão.

Definiu-se que a busca pelas obras seria realizada nas páginas de cada programa de pós-graduação. No caso dos programas em que suas páginas não divulgavam a relação de teses e/ou dissertações, as buscas foram realizadas junto aos repositórios institucionais das respectivas universidades ou na Plataforma Sucupira.

Com isso, foram localizadas três pesquisas: uma tese de doutorado de 2012, proveniente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e duas dissertações de mestrado: uma de 2014, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL-AL), e uma de 2015, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG), ambas de programas de pós-graduação em Serviço Social.

Cabe salientar que, durante o processo de pesquisa, alguns trabalhos localizados chamaram a atenção, mas geraram dúvidas sobre o efetivo enquadramento aos critérios estabelecidos: uma tese de doutorado de 2016, da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca), e, na região nordeste, duas dissertações de mestrado da Universidade Federal de Sergipe (UFS-SE), sendo uma de 2014 e uma de 2022.

A partir disso, elaborou-se um instrumental com alguns itens padronizáveis (Apêndice A), incluindo a identificação das obras, seus resumos, objetos de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos. Com esse material em mãos, foi realizada uma leitura mais cuidadosa dos tópicos sistematizados, bem como dos sumários dos trabalhos, para fins de delimitação da amostra. Nesse momento, os trabalhos que haviam gerado dúvidas sobre o enquadramento foram eliminados.

A busca pelas obras evidenciou que, embora tímido, o diálogo das produções da pós-graduação em Serviço Social com temas relacionados ao rural e às ruralidades tem sido crescente. Nota-se um número significativo de obras sobre a questão ambiental, direitos dos povos indígenas, reforma agrária e temas relacionados a políticas sociais, que discutem, por vezes, o atendimento a determinadas populações ou ao acesso delas aos seus serviços. Em muitos casos, observa-se um esforço em abordar a questão agrária na fundamentação teórica. Contudo, a discussão sobre o trabalho profissional do/a assistente social no agrário, seja relacionando-o diretamente com a questão agrária, seja com o espaço rural, ainda é ínfima.

Considerando a tímida amostra de materiais e o amadurecimento da pesquisa com a banca de qualificação, optou-se por levantar também a produção do conhecimento do

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASs) e do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESSs), seguindo os mesmos critérios de inclusão, por se tratar de eventos científicos de grande relevância e participação da categoria profissional. Entretanto, não foi possível acessar os anais do ENPESS⁵⁰, o que demandou reflexão e um reajuste a um dos eventos-base para a busca de dados.

Após análise de eventos da área, foi escolhida a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), por se tratar de evento científico com importante participação de assistentes sociais e, historicamente, possuir, entre seus quatorze eixos temáticos, um eixo voltado ao debate da questão agrária: “Questão Agrária, Questão Alimentar e Políticas Públicas”, levando à suposição de que seria espaço propício para as buscas.

No que diz respeito aos CBASs e às JOINPPs, houve um ajuste em um dos critérios de inclusão: puderam ser incluídos, neste caso, trabalhos elaborados por assistentes sociais ou graduandos em Serviço Social que apresentavam produções teóricas resultantes de investigações sobre o trabalho profissional do/a assistente social. Isto foi feito por entender que a graduação conta com iniciativas importantes no âmbito de projetos de pesquisa, extensão e trabalhos de conclusão de curso, que teriam potencial para enriquecer a discussão.

Primeiramente, em ambos os eventos, foi realizado o levantamento dos anais que estavam dentro do espaço temporal proposto. Em seguida, procedeu-se à investigação em cada um, partindo dos mais antigos para os mais novos. Considerando os critérios estabelecidos na pesquisa e buscando alcançar maior eficácia na localização de trabalhos que abordassem a temática deste estudo, foi realizada uma busca em todos os eixos dos eventos, com observação atenta aos títulos dos trabalhos, com vistas a identificar proximidades com a área de interesse deste estudo. Nos casos positivos, foram lidos os resumos e títulos dos tópicos.

Os trabalhos que demonstraram efetivo potencial para atendimento aos critérios tiveram dados inseridos em um instrumental inicial, com o objetivo de melhor identificá-los e organizá-los. O formulário (Apêndice B) sistematizou informações sobre o evento – de qual se tratava, edição, tema, ano, local de realização, modalidade de implementação – e do

⁵⁰ Cabe esclarecer que foi realizado contato com a ABEPSS, via e-mail, em 12/11/2023, no qual foram requisitadas orientações para a formalização de pedido dos anais dos 13º, 14º e 15º ENPESSs, que aconteceram, respectivamente, em 2012, 2014 e 2016. No dia 16/11/2023, esta pesquisadora recebeu um retorno informando que a publicação dos anais na modalidade online passou a ocorrer somente a partir da 16ª edição, em 2018. Antes, eles eram viabilizados somente aos participantes do evento, em CD. Ademais, devido a uma intempérie – inundação – ocorrida na sede da instituição, em 2019, diversos anais físicos do ENPESS foram prejudicados. A ABEPSS iniciou um processo de recuperação dos documentos, mas até o momento do contato não tinha sido finalizado, haja vista o contexto pandêmico anterior, e não havia prazo para a conclusão, não sendo possível, pois, o fornecimento dos anais.

trabalho – como título, autoria, resumo e endereço dos anais de referência.

No âmbito do CBAS, foram localizados 17 (dezessete) trabalhos com potencial para atender aos critérios de inclusão. No que diz respeito à JOINPP, foram identificadas 4 (quatro) produções com potencial.

Fechada a fase de levantamentos, a pesquisa se debruçou sobre os materiais para sua análise por meio de uma leitura mais minuciosa. Para tanto, foram elaborados instrumentais específicos: um para os trabalhos provenientes dos programas de pós-graduação (Apêndice C) e um para os derivados dos eventos (Apêndice D). Trata-se de formulários muito semelhantes, que buscam sistematizar informações sobre o programa de pós-graduação ou evento, dados das produções e de seus autores, além de nortear a extração de 5 (cinco) eixos de análise ou categorias analíticas: se abordam e quais as concepções dos autores sobre questão agrária; a *questão social*; o significado social da profissão de assistente social; as relações entre o Serviço Social e o agrário; e os desafios e as perspectivas do trabalho profissional no âmbito da questão agrária.

Uma contextualização mais ampla sobre as fontes para a coleta de dados e considerações sobre os achados da pesquisa serão apresentadas nos tópicos subsequentes.

3.2 OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Serviço Social é profissão e uma área do conhecimento reconhecida pela pelas agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação⁵¹. De acordo com Mota (2013, p. 18), como área do conhecimento, o Serviço Social “[...] adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico [...]”, em que redefine a sua representação intelectual e social, a qual, até então, era caracterizada pelo exercício profissional, no qual a intervenção tinha primazia.

Os primeiros cursos de mestrado do país foram implantados na década de 1970: “[...] em 1972, um na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e um na PUC-Rio – sendo esses dois os pioneiros no continente latino-americano; e, em 1976, um na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [...]” (CAPES, 2019, p. 3). Já o primeiro curso de doutorado nasceu na PUC-SP, em 1980.

⁵¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

No âmbito da CAPES, o Serviço Social é a Área 32. Atualmente, ela conta com 36 (trinta e seis) programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, regionalizados conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	OFERTA (M/D)
Região Norte		
UFAM	Serviço Social	Mestrado
UFPA	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UFT	Serviço Social	Mestrado
Região Nordeste		
UFMA	Políticas Públicas	Mestrado/doutorado
FUFIP	Políticas Públicas	Mestrado/doutorado
UECE	Serviço Social, Trabalho e <i>Questão Social</i>	Mestrado
UFRN	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UERN	Serviço Social e Direitos Sociais	Mestrado
UFPB/JP	Serviço Social	Mestrado
UEPB	Serviço Social	Mestrado
UFPE	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UFAL	Serviço Social	Mestrado/doutorado
FUFSE	Serviço Social	Mestrado
UFRB	Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios	Mestrado
UFBA	Serviço Social	Mestrado
Região Sudeste		
UFES	Política Social	Mestrado/doutorado
EMESCAM	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Mestrado
UFRJ	Serviço Social	Mestrado/doutorado

UFF	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Mestrado
UFF	Política Social	Mestrado/doutorado
UERJ	Serviço Social	Mestrado/doutorado
PUC-RIO	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UFV	Economia Doméstica	Mestrado/doutorado
UFJF	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UNESP/FR	Serviço Social	Mestrado/doutorado
PUC-SP	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UNIFESP	Serviço Social e Políticas Sociais	Mestrado
Região Sul		
UEL	Serviço Social e Política Social	Mestrado/doutorado
UNIOESTE	Serviço Social	Mestrado
UFSC	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UFRGS	Política Social e Serviço Social	Mestrado
PUC/RS	Serviço Social	Mestrado/doutorado
UCPEL	Política Social e Direitos Humanos	Mestrado/doutorado
Região Centro-oeste		
UFMT	Política Social	Mestrado
PUC-GOIÁS	Serviço Social	Mestrado
UnB	Política Social	Mestrado/doutorado

Fonte: Adaptado de CAPES (2022).

Há 36 cursos de mestrado e 20 de doutorados no país, todos acadêmicos, com predominância de oferta nas regiões Sudeste e Nordeste. Dos 36 (trinta e seis) programas, apenas 6 (seis) provêm de universidades privadas, demonstrando a força e a relevância das universidades públicas para a pesquisa e a produção do conhecimento – ainda que em conjunturas cada vez mais adversas de precarização da educação e das condições de trabalho docente. Segundo a CAPES (2019, p. 7), “[...] das 6 instituições privadas, 5 são comunitárias (4 PUC e 1 Uni-

versidade Católica – Universidade Católica de Pelotas - UCPEL) e uma sem-fins lucrativos (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM) [...]”.

A amostra desta pesquisa – no âmbito dos programas de pós-graduação – é proveniente das instituições PUC-SP (sudeste), UFAL (nordeste) e UFJF (sudeste).

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é a instituição onde foram criados o primeiro mestrado e o primeiro doutorado em Serviço Social do Brasil e da América Latina, em 1971 e 1981, respectivamente. O programa é referência em qualidade na pesquisa acadêmica, possui índice expressivo de internacionalização e tem o conceito máximo de avaliação da CAPES na área de Serviço Social (7,0). Conta com duas áreas de concentração, a saber: Área 1 - Serviço Social, e Área 2 - Política Social. A primeira contempla 4 (quatro) linhas de pesquisa: Fundamentos do Serviço Social; Trabalho e Profissão; Ética e Direitos Humanos; e Serviço Social, classe, raça, etnia, gênero e sexualidades. Já a Área 2 possui três linhas: Política social e direitos sociais; Seguridade e Assistência Social; e Classes, movimentos sociais, sujeitos coletivos e territórios.

A Universidade Federal de Alagoas oferta mestrado, aprovado em 2004, e doutorado, aprovado em 2016, com área de concentração em Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais, e conta com 3 (três) linhas de pesquisa: *Questão Social*, Direitos Sociais e Serviço Social; Trabalho, Política e Sociedade; e Direitos, Movimentos Sociais, Relações de Exploração Agrária, Urbana e de Opressão.

Por sua vez, o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) oferta mestrado e doutorado, com área de concentração em: *Questão Social*, Território, Política Social e Serviço Social. O programa está organizado em duas linhas de pesquisa: Política Social e Gestão Pública, e Serviço Social e Sujeitos Sociais.

3.2.1 Os achados nos programas de pós-graduação

Conforme mencionado, a busca junto aos programas de pós-graduação resultou em uma amostra de três trabalhos, a saber:

Quadro 3 - Relação de dissertações e teses coletadas na pesquisa

TÍTULO	AUTOR(A)	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	ANO	TIPO
A (in)visibilidade do Brasil Rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em alagoas	Mailiz Garibotti Lusa	PUC-SP	2012	Tese
Questão Agrária Brasileira e a Inserção do Serviço Social em Políticas Sociais para o Campo	Daniele Gomes de Lima	UFAL-AL	2014	Dissertação
Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social	Luzia Amélia Ferreira	UFJF-MG	2015	Dissertação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Mailiz Garibotti Lusa é docente universitária e há vários anos tece estudos sobre o rural, ruralidades e a formação e atuação profissional da categoria dos/as assistentes sociais nesse contexto. Sua pesquisa de doutorado foi realizada em Alagoas, onde foi docente na UFAL entre 2010 e 2014. Atualmente, é professora junto ao Departamento de Serviço Social da UFSC e continua atuante em grupos de estudos e pesquisas relacionados à terra e ao trabalho. Sua tese teve como objetivo central analisar como a formação profissional produz aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos para o exercício profissional que ocorre nos espaços sócio-ocupacionais rurais em Alagoas. Para tanto, a pesquisa inclui abordagens bibliográficas, documentais e de campo, utilizando entrevistas com roteiros semiestruturados com assistentes sociais atuantes no rural de Alagoas.

Daniele Gomes de Lima estabeleceu como objetivo geral de sua dissertação de mestrado apreender como se constituem as demandas sociais no campo, explicitadas a partir da questão agrária brasileira, as quais foram institucionalizadas pelo Estado em determinado momento da história, além da inserção do Serviço Social em políticas sociais nessa área. Seu interesse pela temática surgiu da participação em projeto de iniciação científica na graduação em Serviço Social da UFAL, onde estudou sobre o mercado de trabalho do/a assistente social em Alagoas, o que resultou na construção de seu trabalho de conclusão de curso intitulado: “A

expansão precária do trabalho do/a assistente social no interior de Alagoas no contexto de descentralização das políticas sociais na conjuntura do governo Lula”. Daniele recorreu a procedimentos bibliográficos e documentais para sua pesquisa. Ela foi docente substituta na Faculdade de Serviço Social da UFAL (2014-2014); cursou doutorado na UFRN (2018-2021); e, atualmente, atua como assistente social estatutária na política de saúde dos municípios de Paulista-PE e Recife-PE.

A dissertação de Luzia Amélia Ferreira buscou, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo – com utilização de questionários aplicados a assistentes sociais com alguma atuação ligada ao rural – aprofundar o debate acerca do Serviço Social, compreendendo a questão agrária como particularidade da *questão social* no capitalismo contemporâneo. Isso foi feito a partir da análise dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), entre 2004 e 2014. Luzia atuou por cerca de 7 (sete) anos em uma cooperativa de trabalho responsável pela prestação de serviços de ATER (2001-2008), além de outras inserções na área de cooperativismo, economia solidária e agricultura familiar. Atualmente, é doutoranda em Serviço Social na UFJF e assistente social estatutária na Universidade Federal de Minas Gerais, atuando no Hospital veterinário da Escola de Veterinária da IES.

Observa-se, portanto, pesquisadoras provenientes de diferentes espaços sócio-ocupacionais, mas que buscaram aprofundar os estudos sobre a profissão e a questão agrária devido a experiências prévias: uma por sua trajetória docente em ensino, pesquisa e extensão na área, no âmbito acadêmico; uma buscando amadurecer estudos iniciados na graduação, passando por uma experiência na docência; e uma, em muito instigada pela trajetória profissional, que guardava relação direta com o espaço rural.

Caminhando para os eixos de análise⁵², foi possível verificar como as autoras conceituam **questão agrária** e algumas nuances sobre ela:

Partindo das análises de Stédile (2005) [...] questão agrária é uma área do conhecimento que procura explicar como as sociedades, em um determinado período histórico, organizam o uso, a posse e a propriedade da terra. Este autor considera **as muitas formas que o conceito questão agrária pode ser definido, quer seja pelo aspecto político, sociológico, geográfico, histórico ou jurídico**[...] Fernandes (2001) ao explicitar que **a questão agrária está associada às dimensões econômica, social e política**, nos evidencia o

⁵² Conforme já esclarecido, foram elencados como eixos de análise: questão agrária; *questão social*; significado social da profissão; relações entre o Serviço Social e o agrário; e os desafios e perspectivas do trabalho profissional no âmbito da questão agrária.

quão ampla esta categoria se apresenta. Isto posto, nos remete a pensar que a questão agrária não se restringe, apenas, as questões ligadas ao campo, mas que esta apresenta uma amplitude que ultrapassa este locus e se estende aos mais variados contextos da luta de classes (Ferreira, 2015, p. 32-33, grifos nossos).

[...] os processos sociais, econômicos, culturais e políticos de formação histórica da sociedade brasileira encontram-se diretamente implicados à dinâmica rural. Conforme Ianni (1984, p. 163), tais processos, ‘provocados pelo **desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo**, manifestam-se tanto nas áreas ‘pioneiras como nas de exploração antiga; seja nas áreas em que o capitalismo parece algo recente, seja naquelas em que já se encontra avançado’ (Lusa, 2012, p. 36, grifos nossos).

Concordamos com o pensamento de Fernandes (2001) ao afirmar que **a questão agrária é o conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção** que vão se apresentando através de características diversas nos distintos estágios de desenvolvimento capitalista (Lima, 2014, p. 20-21, grifos nossos).

Percebe-se que Ferreira (2015) se aporta em Stedile, assim como foi feito neste trabalho, para classificar a questão agrária como uma área do conhecimento que busca discutir e explicar como se dá a utilização e a apropriação da terra. No entanto, as concepções sobre essa categoria não se esgotam apenas no âmbito da terra, também estão relacionadas aos aspectos sociais, políticos e econômicos da sociedade na sociabilidade capitalista – em nosso caso.

Outro ponto relevante é que a questão agrária não gera desdobramentos só no campo, mas também nas cidades. Por exemplo, se a substituição do trabalho vivo por maquinários e tecnologias especializadas avança expressivamente, aumenta a tendência ao desemprego no rural e os processos de êxodo, onde as pessoas migram para as cidades em busca de renda e melhores condições de vida. Se a produção de alimentos se dá calcada no uso indiscriminado de agrotóxicos, isto afeta a saúde das populações do campo e das cidades e amplia os riscos de contaminação das águas que abastecem ambos os espaços.

Nos três trabalhos, a questão agrária é entendida relacionada à *questão social*:

Sant’ana (2008, p. 3) enfatiza que **a questão agrária, sendo uma particularidade da questão social**, pode ser percebida por meio de diferentes manifestações, quer seja nas condições ‘de vida e trabalho dos assalariados rurais, na luta pela terra e na presença dos movimentos sociais rurais, no adoeci-

mento do trabalhador em decorrência do processo laborativo em meio rural, na migração ou no desemprego’ (Ferreira, 2015, p. 39, grifos nossos).

Em relação à questão agrária partimos do pressuposto de que ela se constitui como um **desdobramento de expressões da questão social especificamente no caso brasileiro**, no qual nos detemos a investigar nesta pesquisa, já que esta compreende as relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas distintas em torno da propriedade da terra. Diz respeito à participação do Brasil no processo de acumulação capitalista, que pressupõe necessariamente a pauperização da classe trabalhadora do campo (Lima, 2014, p. 36, grifos nossos).

[...] a instalação da propriedade capitalista no campo, associada à aplicação da força de trabalho livre e assalariada, que juntos solidificam o capitalismo no espaço rural, vão gerar riquezas e pobreza, aprofundando exponencialmente as desigualdades no campo, as disparidades sociais e, com elas, as manifestações da *questão social* (Lusa, 2012, p. 68).

Assim, a questão agrária é compreendida como uma manifestação da *questão social*, que se materializa principalmente, mas não exclusivamente, na vida dos sujeitos sociais rurais. Ainda, assim como a *questão social*, ela é marcada pela correlação de forças entre interesses distintos, própria da sociabilidade capitalista, em que mesmos mecanismos que criam riquezas também geram pobreza, em um processo que quanto mais se intensifica, mais acirra as refrações da *questão social*.

No entanto, cabe demarcar uma diferença de concepções: enquanto Ferreira (2015) respaldada em Sant’Ana (2008) afirma que a questão agrária é “uma particularidade da *questão social*”, Lima (2014)⁵³ coloca que a questão agrária é um “desdobramento de expressões da *questão social*”. *Questão social* não é sinônimo de suas expressões. Enquanto a primeira é fruto das contradições do sistema capitalista, as últimas são as formas pelas quais tais contradições se corporificam na sociedade. A esse respeito, Ferreira (2015) traz uma contribuição com a qual se concorda:

[...] a *questão social* é aqui entendida como um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, **é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista** (MARX, 1984, p. 187). Já as **manifestações ou expressões da questão social é a sua configuração real** apresentada por meio da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, das diversas formas de violência, da miserabilidade no espaço público. Assim, podemos

⁵³ Não é a intenção deste trabalho desqualificar as obras que compõem a amostra da pesquisa. Busca-se, somente, tecer breves ponderações conceituais e/ou críticas quando necessário, primando pelo respeito e pela ética entre os pares.

perceber que, as manifestações da *questão social* estão presentes em todos os espaços (Ferreira, 2015, p. 91, grifos nossos).

As autoras Lusa (2012) e Lima (2014) salientam como a questão agrária é histórica, sujeita a transformações no decorrer do processo histórico e é integrante basilar da formação sócio-histórica do Brasil, fazendo-se presente até a contemporaneidade:

[...] a problemática da **questão agrária não é algo novo, já que esta é intrínseca a formação econômica, política e social do Brasil**. Ao fazer uma leitura dialética acerca do processo de formação do capitalismo brasileiro é possível identificar as marcas da particularidade histórica de um país que compõe a periferia do mundo capitalista, e cujas características presentes no início da formação, a partir da colonização, ainda são evidenciadas nos dias de hoje (Lima, 2014, p. 41, grifos nossos).

Este Brasil agrário nunca foi extinto, apenas transformou-se no mesmo ritmo em que o capitalismo se instalou e desenvolveu no país. É nas **raízes agrárias, na distribuição fundiária concentrada e desigual, no tipo de exploração monocultural – originalmente escravocrata – de caráter mercantil, na concentração do poder – de ordem predominantemente política, embora também econômica – aristocrático e burguês, rural e urbano**, que os traços do Brasil capitalista vão se desenhando, **desde o período imperial até a atualidade** (Lusa, 2012, p. 370, grifos nossos).

Continuando a análise dos conteúdos, seguir-se-á para o próximo eixo analítico: as concepções de *questão social* presentes nos trabalhos:

[...] a *questão social* tem na base material o seu momento predominante, pois é a forma de produzir riqueza, que **de um lado amplia e concentra capitais nas mãos de poucos; e de outro intensifica a miséria para muitos**; isto condiciona, em um dado momento da história, o surgimento de formas de organização e luta do operariado contra a pobreza, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, pondo em questão a ordem sistêmica, exigindo uma intervenção sistemática do Estado para conter esta ameaça contra a ordem burguesa (Lima, 2014, p. 28, grifos nossos).

Por *questão social*, entendemos o conjunto das expressões das desigualdades sociais, materializadas nos problemas sociais, econômicos, políticos, que se acirram no curso da constituição da sociedade capitalista, e nas formas de enfrentamento e de resistência desencadeadas pelo Estado e pelos diversos segmentos da sociedade civil, sobretudo pelos setores subalternos que vivenciam essas problemáticas historicamente no cotidiano (Lusa, 2012, p. 168, grifos nossos).

[...] a *questão social* é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, **que se manifesta no cotidiano a partir da contradição entre o proletariado e a burguesia**. [...] Desta forma, a *questão social* **expressa às inúmeras desigualdades sociais, políticas, eco-**

nômicas, culturais as quais os trabalhadores estão submetidos (Ferreira, 2015, p. 86, grifos nossos).

Afere-se, pois, que todos os trabalhos exprimem uma compreensão de *questão social* que tem como base a apropriação privada da riqueza socialmente construída e a exploração do capital sobre o trabalho, o que gera uma gama de consequências na vida dos trabalhadores do rural e do urbano. Todos avançam nos debates a esse respeito, porém, ater-se-á aqui apenas à conceituação da categoria, haja vista os propósitos da pesquisa.

O/a assistente social atua em um contexto complexo, polarizado pelos interesses da classe trabalhadora e da burguesia. Conforme discutido anteriormente, a profissão contribui pela mesma prática, tanto para os interesses de preservação do modo de produção vigente quanto para o atendimento às demandas dos trabalhadores. Tendo isso em vista, prosseguir-se-á para as concepções acerca do **significado social da profissão**. Lusa (2012) e Ferreira (2015) abordam mais diretamente sobre a questão:

O Serviço Social é entendido como uma profissão que está inserida no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido social e histórico. **O significado sócio-histórico do Serviço Social, ou seja, o entendimento sobre a profissão só pode ser explicado no movimento histórico da sociedade**, que se realiza através das relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida, ou seja, o mundo social é um mundo de relações (YASBEK, 2009) [...] (Ferreira, 2015, p. 96, grifos nossos).

Portanto, **o Serviço Social precisa ser compreendido na totalidade das relações sociais em várias dimensões do exercício profissional**, na sua relação com o usuário e na relação com o seu empregador, pois a profissão se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (Ferreira, 2015, p. 97, grifos nossos).

[...] fica evidente que a nova compreensão sobre o exercício profissional, gestada desde a década de 1970, discutida nos 1980 e afirmada nos 1990, aponta para uma compreensão mais ampla da prática profissional que antes. **O exercício profissional, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, passa a se configurar como práxis, enquanto atividade humana que realiza processo de trabalho, que transforma a sociedade, e está inserida na realidade histórica do país e na divisão social e técnica do trabalho**. Sua matéria – a *questão social* em suas múltiplas expressões – transforma-se cotidianamente, e seu exercício profissional é efeito e causa das relações sociais (Lusa, 2012, p. 166, grifos nossos).

Partindo do entendimento que o rural também é espaço onde a *questão social* – objeto de intervenção do Serviço Social – manifesta-se por meio de múltiplas expressões, defende-se

que este é campo possível e fértil para a inserção do/a assistente social, por meio de diferentes espaços sócio-ocupacionais. Nesse contexto, será analisado, a seguir, como os trabalhos da pós-graduação abordam a **relação entre o Serviço Social e o agrário**.

Primeiro, fica evidente o quanto a discussão e atenção sobre o tema são preteridas na profissão:

Por tempos **o Serviço Social delegou ao segundo plano suas análises para a questão agrária brasileira**. A principal razão disto, quiçá, tenha sido um olhar fragmentado para a formação sócio-histórica do país.[...] Assim, perdia-se a dimensão do Brasil rural presente desde a ocupação europeia (Lusa, 2012, p. 208, grifos nossos).

[...] tal distanciamento da profissão desta problemática [da questão agrária] se explica pela própria **história da profissão que [...] tradicionalmente foi solicitada para intervir na questão social urbana** relacionada com o surgimento da classe operária no cenário político. Em grande parte, **a formação do assistente social é voltada para pensar os problemas da cidade** e formular políticas para o espaço urbano [...] (Albuquerque; Sant'ana, 2007, p. 03) (Lima, 2014, p. 14-15, grifos nossos).

a questão agrária é vista de forma marginal, visto que os estudos que a problematizam têm pouca expressividade tanto no âmbito do exercício profissional, quanto da produção acadêmica. Tal fato representa um desafio a ser enfrentado, tanto no sentido de publicizar e incentivar o exercício profissional nesta área, quanto de fomentar pesquisas e literatura específica produzida pelos estudiosos do Serviço Social (Ferreira, 2015, p. 109, grifos nossos).

Múltiplas são as razões que levam à marginalização da temática, como o surgimento da profissão, que ocorreu no espaço urbano para o atendimento a demandas da classe operária das cidades naquele momento; e a estruturação (e perpetuação) de uma formação profissional voltada às questões urbanas⁵⁴, que forma profissionais com leitura ampla e crítica da sociedade, mas, em grande parte das vezes, com um déficit nessa habilidade quando o olhar se volta ao rural.

Outro aspecto abordado nos trabalhos diz respeito a como se dá a relação profissão-questão agrária quanto à atuação profissional:

Na atualidade, **a inserção do Serviço Social em políticas sociais para o campo está atrelada à execução das que visam aliviar seletivamente a**

⁵⁴ Conforme já discutido neste trabalho, no Brasil, os Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares legitimadas pela ABEPSS permitem que a discussão sobre o rural e a questão agrária seja transversalizada em diferentes disciplinas. Contudo, é premente a necessidade de avançar na exploração dessas possibilidades.

pobreza rural, através de políticas compensatórias e de transferência de renda, especialmente em situações onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente[...]. A profissão não encontra-se inserida em todos os programas destinados ao atendimento das demandas dos trabalhadores do campo, mas, em sua maioria está ligada àqueles programas referentes à Política de Assistência Social, e **muitas vezes o profissional não reconhece o usuário como trabalhador rural, mas apenas como beneficiário de programas assistenciais** (Lima, 2014, p. 121, grifos nossos).

Ainda sobre o significado do Serviço Social na questão agrária, os profissionais ressaltam que **a intervenção é voltada para a sensibilização quanto aos direitos, defesa da democracia, da cidadania** e clara opção pela solidificação dos princípios defendidos no Projeto Ético – Político Profissional e no Código de Ética (Ferreira, p. 2015, p. 107, grifos nossos).

Os fragmentos mostram uma realidade complexa, que atravessa os dilemas da atuação profissional no agrário. Ferreira (2015), com base nas respostas de assistentes sociais a sua pesquisa, salienta que os profissionais relacionam sua intervenção à perspectiva da garantia de direitos das populações do campo e aos princípios do projeto profissional hegemônico.

No entanto, os/as assistentes sociais são chamados a atuar em programas e projetos seletivos, focalizados e compensatórios de *combate* à pobreza, que são parte da agenda do Estado neoliberal no capitalismo financeiro, em que, conforme discutiu-se anteriormente, não se intervém nas desigualdades estruturais do rural, mas busca-se responsabilizar a política social por uma gama de mazelas. Esse panorama é evidenciado no cotidiano desta pesquisadora em sua atuação profissional junto à política de ATER.

Ademais, Ferreira (2015) traz – a partir de sua pesquisa junto aos CBAS e ENPESS, de 2004 a 2014 – a constatação da relevância do/a assistente social na realidade agrária, no atendimento às demandas emanadas da população atendida:

As percepções evidenciadas nos artigos nos levam a inferir que **o Serviço Social tem significativa importância no contexto da questão agrária**, visto que os assistentes sociais, por meio do seu exercício profissional, **interferem cotidianamente nas relações sociais e são requisitados ao atendimento às demandas geradas** [pela população]. Assim sendo, pensar o Serviço Social na sua relação com a questão agrária é fundamental para a profissão (Ferreira, 2015, p. 111, grifos nossos).

Entretanto, mais adiante, a autora destaca que o exercício profissional vai além:

[...] a relação Serviço Social e questão agrária é uma questão presente para a profissão, e que está além do simples atendimento às demandas dos trabalhadores do campo, pois **pode contribuir, entre outros aspectos, para dar**

visibilidade às questões ligadas à luta pela terra e possibilitar o acesso as políticas sociais direcionadas ao campo (Ferreira, 2015, p. 117, grifos nossos).

Nesse cenário, Lusa (2012) e Lima (2014), a seguir, salientam a relevância de o Serviço Social aprimorar sua leitura crítica sobre a formação sócio-histórica do Brasil, o rural e a questão agrária – os quais estão intimamente relacionados; bem como tecer aproximações e relações com a questão agrária, independentemente de seu espaço sócio-ocupacional estar diretamente situado no rural ou no urbano:

Conclui-se que, **sem compreender esse processo de formação sócio-histórica do país, é impossível captar e entender os meandros da conjuntura econômica, política, social e cultural do Brasil capitalista na atualidade**. A história passada se funde numa só com aquela presente, sem a qual a leitura e análise da realidade atual torna-se aparente, ou pelo menos, desconexa dos seus determinantes estruturais, torna-se imediata (Lusa, 2012, p. 370, grifos nossos).

A relação entre o Serviço Social e o espaço rural ainda é frágil e precisa ser desenvolvida, mesmo quando o atendimento das demandas rurais ocorra em equipamentos urbanos. Ao que tudo indica, as discussões sobre o rural, a questão agrária e ambiental começam a aparecer no campo teórico, nas ações profissionais e na formação acadêmica. É preciso, então, reforçá-las, ampliando a participação dos indivíduos rurais no debate (Lima, 2014, p. 122, grifos nossos).

No que diz respeito aos **desafios do trabalho profissional no âmbito da questão agrária**, os escritos da pós-graduação evidenciam alguns desafios que vão da formação profissional, até diferentes nuances do cotidiano. Lusa (2012) assevera que:

A análise final dos dados da pesquisa, **no que toca à formação profissional, indicou que ela não está formando profissionais com competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas suficientes, para que eles se sintam habilitados para trabalhar com a realidade rural, logo que ingressam nos espaços sócio-ocupacionais rurais**. As entrevistadas afirmaram que é o próprio exercício profissional, associado às leituras e pesquisas sobre a realidade rural e aos cursos de atualização, que lhes está preparando para fazer a leitura e análise da realidade rural e, nela, reconhecer os sujeitos e as demandas profissionais (Lusa, 2012, p. 379, grifos nossos).

É preciso lembrar que a tese de doutorado em questão foi escrita há 12 (doze) anos. De lá para cá, transformações vêm ocorrendo na sociedade, no Estado, no próprio rural, onde há um aprofundamento do projeto do agronegócio transnacional e o consequente acirramento das expressões da *questão social*. Assim, a profissão – em seus âmbitos de ensino, pesquisa,

extensão e trabalho profissional na base – também vem sendo impactada por mudanças. Entretanto, não se pode perder de vista a conclusão da autora, uma vez que se trata de grave uma constatação e um desafio.

Outro alerta feito pela doutora diz respeito aos profissionais compreenderem o urbano e rural não como espaços opostos e isolados, mas que possuem questões articuladas a serem desveladas:

Este cenário de dificuldade no reconhecimento da articulação entre rural e urbano, na sociedade capitalista em tempos de crise estrutural do capital, **desafia o Serviço Social no que toca o reconhecimento das demandas emergentes no espaço rural.** Neste sentido, **corre-se o risco de que seja o Estado ou a classe burguesa a apontar, sob o seu ponto de vista, as demandas emergentes para o Serviço Social no campo**, o que adensaria o perigo de que a intervenção profissional respondesse aos interesses do Estado e da burguesia rural e urbana, e não aos interesses da classe trabalhadora camponesa (Lusa, 2012, p. 209, grifos nossos).

Se o profissional de Serviço Social não consegue tecer uma leitura crítica sobre a questão agrária, suas relações e incidências sobre a realidade urbana – e vice-versa –, ele tende a ter dificuldades para apreender as demandas que emergem do rural e se relacionam à profissão. Diante disso, incorre no risco de o Estado e/ou a classe dominante – sob a roupagem do empregador ou da proposta de trabalho institucional ou da *cartilha*⁵⁵ de determinada política pública – delimitar, dentro de suas perspectivas, o que é demanda para o Serviço Social, materializando isso em requisições institucionais.

É claro que, como salientado anteriormente, o/a assistente social possui uma relativa autonomia em seu trabalho profissional, pois, embora provenha de uma profissão regulamentada como liberal, atua predominantemente na relação assalariada. Nesse contexto, sempre será tensionado/a por uma gama de requisições institucionais, que em geral, deve atender de modo qualificado. Contudo, é na articulação consistente da conjuntura com a estrutura que poderá desenvolver estratégias para identificar as efetivas demandas da classe trabalhadora e buscar atendê-las, dentro dos ditames do possível.

Ainda no campo dos desafios, observa-se manifestações da precarização do trabalho na atuação dos assistentes sociais na sua relação com a questão agrária, conforme fragmento,

⁵⁵ Ao referir-se à “cartilha” entre aspas, busca-se aludir aos contornos que as políticas públicas assumem em determinados governos e momentos históricos. Por vezes, seu aparato normativo até coaduna com os princípios do Projeto Ético-político do Serviço Social, mas isto não é regra. É preciso lembrar que não é – ou não deveria ser – a política pública que determina as competências e atribuições do/a assistente social.

a seguir, de Ferreira (2015), com base nas respostas dos questionários que aplicou em sua pesquisa:

As condições precárias de trabalho as quais os assistentes sociais estão submetidos se expressam por meio da **redução do número de profissionais, sobretudo na efetivação da política de ATER, dos contratos temporários, terceirizados e precarizados, da pressão pelo cumprimento de metas, pelo descumprimento do direito à jornada de 30 horas semanais sem redução dos salários, dentre outros** (Ferreira, 2015, p. 175, grifos nossos).

Outra luta profissional diz respeito à necessidade e dificuldade de efetivação da interdisciplinaridade:

Os assistentes sociais consideraram que **os trabalhos são discutidos coletivamente e que são realizadas trocas de saberes**, colaborações e que estas ocorrem de forma respeitosa, harmoniosa e mantendo-se a particularidade de cada profissão [...] No entanto, ao se analisar o conjunto das falas dos profissionais, **percebeu-se que apesar da multiprofissionalidade descrita, da relação ser cordial, de parceria e harmoniosa, não há uma atuação interdisciplinar** (Ferreira, 2015, p. 190, grifos nossos).

Expressa-se, na mesma pesquisa (Ferreira, 2015), uma dificuldade em estabelecer relações continuadas com outros/as assistentes sociais que trabalham ou estudam a questão agrária. Dentre os profissionais interrogados via questionário, 70% afirmaram que isto não lhes era possível, contra 30% que o faziam:

Por fim, nas respostas ao questionamento e nas apreensões a partir da análise dos artigos dos CBAS e ENPESS foi possível perceber os seguintes entendimentos: que **a maioria dos profissionais atua de forma individualizada**, o que dificulta o entrelaçamento e fortalecimento do debate; que **é necessário que haja o maior aprofundamento teórico sobre esta área de atuação; que muitas vezes esta área é vista com estranheza, por causa das lacunas deixadas pela formação profissional; mas, por outro lado há aqueles que acham o trabalho interessante e desafiador e apontam que há a necessidade de ampliação do debate para que outros profissionais se interessem por esta área** (Ferreira, 2015, p. 193, grifos nossos).

Assim, como há pouca articulação entre os pares – assistentes sociais –, a autora constatou a dificuldade de organização desses profissionais em espaços político-organizativos, de debate e formação específicos da categoria, o que fragiliza as possibilidades de socialização das experiências e conhecimentos construídos e vai tornando mais lenta e difícil a relação e/ou vinculação dos assistentes sociais com a questão agrária nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Caminha-se, a seguir, para algumas **perspectivas do trabalho profissional do/a assistente social no contexto da questão agrária** constatadas nos trabalhos da pós-graduação *stricto sensu*.

Lima (2014) defende que o rural é um espaço onde há muito a ser feito para a defesa dos direitos sociais e que é uma área fértil para o trabalho profissional do/a assistente social. Salaria que as lacunas que foram historicamente geradas pela invisibilidade que o Estado e a sociedade destinaram ao rural se intensificaram no cenário de crise do capital. Essa constatação deve servir para a defesa da necessidade de construção de uma nova sociabilidade e não para justificar a continuidade da situação.

A profissão não pode mais ficar alheia a esta questão, como se isto fosse **algo apenas relativo aos profissionais que estão atuando especificamente com o rural, uma vez que os assentamentos, acampamentos, movimentos sociais do campo são presença viva nos milhares de municípios onde o assistente social tem hoje seu maior empregador**. Há que acordar para esta realidade o mais urgente possível, como uma demanda emergente, que implica pensar novas ações profissionais (Lima, 2014, p. 122, grifos nossos).

Ferreira (2015) constatou, a partir de sua pesquisa, um ponto importante da dimensão pedagógica da profissão em diferentes espaços sócio-ocupacionais ligados ao agrário:

Ao analisarmos as atividades que são desempenhadas pelos assistentes sociais com os trabalhadores rurais, evidenciadas nos CBAS, ENPESS, questionários e no relato de experiência da autora, **podemos inferir que estas, em sua maioria, não são consideradas privativas e se referem à intervenção de caráter pedagógico, tendo na capacitação, que acontece por meio das oficinas, palestras, seminários, rodas de conversa, dentre outras, suas principais referências**. [...] Partindo de uma concepção teórico-crítica e ético-política, podemos considerar que estas atividades coletivas são tidas como estratégias para a construção de relações democráticas, pois estimulam a capacidade participativa destes sujeitos. Isto no sentido de fortalecer a consciência coletiva e promover a autonomia dos mesmos (Ferreira, 2015, p. 170, grifos nossos).

A pesquisa supracitada mostra que parece ser comum, nos espaços sócio-ocupacionais do rural ou mais diretamente a ele articulado, que o/a assistente social trabalhe mais na via das competências profissionais – considerando competências nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.662/1993 – do que no âmbito das atribuições privativas – previstas no artigo 5º da mesma normativa.

O referido cenário reflete a realidade desta pesquisadora, que atua na política de ATER. Isso permite inferir que não se trata de uma realidade isolada e que, se por um lado, é

comum o desenvolvimento de ações que não constam no rol de atribuições privativas da profissão – o que, por vezes, constitui-se como anseio profissional – há outras potencialidades que podem ser exploradas, como as abordagens coletivas, enquanto estratégia para potencializar espaços participativos e democráticos de construções e acesso.

3.3 OS EVENTOS CIENTÍFICOS ELENCADOS PARA A PESQUISA: O CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em processo coletivo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), e conta com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado sede. O evento acontece a cada três anos, sediado em diferentes municípios do país e constitui-se, atualmente, no maior evento nacional do Serviço Social, congregando profissionais da academia e das bases, que se reúnem para aprimoramento profissional, por meio das conferências centrais e mesas simultâneas, e para publicizar experiências profissionais e pesquisas científicas por meio da apresentação de artigos e resumos expandidos.

O período estabelecido para a pesquisa – 2012 a 2022 – contempla 4 (quatro) CBASs, a saber:

Quadro 4 - CBAS (2012-2022)

EDIÇÃO	ANO	TEMA	LOCAL/SEDE	TRABALHOS APROVADOS
XIV CBAS	2013	Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais	Águas de Lindóia - SP	1.120
XV CBAS	2016	Tema do evento: 80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão	Olinda - PE	1.426
XVI CBAS	2019	40 Anos da “Virada” do Serviço Social	Brasília - DF	732 ⁵⁶
XVII CBAS	2022	Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina	Brasília - DF (Online)	1.293

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

⁵⁶ Em uma notícia da época, o site do CFESS informa que mais de 1.800 trabalhos foram aprovados para a 16ª edição do CBAS (2019). Todavia, apenas 732 trabalhos foram inseridos nos Anais. Foi com os dados dos Anais que se trabalhou nesta pesquisa.

Já a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) é promovida pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como uma estratégia para a ampliação e intensificação de sua inserção na comunidade científica nacional e internacional. Para tanto, ela busca estimular a produção do conhecimento e favorecer trocas de experiências entre instituições de ensino superior e pesquisadores da área nos níveis local, nacional e internacional (UFMA, 2023). O evento é sediado sempre na Cidade Universitária da referida instituição de ensino, localizada em São Luís - MA. E, assim como o CBAS, conta com importante e crescente participação da categoria profissional.

A JOINPP acontece a cada dois anos. Logo, o período desta pesquisa demandou a análise dos anais de 5 (cinco) edições, com os seguintes temas:

Quadro 5 - JOINPP (2012-2022)

EDIÇÃO	ANO	TEMA	TRABALHOS APROVADOS
VI JOINPP	2013	O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação	757
VII JOINPP	2015	Para além da crise global: experiências e antecipações concretas	784
VIII JOINPP	2017	1917-2017 Um século de Reforma e Revolução	741
IX JOINPP	2019	Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade	662
X JOINPP	2021	Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise da Hegemonia: consciência de classe, e lutas sociais na superação da barbárie.	831

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Cabe salientar que o contexto pandêmico exigiu adaptações para a realização de ambos os eventos: a JOINPP de 2021 foi transmitida online e permitiu a apresentação de trabalhos na modalidade remota, assim como o CBAS de 2022. No entanto, nas edições seguintes às mencionadas, a modalidade presencial foi retomada.

3.3.1 Os achados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBASs) e nas Jornadas Internacionais de Políticas Públicas (JOINPPs)

As buscas junto aos CBASs renderam um universo de 4.571 trabalhos e uma amostra de 17 (dezessete). Trata-se de relatos de experiências profissionais de diferentes espaços sócio-ocupacionais, da socialização de vivências acadêmicas na pesquisa e extensão, bem como de reflexões bibliográficas e documentais, conforme o Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Trabalhos do CBAS por ano do evento

TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ANO
Atuação do Assistente Social nas Ações de Assessoria Técnica Rural: elementos para reflexão	Eliana Andrade da Silva	Serviço social; assessoria; meio rural.	2013
Questão Agrária, Reforma Agrária e Serviço Social: uma equação possível	Simone Moreira dos Santos; Magaly Nunes de Gois	Questão Agrária; Reforma Agrária; Serviço Social; <i>Questão Social</i> .	2013
Crise do Capital, Espaço Rural e Serviço Social: lacunas na garantia dos direitos sociais, desafios e perspectivas para o trabalho profissional	Mailiz Garibotti Lusa	Crise estrutural do capital; Rural; Direitos Sociais; Serviço social.	2013
O Trabalho do Assistente Social como Extensionista na Emater	Ivani Rosa Calixto	Agricultura familiar; Extensão; Interdisciplinaridade.	2013
O Rural e o Serviço Social: demandas para o exercício profissional no Rio Grande do Sul	Bruna Michele Engel; Mailiz Garibotti Lusa.	Rural; Serviço Social; Rio Grande do Sul; Trabalho profissional.	2016
Entre a Profissão e a Militância: assistentes sociais no movimento sindical rural de Pernambuco	Débora Cavalcanti dos Santos; Mônica Katarina Tavares Benevides.	Assessoria; Serviço Social; Movimento Sindical Rural.	2016
Um estudo sobre a Agricultura Familiar no Brasil e a Atuação do Assistente Social no Meio Rural	Adriano Conceição Do Nascimento; Regeane Kelly Holanda Do Carmo	Agricultura familiar; Questão Agrária; Desenvolvimento; Serviço Social.	2016
A realidade agrária e o exercício profissional do assistente social com os assentamentos rurais	Sonia Maria Ortiz da Silva; Bruna Vieira Moreira de Jesus	Reforma Agrária; Assentamento Rural; Serviço Social.	2016
A Atuação Profissional do Assistente Social no Meio Rural na Perspectiva do Método Paulo Freire	Carolina Sampaio de Sá Oliveira; Sergio de Rezende Lima; Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.	Serviço Social; Fundamentos; Formação e Trabalho Profissional.	2019
Desenvolvimento Rural Sustentável: contribuições e reflexões sobre o Projeto São José no Ceará	Jana Alencar Eleuterio; Carlos Dean Teixeira Barros; Moacir de Souza Júnior	Desenvolvimento Rural; Sustentabilidade; Saneamento Básico; Comunidades Tradicionais.	2019
A pesquisa-extensão em um Assentamento da Reforma Agrária no Tocantins: uma vivência coletiva	Maria Helena Cariaga; Clarissa Alves Fernandes de Menezes; Vanda Micheli Burginski	Extensão Universitária; Pesquisa; Assentamento; Reforma Agrária.	2019
Conhecer para Acessar as Políticas da Seguridade Social no Trabalho em Rede: um relato de experiência no campo da política de reforma agrária	Francisco Vieira do Nascimento Neto	Serviço Social; Seguridade Social; Trabalhadores Rurais; Trabalho em Rede.	2019
A Atuação do Assistente Social com	Jucilaine Neves Sousa	Desigualdade de gênero;	2022

Mulheres Rurais	Wivaldo; Paula Regina Wenceslau Lloyd; Mireli Roberta De Carvalho Alvarenga.	Divisão sexual do trabalho; Associação.	
A Política de Assistência Social em Londrina: a realização do serviço de atenção integral à família (PAIF) num assentamento do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)	Mileni Alves Secon	Política de Assistência Social; Assistente Social; Assentamento Eli Vive 1 e 2.	2022
O agro é pop, o agro é tech, o agro é social: relato de experiência do trabalho profissional do assistente social na política de assistência técnica e extensão rural	Kelly Borges De Almeida Rocha	Assistência técnica e extensão rural; Trabalho profissional; Desproteção Social.	2022
Questão Agrária no Brasil: sua origem, desenvolvimento em Alagoas e atuação de assistentes sociais no campo	Amanda Rayane Souza Santos; Thalita Ticiane Farias Menezes; Elaine Nunes Silva Fernandes	Questão Agrária; Assistentes Sociais; Reforma Agrária.	2022
Quintais Produtivos das Mulheres do Assentamento Modelo II em João Câmara/RN: relato de uma intervenção em Serviço Social	Maria Thereza De França Silva; Fernanda Soares Alves; Sônia Maria Da Silva.	Questão agrária; quintais produtivos; agroecologia; mulheres trabalhadoras rurais.	2022

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

As produções dos CBASs são provenientes de 34 (trinta e quatro) autores, quase todos assistentes sociais ou estudantes da graduação em Serviço Social⁵⁷. Buscou-se informações nos próprios trabalhos e na Plataforma Lattes sobre os graus de titulação acadêmica deles, quando tiveram seus trabalhos aprovados no evento. Constatou-se que a maioria eram doutores (10), seguidos de graduados (6), mestrados (5), mestres (4), alunos de graduação (4), e doutorando (1). Cabe salientar que não foram localizadas informações sobre 3 (três) indivíduos.

Quanto às instituições dos autores, percebe-se que as universidades têm papel importante, com a participação de docentes, graduandos, e pós-graduandos *stricto sensu*. Contudo, notou-se também vários profissionais atuantes na base compartilhando conteúdo para o debate sobre a inserção do/a assistente social no rural – alguns atuando e cursando de modo concomitante o mestrado ou doutorado; outros, sem vinculação com a academia. Eles vêm, sobretudo, de Prefeituras Municipais, entidades públicas e privadas de ATER e entidades sindicais de trabalhadores rurais e agricultores familiares.

Enquanto isso, a procura sistemática junto aos anais das JOINPPs proporcionou um universo de 3.775 produções e uma amostra de 4 (quatro) trabalhos. É importante salientar

⁵⁷ Há dois casos, de artigos escritos em dupla, onde um dos autores é de outra área: em um caso, um geógrafo e no outro um estudante de agronomia.

que a 9ª edição (2019) e a 10ª (2021) não contaram com trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão desta pesquisa. Os artigos encontrados são os seguintes:

Quadro 7 - Trabalhos da JOINPP por ano do evento

TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ANO
O Serviço Social e o Espaço Rural: um mergulho na realidade dos agricultores familiares do alto sertão de Alagoas	Wanessa da Silva Pontes; Michele Medonça da Silva	Serviço Social; Agricultura Familiar; Política Agrícola.	2013
Políticas Públicas e a Busca pela Garantia dos Direitos dos Pescadores Artesanais: um estudo da colônia dos pescadores Z-17 em Parintins - AM	Itala dos Santos Lopes; Géssyca Souza dos Santos; Deiziane Matos de Souza; Herlana Ferreira Piedade	Colônia Z-17; Pesca artesanal; Políticas Públicas.	2013
Rural Alagoano: a [in]visibilidade do fenômeno desemprego como expressão da “ <i>questão social</i> ”	Jaqueline Da Silva Lima	Espaço rural; [In] visibilidade; Desemprego.	2015
As Condições de Vida e Trabalho do Agricultor Familiar no Maranhão e o Serviço Social	Lucinete Cruz Machado; Ione da Silva Cunha; Luciana Cristina da Silva Nascimento.	Agricultor Familiar; Política Social; Serviço Social.	2017

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Com relação à JOINPP, chama atenção que do total de 10 autores, a vasta maioria é composta por alunos de graduação (8), seguida por graduados (2). Embora trate-se de um evento científico de cunho internacional, de grande qualidade e com diversidade de público, tanto na participação quanto na submissão de trabalhos, no que diz respeito ao tema desta pesquisa, a maior produção foi de graduandos. Esse dado não é considerado algo negativo, mas pode indicar que esse debate vem sendo mais estimulado no âmbito da universidade, ao menos em algumas regiões do país.

A ressalva quanto às regiões é necessária, uma vez que, ao analisar a origem das produções, constatou-se uma discrepância regional do compartilhamento de conhecimento sobre o tema desta pesquisa nos eventos científicos da categoria.

Figura 2 - Produções dos CBASs e JOINPPs (2012-2022) por região

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

A soberania nordestina na discussão sobre o trabalho profissional do/a assistente social no contexto da questão agrária fica evidente. Em ambos os eventos, a maioria das produções vêm do Nordeste, totalizando 12 trabalhos. Logo em seguida vem o norte, com um total de 5 (cinco) trabalhos e o Sul, com uma participação modesta de 3 (três) produções. Note-se a tímida participação do sudeste, com apenas 1 (um) trabalho no CBAS e a ausência de trabalhos da região centro-oeste – onde também não foram encontradas teses e/ou dissertações sobre o tema desta pesquisa.

Ao se comparar o número total de trabalhos aprovados em cada edição de CBAS e JOINPP com a quantidade de trabalhos que abordam, de alguma forma, o trabalho profissional do/a assistente social no rural e/ou a questão agrária, confirma-se o quanto o debate sobre a temática ainda é incipiente.

Quadro 8 - Panorama das produções do CBAS (2012-2022)

Ano de realização	2013	2016	2019	2022
Total de trabalhos aprovados (nº)	1.120	1.426	732	1.293
Trabalhos que abordam a atuação profissional do/a assistente social no agrário (nº e %)	4 (0,36%)	4 (0,28%)	4 (0,54%)	5 (0,38%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Quadro 9 - Panorama das produções da JOINPP (2012-2022)

Ano de realização	2013	2015	2017	2019	2021
Total de trabalhos aprovados (nº)	757	784	741	662	831
Trabalhos que abordam a atuação profissional do/a assistente social no agrário (nº e %)	2 (0,25%)	1 (0,13%)	1 (0,13%)	0 (-)	0 (-)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Tanto no caso do CBAS, como da JOINPP, as produções sobre o tema em questão estão longe de atingir 1% do total. Há, claro, outros trabalhos que discutem o rural, ou transversalizam, de alguma forma, a discussão com a questão agrária, seja pela via da reforma agrária, dos movimentos sociais, seja da questão socioambiental. Esses também não são numericamente expressivos, mas trazem importantes contribuições. Entretanto, não estabelecem conexão com o trabalho profissional.

Partindo para a análise dos conteúdos dos CBASs e das JOINPPs, foi possível investigar nas amostras quais eixos de análise desta pesquisa foram mais abordados pelos autores em seus trabalhos. Nesse contexto, visualiza-se o seguinte panorama:

Considerando a união das produções dos CBASs (17) e das JOINPPs (04), **a amostra dos eventos totaliza 21 trabalhos**. Destes, apenas 10 trouxeram alguma **concepção sobre a questão agrária**. No que diz respeito à **questão social**, 08 expressaram alguma concepção. Com relação ao **significado social da profissão**, apenas 07 estabeleceram algum comentário – e não necessariamente demarcando o significado social, mas, em alguns casos, fazendo breve aproximação. No entanto, 18 dos 21 trabalhos estabeleceram alguma **relação entre o Serviço Social e o agrário**. Quanto aos **desafios** do trabalho profissional no âmbito da questão agrária, 17 produções os mencionaram de alguma forma e 13 comentaram sobre **perspectiva(s)** nesse contexto.

Preliminarmente, o relativamente baixo número de abordagens sobre a questão agrária chama a atenção. Respeita-se o fato de que não a discutir nos trabalhos pode ser apenas uma opção metodológica dos autores, considerando os limites de espaço que um artigo impõe. Entretanto, também pode ser um indicativo de que muitos profissionais que trabalham em relação direta e/ou indireta com o rural não têm se apropriado dessa discussão, o que é bastante complexo, uma vez que ela dá subsídios para apreensão crítica da realidade desse espaço nas suas relações com o urbano.

O baixo número de referências quanto à *questão social* também gera reflexões. Em muitos casos, os autores mencionam o termo de modo subjacente, como se já houvesse uma compreensão da categoria, mas fica o questionamento: qual compreensão? Sobretudo, qual a

compreensão de suas manifestações no rural? Cabe ressaltar que não se pretende afirmar que isto desqualifica as produções, mas instiga a pesquisadora, uma vez que o objeto da profissão se desdobra em particularidades em diferentes espaços.

Essa realidade de poucas referências e aprofundamento sobre a *questão social* vem ao encontro das reflexões de Raquel Sant’Ana (2012), trazidas no Capítulo 2 desta pesquisa, quando a autora coloca que, nos últimos tempos, o conceito de *questão social* foi perdendo a concretude, sendo frequentemente utilizado como um enunciado ou jargão. Quando isto ocorre, a centralidade entre as classes sociais vai se perdendo nos debates.

Em relação à profissão, em geral, esta se dá de modo bastante introdutório e pontual, tanto que apenas 7 (sete) produções (33,33%) abordaram ou teceram alguma aproximação quanto ao significado social dela, o que pode indicar uma tendência de discussão da atuação mais pela via da política social do que pelos fundamentos da profissão em articulação com as políticas sociais, espaços sócio-ocupacionais, territórios e outros fatores que incidem no trabalho profissional.

Porém, observou-se que a grande maioria dos autores estabeleceu relações entre a profissão e o agrário, o que é positivo, ao passo que mostra que esses profissionais têm lançado seu olhar sobre o rural. Observam-se robustos indicativos, ao menos a nível de discurso, de alinhamento com o Projeto Ético-político hegemônico na profissão.

Com relação às concepções sobre questão agrária, aferiu-se que alguns autores procuraram conceituá-la e outros não a caracterizam diretamente, mas minimamente historicizam sobre a formação sócio-histórica brasileira, pautada no latifúndio e na desigualdade, como Pontes e Silva (2013, p. 3), ao enfatizarem que:

No Brasil, desde a colonização portuguesa, a agricultura caracterizou-se como um modelo agroexportador, centrado no latifúndio, na monocultura, no escravismo, “diversas atividades desenvolvidas, em especial, o cultivo da cana-de-açúcar, do café, e a partir do século XX, da soja, da laranja, dentre outros” (SILVA, 2010, p. 11). Enquanto isso, os “pequenos produtores rurais” ocupavam um papel secundário no processo de produção do modelo vigente.

Tratando-se dos conceitos, a questão agrária é apontada por Nascimento e Do Carmo (2016, p. 1) como “[...] um tema complexo [...] cheio de diversidades na produção, no ambiente e nas relações sociais [...]”. Em alguns trabalhos, demarca-se claramente a relação dela com a *questão social*, como em Santos e Gois (2013), em que se coloca que “[...] a questão

agrária é uma das particularidades da *questão social* e como tal precisa ser enfrentada por meio de políticas sociais [...]”.

A questão agrária também foi indicada como um campo do conhecimento que vem sendo construído historicamente sobre as relações sociais que têm como base a terra e que sobre esta geram novas necessidades e formas de buscar atendê-las.

A questão agrária no Brasil é uma **construção de saberes de longa data, um campo do conhecimento que se constitui pelo estudo da vida das pessoas com a terra, esse elemento vital que fornece o espaço de possibilidades para o alimento e a moradia, fatores básicos da constituição da vida humana em sociedade [...]** (Silva; Alves; Silva, 2022, p. 3, grifos nossos).

Observou-se, em um dos casos, uma preocupação em conceituar a questão agrária, diferenciando-a da questão agrícola. Trata-se de um ponto importante, uma vez que os aspectos relativos à produção agrícola são componentes relevantes da questão agrária e fundamentais para sua análise, embora não sejam sinônimos.

A expressão ‘questão agrária’, foi introduzida pelos primeiros estudiosos da Economia Política, que começaram a analisar como se desenvolvia o capitalismo na agricultura. O fato é que, **a questão agrária e a questão agrícola, estão intimamente relacionadas, porém, possuem sentidos diferentes.** Enquanto a **questão agrária está ligada às relações de produção, a questão agrícola está ligada ao que se produz e a quanto se produz** (Santos; Menezes; Fernandes, 2022, p. 2, grifos nossos).

A questão agrícola diz respeito à **produção**: o que, quanto e sob qual sistema agrícola – se extensivo, que utiliza menor grau de tecnologias e investimentos financeiros, ou intensivo, que foca na alta produtividade por meio do uso de vários implementos agrícolas, alta tecnologia e transgenia. Todos esses fatores incidem na questão agrária, pois ela se relaciona, sobremaneira, às **relações** sociais, econômicas, políticas e de produção.

Cabe destacar que mesmo se tratando de uma categoria com características universais, as formas como a questão agrária se exprimem, ou seja, o modo como se pormenoriza e materializa, pode variar de acordo com as particularidades dos territórios. Exemplo disso é a definição de Lima (2015), que traz aspectos prementes do agrário alagoano:

O rural possui uma estrutura social extremamente desigual e fundamentada na violência e na exploração da força de trabalho, a qual estabelece como relação social a produção e reprodução da dominação coronelista, observada nas fazendas e latifúndios. Uma realidade observada desde o início da ocu-

pação territorial alagoana, que ainda perpetua em suas terras. Como afirma Lusa: “a formação social alagoana, como também a brasileira, foi escrita em função dos interesses da classe dominante” (LUSA, 2012, *passim.*), ou seja, é a classe dominante do latifúndio e da pecuária que dita o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores alagoanos. [...] (Lima, 2015, p. 3).

Com relação à *questão social*, esta é frequentemente demarcada como objeto de “problematização”, “intervenção”, “atuação” e “trabalho” do Serviço Social. **“O Serviço Social é uma profissão que tem como matéria-prima do seu trabalho a *questão social* que se manifesta através de diferentes expressões”** (Santos; Gois, 2013, grifos nossos).

Ainda, é compreendida como fruto de um “[...] sistema desigual da divisão da riqueza socialmente produzida causando inúmeras expressões [...]” (Silva; Jesus, 2016, p. 4), calcada na contradição entre o capital e o trabalho, manifestando-se de múltiplas formas.

O modo de produção capitalista agrava as condições de pauperização da população, uma vez que a condição de classes sociais distintas e antagônicas é condição inerente à sua manutenção e reprodução. [...] Contudo, a *questão social* constitui-se como expressão do processo resultante dos conflitos da relação capital –trabalho, consequentemente da tensão entre as lutas de classe (Eleutério; Barros; Souza Júnior, 2019, p. 2, grifos nossos).

Wivaldo, Lloyd e Alvarenga (2022, p. 3) comentam que a *questão social* se manifesta de múltiplas maneiras no campo: “[...] na luta pela efetivação dos direitos, na luta pela terra e titularidade, nas condições dignas de vida e trabalho, na luta por políticas públicas [...]”.

Ao se voltar o olhar para as concepções sobre **a profissão de assistente social e seu significado**, entre os poucos trabalhos que abordaram a questão, alguns pontos se sobressaíram, como o consenso sobre seu surgimento: uma profissão que, no capitalismo monopolista, inseriu-se na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo para enfrentar as refrações da *questão social*. Sua atuação profissional é complexa e transpassada pela contradição. Alguns trabalhos enfatizam essa realidade:

[...] o Serviço Social é uma profissão de natureza contraditória, atua na reprodução das relações sociais, interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica e ideo-política dos indivíduos sociais. **Porém, ao mesmo tempo em que trabalha na manutenção da hegemonia da sociedade capitalista, através dos serviços ofertados pelo Estado**, com a finalidade de controle social, **esse mesmo profissional utiliza-se de seu conhecimento dos determinantes históricos**, que condicionaram as relações antagônicas entre as classes supracitadas, **para articular-se à classe trabalhadora, na luta pela construção de uma sociedade igualitária**. (Silva; Jesus, 2016, p. 5, grifos nossos).

Configurando-se, desde início, como uma **área de trabalho necessária para a manutenção do modo de produção capitalista**, a profissão contribui para a acumulação de capital através da atuação direta no âmbito da reprodução social e das relações sociais da classe trabalhadora (Lusa, 2013, grifos nossos).

A condição assalariada e a relativa autonomia também são abordadas:

[...] é trabalhador e vende sua força de trabalho para sobreviver [...] Sabe-se ainda que seu fazer profissional é atravessado por demandas que, muitas vezes, extrapolam sua vontade e intencionalidade. Enfatiza-se, que o Assistente Social tem uma autonomia relativa e não consegue responder algumas demandas provenientes da classe trabalhadora, pois, também padece das mazelas derivadas da exploração capitalista. [...] O trabalho profissional do assistente social na atualidade e suas condições concretas perpassam pela tensão entre sua relativa autonomia e o que é demandado pela instituição (Rocha, 2022, p. 7).

Destaca-se a condição predominante de trabalhador assalariado, o que lhe confere a relativa autonomia e seus dilemas subjacentes. Fica evidente, ainda, a condição de trabalhador do/a assistente social, sujeito – seja no serviço público, seja privado – às inflexões do mundo do trabalho.

A estreita ligação com a política social também emerge nas produções, sendo vista como ferramenta chave que media o fazer profissional e que incide nas condições para a implementação dessa relativa autonomia.

O trabalho do Assistente Social é mediado pelas políticas sociais [...]. Isto significa que nossa autonomia é relativa, que dependemos da oferta de políticas, programas e recursos para realização do trabalho. Nesta autonomia relativa, podemos e temos o direito de exercer a ação profissional em alinhamento com a direção crítica do nosso projeto profissional, ainda que considerando as condições objetivas para tal (Secon, 2022, p. 7, grifos nossos).

Se por muito tempo o/a assistente social foi “executor/a terminal” das políticas sociais (Netto, 1992), gradualmente ele/a foi incorporando outras competências, como sua formulação, gestão e avaliação. A política social é central na atuação profissional. Embora exista uma série de espaços sócio-ocupacionais para além delas⁵⁸, é fatídico que dificilmente o profissional do Serviço Social não precisará recorrer ou se articular a elas no decorrer de seu trabalho.

⁵⁸ Como empresas e indústrias privadas, por exemplo.

Sendo assim, em um cenário de progressivos arrochos, desmontes e precarizações nas políticas sociais, há rebatimentos na atuação profissional e em como acessos e direitos se materializarão – ou não – na vida dos usuários. É relevante ter isto claro para subsidiar as análises de conjuntura.

Prossegue-se com a compreensão das percepções dos autores acerca da **relação – ou relações – entre o Serviço Social e o agrário**. Assim como nas produções dos programas de pós-graduação, alguns trabalhos também evidenciam que o debate e a produção de conhecimento sobre a questão agrária no âmbito da profissão têm sido baixos. Nessa linha, Silva (2013, grifos nossos) coloca que:

Há profissionais atuando no agrário, mas não tem produzido conhecimentos/debates de modo expressivo. Em estudos por nós realizados observamos que embora haja uma presença significativa de Assistentes Sociais inseridos nas instituições que operacionalizam ações e políticas de reforma agrária, **as reflexões e sistematizações dos pesquisadores de Serviço Social não têm seguido esse movimento da realidade.** Afirmamos isto tendo em vista a **pouca expressão dos estudos, pesquisas, artigos e sistematizações acerca da inserção do assistente social na questão agrária e nas políticas de reforma agrária.**

No entanto, alguns ressaltam o quanto o agrário é marcado por contradições e a importância do profissional de Serviço Social nesse espaço, no âmbito dos estudos, das reflexões, do conhecimento crítico da realidade e da intervenção profissional na perspectiva do acesso e garantia de direitos às populações do campo, das águas e das florestas.

[...] é nesse espaço de contradições que surgem as demandas direcionadas para o trabalho do/a assistente social; este profissional **busca convergir suas atividades a serviço dos interesses das classes populares**, traçando estratégias para transformações das condições de vida e trabalho (Santos; Gois, 2013, grifos nossos).

Faz-se fundamental para os(as) profissionais de Serviço Social entenderem o processo de desertificação das áreas rurais e, superlotação das áreas urbanas, e compreender junto a isso o compromisso ético-político da profissão, fazendo com que se tenha uma **atuação que fortaleça esses movimentos sociais do campo e democratize espaços de discussão, no que se diz respeito às comunidades acampadas e assentadas** (Santos; Menezes; Fernandes, 2022, p. 8, grifos nossos).

[...] o Serviço Social, que tem na *questão social* as bases para sua intervenção profissional, faz-se necessário neste contexto, não apenas para ampliar os seus estudos sobre a questão agrária e o espaço rural, mas principalmente, **para que os assistentes sociais que interferem cotidianamente nas relações sociais, possam contribuir para o acesso dos agricultores familiares**

às políticas públicas voltadas para o campo (Pontes; Silva, 2013, p. 9, grifos nossos).

Percebe-se, pois, a relevância de compreender as nuances da questão agrária com vistas a ter maior subsídio crítico para a atuação e, dentro dos horizontes do possível, traçar suas estratégias de ações que venham ao encontro dos interesses das classes populares, aproximando-se e articulando-se, sempre que possível, aos movimentos sociais que vislumbram uma sociedade mais justa.

Mais uma vez, vários autores abordam a ligação do trabalho profissional com a política social. Quanto a essa relação no rural, Santos, Menezes e Fernandes, (2022, p. 8) afirmam que “[...] desde a década de 1980, assistentes sociais que se encontravam ligados aos projetos de educação popular, exerciam o trabalho de assessorar os movimentos sociais do campo, contribuindo também com comunidades que chegaram a conquistar terras [...]”.

No entanto, Silva e Jesus (2016, p. 4) asseveram que:

[...] nas últimas décadas, a atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais, diminuiu, haja vista, a inserção destes profissionais nas políticas setoriais – dentre elas as políticas integrantes do tripé da Seguridade Social – principalmente na política de Assistência Social, [...] Estes, continuam a intervir junto aos trabalhadores dos assentamentos rurais – devido ao jogo de forças políticas que atravessam a vida social do trabalhador rural do Brasil –, que em sua maioria são destinatários da política de assistência social.

Embora os fragmentos das duas produções tragam questões mais ligadas aos movimentos sociais do campo, eles suscitam considerações. É oportuno destacar que os anos 1980 foram de efervescência de movimentos sociais urbanos e rurais, dado o contexto econômico de crise do capital e o processo de redemocratização.

No Serviço Social, a categoria caminhava no fortalecimento da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo. Nesse contexto, havia grande inserção de profissionais apoiando a criação e assessorando movimentos sociais, sindicatos e manifestações da classe trabalhadora – grande parte pela via da militância. Contudo, com o tempo, esses profissionais passaram a focar mais sua atuação pela via do assalariamento, sobretudo nas diferentes políticas públicas e organizações não governamentais.

Na cena contemporânea, fica premente a atuação profissional por meio das políticas sociais, na perspectiva da garantia de direitos, de modo alinhado com os princípios do Projeto Ético-político.

No meio rural o/a assistente social **atua com as políticas públicas através de programas e projetos sociais voltados para efetivação dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais**, entre eles encontra-se os assentados pela Reforma Agrária. Os/as trabalhadores/as rurais, incluindo os/as acampados/as e os/as assentados/as, em todo o Brasil são marcados pela desigualdade social (Santos; Gois, 2013, grifos nossos).

Como já mencionado, a atuação no âmbito da política social se torna cada vez mais complexa, dado os arrochos neoliberais do capitalismo financeiro, que desmontam e precarizam as políticas e os serviços públicos. No entanto, nesse difícil cenário, o profissional busca se equilibrar entre as requisições institucionais, as demandas da população e, a partir dessas últimas, traçar estratégias para seu atendimento. Exemplo disso é colocado por Rocha (2022), ao relatar sobre a inserção do/a assistente social na política de ATER e seu atendimento ao rural:

é imperioso que o Assistente Social consiga fazer uma leitura da realidade, mesmo estando imerso em um ambiente de legitimação ideológica para a dominação capitalista. **Vale ressaltar que o contexto em que se vivencia a retração do Estado, dentro de direcionamentos conservadores e liberais, surgem novas requisições tanto das instituições, quanto dos usuários** que estão envoltos nas várias expressões oriundas da *Questão Social*, e a legitimação de espaços e atribuições, contribuem para a formulação de respostas para o seu enfrentamento (Rocha, 2022, p. 5, grifos nossos).

Destarte, tendo como norte o Projeto Ético da profissão, viu-se a necessidade de buscar um modo de **levar conhecimento sobre direitos, principalmente os da esfera da Previdência Social, direcionando as ações para os pequenos produtores e agricultores familiares** no que diz respeito aos benefícios, dada as vicissitudes enfrentadas ao longo de sua vida (Rocha, 2022, p. 6, grifos nossos).

A atuação/proximidade junto à base da população rural e suas famílias também é marca relevante na relação entre o Serviço Social e o agrário. Há trabalhos que expressam essa relação, colocando o/a assistente social como um profissional que auxilia na organização dos trabalhadores, seja em territórios, associações, cooperativas, seja em movimentos sociais, tendo a dimensão pedagógica como alternativa de destaque.

A atuação profissional do assistente social é relevante no meio rural por **contribuir para a organização e mobilização dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais**. É através da ação educativa que o profissional pode disseminar informações, atingir um maior número de pessoas na luta para alcançar melhor qualidade de vida enquanto cidadão de direitos (Oliveira; Lima; Gonçalves, 2019, p. 2, grifos nossos).

Outros ressaltam a relevância do atendimento – individual ou coletivo –, respeitando as particularidades da realidade social e pessoal das famílias atendidas. É o caso de Secon (2022), ao relatar sobre seu trabalho em um CRAS rural junto a assentamentos da reforma agrária no norte do Paraná:

Nossa permanência neste trabalho visa ao **atendimento das famílias de forma ética e respeitosa, compreendendo suas dinâmicas culturais, sociais e econômicas**, e buscando o acesso ao atendimento básico de suas necessidades, trabalhando numa **perspectiva pedagógica** de esclarecimento das razões de suas desproteções sociais. (Secon, 2022, p. 10, grifos nossos).

Ponto pertinente para discussão são as várias contribuições que os/as assistentes sociais podem fornecer ao agrário a partir de espaços diversos. Entre os achados, foram apreendidas possibilidades no âmbito da gestão de políticas públicas, da extensão universitária e do atendimento no espaço urbano – na sua relação com a questão agrária em municípios de pequeno porte.

Nesse sentido, o trabalho do assistente social no Projeto⁵⁹ assume algumas particularidades. A primeira refere-se ao fato de que, **por ser um ambiente de gestão do projeto, a prática interventiva assume um caráter explicitamente investigativo e propositivo**, pois está relacionado à promoção de políticas públicas para o campo. [...] A segunda diz respeito à **mediação entre as ações propostas e a realidade dos sujeitos sociais do campo, uma vez que o Estado assume a responsabilidade por oferecer serviços públicos a essa população, cabe a necessidade de pesquisa, avaliação, monitoramento e elaboração de diagnóstico social** [...] (Eleutério; Barros; Souza Júnior, 2019, p. 1-2, grifos nossos).

Salienta-se que o trabalho profissional em alguns espaços demandará acurar as habilidades da dimensão investigativa e o uso regular da pesquisa que são partes constitutivas do exercício profissional. Outro ponto de destaque é a necessidade de mediar entre a realidade da população e as ações propostas pelas políticas públicas. Ocorre que, muitas vezes, as políticas públicas são concebidas pelo Estado “de cima para baixo”, sem o conhecimento da realidade, efetivas necessidades e particularidades das populações a serem atendidas. Nesse contexto, a imersão na realidade e/ou realização de diagnósticos/pesquisas é de grande relevância para a

⁵⁹ Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – mais conhecido como Projeto São José – que desenvolve diversas atividades no Estado do Ceará, com o intuito de garantir melhorias nas condições de vida das populações rurais promover o desenvolvimento sustentável que abrange o crescimento econômico, social, cultural, ambiental e educativo dos sujeitos sociais que vivem no e do campo (Eleutério; Barros; Souza Júnior, 2019, p. 1-2).

formulação de planos, programas e projetos. Do mesmo modo, os processos de avaliação e monitoramento são salutares para ajustes a partir das construções emanadas da práxis.

As iniciativas no âmbito das universidades, principalmente no âmbito da extensão, mostram-se como um mecanismo promissor de relação, contribuição e construções do Serviço Social para com o agrário em, pelo menos, duas vias: a do fortalecimento do projeto profissional na academia, permitindo a construção de conhecimento sobre a questão agrária e a formação de profissionais críticos com olhar analítico para os múltiplos espaços da sociedade capitalista; e a do atendimento a demandas das populações do rural via saberes do Serviço Social e serviços da universidade.

[...] a extensão universitária vem se configurando em espaço estratégico privilegiado (não o único) de resistência para a sustentação do Projeto Ético-político ao estabelecer a **necessária articulação entre o Serviço Social, os movimentos sociais, organizações e lutas populares**. Essas experiências visam, sobretudo, **fortalecer a relação do Serviço Social nas mobilizações e organizações populares, de maneira que possa sustentar o projeto ético-político, no sentido de superar a adesão superficial dos profissionais aos seus princípios**, de forma que estes possam ser internalizados. Dentre as ações desenvolvidas, merecem destaque, as atividades de assessoria e de formação política (palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns), bem como, a realização de estudos socioeconômicos, pesquisas, pareceres sociais, reuniões, no sentido de dar respaldo às reivindicações (Cariaga; Menezes; Burginski, 2019, p. 5, grifos nossos).

No caso dos municípios de pequeno porte, Wivaldo, Lloyd e Alvarenga (2022) vêm reforçar como é imperioso ao/à assistente social tecer a leitura crítica acerca da questão agrária e seus desdobramentos:

No caso específico deste estudo, que trata de um município de pequeno porte, cuja economia gira em torno das atividades monocultoras da agricultura capitalista, **o debate sobre a desertificação do campo, as condições precárias dos assalariados rurais, bem como da desigualdade gênero da mulher do campo, precisa compor a análise dos Assistentes Sociais** (Wivaldo; Lloyd; Alvarenga, 2022, p. 2, grifos nossos).

Há ainda alguns pontos que aparecem em poucas produções, mas que nos chamam à reflexão. Um deles diz respeito a apropriações teóricas que, mesmo com clara boa intenção dos profissionais, não coadunam integralmente com o Projeto Ético-político hegemônico, como pode ser visto no fragmento a seguir:

O trabalho⁶⁰ tem como objetivo o Desenvolvimento Humano, Social e Econômico Sustentável que são desenvolvidos através de reuniões, visitas técnicas, orientações, e encaminhamentos em parceria com todas as associações da área rural e também junto da prefeitura e outras Instituições sócias [...] **O ponto de partida para ações transformadoras da realidade, é acima de tudo fazer com que a credibilidade dos agricultores em relação ao seu potencial possa alcançar e fazer com que eles queiram manter se na propriedade e tirar de lá todo o seu sustento** (Calixto, 2013, grifos nossos).

Nota-se um aparente afastamento da análise materialista e um possível alinhamento à perspectiva do desenvolvimento humano ou à teoria do capital humano. Além disso, o/a assistente social parece ser aquele/a a quem cabe transformar o modo como a população atendida “se vê” e pensa. No caso dos agricultores, teoricamente, ao passo que eles passassem a confiar em seu potencial e habilidades, poderiam transformar sua realidade, como se a mudança de condições objetivas e estruturais pudesse ser ocasionada centralmente pela elevação da autoestima e confiança.

Geralmente, o uso dessas perspectivas se encontra mesclado com alguns aspectos mais aproximados do projeto profissional, como o compromisso com a garantia de direitos via políticas públicas. O mesmo trabalho coloca que:

O assistente social tem em seu diferencial um conhecimento teórico e prático no cotidiano do seu relacionamento com o produtor [...] **A preocupação em validar seus direitos levando a eles o conhecimento das políticas públicas que podem ser acessadas sem intervenção de outros** (Calixto, 2013, grifos nossos).

Ademais, observa-se em alguns escritos, mesmo em obras de significativa qualidade, certo messianismo profissional, quando os autores concebem o/a assistente social enquanto “transformador/a da realidade”, capaz de modificar ou extinguir questões estruturais e/ou muito mais complexas do que a uma profissão sozinha poderia dar conta – quem dirá um profissional, ou uma categoria.

O assistente social na sua atuação junto ao meio rural é um **agente de transformação social** na execução de suas atividades que estão ligadas às políticas públicas financiadas com recursos públicos e disponibilizadas para a população rural, e, além disso, pode apontar possibilidades que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida das classes menos favorecidas e **erradicar o êxodo rural** que provoca um crescimento desordenado das ci-

⁶⁰ A autora se refere ao trabalho profissional na ATER pública.

dades aumentando o índice de violência e marginalidade (Nascimento; Do Carmo, 2016, p. 9).

Portanto, a transformação dessa realidade⁶¹ **requer modificação das relações de gênero, a partir de ações construídas coletivamente pelo Serviço Social no seu processo de trabalho junto às mulheres do campo.** Diante disso, a atuação do assistente social se dá em defesa dos interesses da classe trabalhadora, com o **objetivo de eliminar cada uma das determinações da sociabilidade capitalista que impedem essas mulheres de serem protagonistas, como a cultura patriarcal e a violência e dominação de gênero** (Wivaldo; Lloyd; Alvarenga, 2022, p. 4, grifos nossos).

Como seria possível a um/a assistente social, ou mesmo à categoria profissional, **mudar** as relações de gênero que foram/são construídas no bojo de uma sociedade machista e patriarcal? Ou, ainda, eliminar a violência contra as mulheres? Obviamente, as ações do profissional contam com uma intencionalidade de incidir nessas realidades, **contribuindo para sua modificação**, até porque o projeto hegemônico da profissão prima pela construção de outra forma de sociabilidade sem qualquer tipo de exploração.

No entanto, incorrendo no risco de ser considerada fatalista⁶², esta pesquisadora parte do entendimento de que, como profissional que desempenha uma ação especializada dentro da divisão social e técnica do trabalho – onde houve espaço para o surgimento da profissão justamente por conta das mazelas sociais ocasionadas por conta da contradição entre capital e trabalho – não cabe, e não seria possível, ao/à assistente social transformar determinadas realidades e condições objetivas. Sua atuação muitas vezes se dará no viés de amenização/minimização de determinadas expressões da *questão social*. Isto não significa que o trabalho profissional do/a assistente social, na sua articulação com equipes multiprofissionais e redes intersetoriais, não construa processos de avanços e potencial transformador em territórios, nas vidas de famílias atendidas, nos grupos acompanhados, nas organizações assessoradas etc.

Neste momento, caminhar-se-á para a discussão sobre os **desafios do trabalho profissional no âmbito da questão agrária**, identificados nos trabalhos dos CBASs e JOINPPs.

⁶¹ A realidade a qual as autoras se referem diz respeito a desigualdade de gênero, socialmente construída e enraizada no meio rural e questões a ela relacionadas, como a pobreza de mulheres do espaço agrário.

⁶² A concepção de messianismo e fatalismo profissional aqui abordada se alinha a de Yamamoto (2004, p. 213): “[...] O fatalismo, inspirado em interpretações que naturalizam a vida social, apreendida à margem da subjetividade humana, redundando em uma visão perversa da profissão concebida como totalmente atrelada às malhas de um poder tido como monolítico, resultando disso a impotência e a subjugação do profissional ao instituído. Por outro lado, o messianismo utópico privilegiando os propósitos do profissional individual, num voluntarismo, não permite o desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse movimento, ressuscitando inspirações idealistas que reclamam a determinação da vida social pela consciência.”.

Primeiramente, dois aspectos bastante comentados nesta pesquisa aparecem entre os escritos: a pouca produção sobre a área, sobretudo quanto ao exercício profissional; e os déficits da formação que resultam em grandes dificuldades ao/à assistente social ao se inserir em espaços sócio-ocupacionais do rural ou relacionados:

[...] **fica patente que há a necessidade de aprofundar a discussão a respeito dos aspectos da intervenção profissional no meio rural.** A criação de uma massa crítica (Netto, 1996) que analise as determinações do exercício no contexto da questão agrária é fundamental para subsidiar as práticas concretas (Silva, 2013, grifos nossos).

Todas as profissionais⁶³ afirmaram que **durante a formação profissional não foram preparadas para atuar na realidade específica do espaço rural e que tiveram que descobrir as especificidades deste lugar e construir estratégias para o atendimento profissional após o ingresso nos serviços.** Ao indicarem este traço da formação profissional, não retiraram a importância da abordagem da dinâmica societária em sua totalidade, mas evidenciaram que ocorrem prejuízos quando a leitura e análise totalizantes dificultam reconhecer as particularidades da realidade social (Lusa, 2013, grifos nossos).

A existência de severas e persistentes desigualdades no espaço agrário – geralmente manifestadas pelo “não” atendimento ou atendimento precário das políticas públicas à população, além da pouca destinação de políticas e equipamentos públicos específicos para esse segmento – é também apontada como um desafio para o/a assistente social, uma vez impacta seu trabalho cotidiano:

[...] o rural, em pleno século XXI, ainda sofre a marginalização decorrente do processo histórico-cultural, sendo visto como arcaico e atrasado; sendo assim **as demandas sociais do rural são resolvidas através das demandas institucionalizadas do espaço sócio-ocupacional urbano** (Lima, 2015, p. 2, grifos nossos).

É pertinente afirmar que em comparação ao passado, houve avanços no que tange a construção de direitos por esse segmento da população⁶⁴, mas apesar da existência de políticas públicas e sociais, programas e projetos para proteção e desenvolvimento desse grupo, **as desigualdades não somente referem-se à divisão de terras, mas também interligados a educação, economia, saúde e estrutura** (Machado, Cunha e Nascimento, 2017, p. 9, grifos nossos).

[...] **o atendimento das demandas sociais dos sujeitos de direito do campo têm insipiente visibilidade para o Estado**, o que tem por efeito a

⁶³ As profissionais as quais a autora se refere são assistentes sociais atuantes em CRASs Rurais de Alagoas.

⁶⁴ Se refere a agricultores familiares do Maranhão.

insuficiência de serviços e equipamentos de atendimento às demandas sociais dos camponeses, com localização dentro e a partir da territorialização dos serviços (Engel; Lusa, 2016, p. 14, grifos nossos).

Junta-se a isto a significativa fragilização e precarização das políticas públicas, assim como das condições de trabalho do/a assistente social, em um combo perverso que une as consequências do desmonte da política social e a – nem tão nova – morfologia do trabalho. Isso incide na vida de empregados via CLT e de servidores públicos estatutários. Nesse contexto, colocam-se como desafios:

A descontinuidade do programa de ATEs⁶⁵, **a burocracia institucional na licitação pública, a precarização das relações trabalhistas e a rotatividade nas equipes técnicas** são alguns dos entraves observados na pesquisa, os quais dificultam o avanço do referido programa. É neste cenário que insere o exercício profissional do assistente social (Silva, 2013, grifos nossos).

Outro limite versa sobre as condições estruturais de atendimento. Dentre os preocupantes relatos, sem dúvidas o que mais chamou a atenção é que todas profissionais⁶⁶ indicaram que **a estrutura física das salas de atendimento não garante o sigilo profissional**, [...] Além disto, **as peculiaridades de um equipamento social rural exige que a estrutura de transporte e de comunicação social sejam efetivas, o que não ocorre em ambos CRAS-Rural**, seja pela precária estrutura de telefones e internet de uma das unidades, mas principalmente pela dificuldade de transporte para a equipe técnica e inexistência de internet na outra (Lusa, 2013, grifos nossos).

[...] foi destacado o motivo pelo qual o CRAS itinerante não estava ocorrendo e não poderia ocorrer nos últimos meses do ano de 2016, a saber: falta de recursos financeiros destinados à operacionalização do mesmo. [...] ao longo da execução do projeto de intervenção, verificamos que **ainda há uma distância entre o pensar e realizar ações próprias de CRAS itinerante, tendo em vista que a denominação “itinerante” se deve ao fato de conseguirem chegar ao meio rural, ou seja, nas comunidades, divulgando os serviços ofertados pelo equipamento social**. [...] Contudo, o objetivo de uma proposta itinerante é justamente, para além de divulgar os serviços, **oferecê-los nessas comunidades em que majoritariamente não conseguem acessá-los por falta de condições de se deslocar até a cidade** (Nascimento Neto, 2019, p. 4-12, grifos nossos).

[...] a **sobrecarga de trabalho**, principalmente no equipamento em que a assistente social cumula as funções de gestora e técnica, [...] a **instabilidade da composição da equipe de atendimento** do segundo equipamento, já que duas assistentes sociais são contratadas por tempo determinado (Lusa, 2013, grifos nossos).

⁶⁵ Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária

⁶⁶ Assistentes sociais de CRASs Rurais de Alagoas.

Sobre as tensões e complexidades do trabalho profissional na seara das precarizações, Secon (2022) traz um relato que, embora parta de um lugar de fala específico – atuação na proteção social básica da assistência social junto a assentamentos – sintetiza uma gama de anseios e desafios, os quais ela trata como “condições adversas”, enfrentados em muitos espaços sócio-ocupacionais:

O trabalho miúdo do assistente social ainda revela as condições adversas de intervenção profissional: **1. Equipe de trabalho reduzida** e, por vezes, que não partilham da mesma compreensão da “*questão social*” e suas múltiplas manifestações; **2. O exacerbado volume de trabalho com prazos**, atividades obrigatórias, e outros; **3. Os relatórios de trabalho, parte da ação profissional, tomam posição de maior relevância a despeito da intervenção junto aos usuários**; **4. As políticas sociais que reforçam o papel de subalternidade dos usuários e os assistentes sociais que reforçam este papel pela tutela e paternalismo**; **5. A crença de que a não viabilidade de um serviço ou benefício ao usuário, não está efetivando o Projeto Ético-político profissional** (Secon, 2022, p. 7, grifos nossos).

Dada a atuação desta pesquisadora na política de ATER desde 2018, muitas foram as vezes em que aspectos da fala de Secon (2022) se fizeram presentes no cotidiano. Embora tenha havido progresso nos últimos anos e a consolidação de um marco legal – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), 2010 – com viés progressista, muitos profissionais⁶⁷ da ATER têm uma visão tecnicista, voltada estritamente aos aspectos produtivos, ou uma visão do “social” arraigada de preconceitos, juízos de valor e senso comum. Com menor frequência, há aqueles que concebem a atuação no âmbito da *questão social* como um trabalho que, mesmo pressupondo formação, exige dom e configura-se como uma “missão”. Essas diferentes concepções demandam debates e defesas no cotidiano profissional para, dentro das relações respeitadas, defender os posicionamentos, as propostas e as ações do Serviço Social.

Também se observa, por vezes, a fragmentação e a seletividade da política pública, que se torna explícita na vida de alguns agricultores/trabalhadores rurais atendidos, assim como os reflexos da desproteção social se materializando em suas gerações. Mesmo ao reconhecer as limitações estruturais que vão além das vontades, reflete-se, por vezes, o quanto tem sido possível defender o Projeto Ético-político. Esses são dilemas que são (des)(re)construídos no movimento da realidade.

⁶⁷ Cabe salientar que não se está referindo à integralidade das equipes multiprofissionais de ATER, mas sim a alguns de seus agentes.

Quanto à atuação profissional, as colocações de dois escritos também chamam atenção por sua relevância. Enquanto Santos e Benevides (2016) – ao compartilharem suas experiências enquanto assessoras da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE), dando suporte a sindicatos – falam da importância de preconizar a autonomia dos sujeitos das ações; Cariaga, Menezes e Burginski (2019) colocam a necessidade imperiosa de fortalecer a dimensão pedagógica da profissão que, como foi visto, tem papel importante para o trabalho profissional no rural:

É nesse ponto que também encontramos a linha tênue do nosso exercício profissional. **Apesar de termos a oportunidade de trabalhar em um espaço que possui um projeto político de sociedade em consonância com o nosso projeto ético-político profissional, existe o desafio de estar na fronteira da ação política pessoal (militância) e da profissão.** Explicamos: quanto assessoras somos chamadas a orientar, a indicar caminhos, mas, quem tem o poder político-decisório é o empregador, no nosso caso o Movimento Sindical Rural (Santos; Benevides, 2016, p. 8, grifos nossos).

Fortalecer o caráter da ação pedagógica do fazer profissional do Serviço Social (ABREU, 2002) é um dos desafios colocados ao conjunto da categoria, pois as experiências concretas nos movimentos sociais, enquanto processo de organização da cultura, permitem ao profissional problematizar a questão social a partir do enfrentamento e das formas de lutas forjadas pelos sujeitos, as tensões, os conflitos e os processos de negociação em seu interior. Também contribuem para desmistificar procedimentos clássicos de intervenção acionados pelos mecanismos estatais (repressivos, estigmatizadores, fiscalizatórios) e as contradições existentes entre o funcionamento das políticas sociais e os conflitos estabelecidos pelas classes sociais que são objetivo da ação pública e estatal (MARRO, 2014). (Cariaga; Menezes; Burginski, 2019, p. 7, grifos nossos).

Por fim, é oportuno grifar que a questão agrária se manifesta com particularidades a partir dos diferentes territórios, contextos históricos, entre outros. Nesse sentido, algumas produções trazem desafios que retratam particularidades locais – embora não sejam exclusivas –, que reverberam no trabalho do/a assistente social e nas condições de vida da população rural.

Ao relatarem a realidade da atuação junto a agricultores familiares no sertão alagoano, Pontes e Silva (2013) colocam questões como a forte incidência do coronelismo, a seletividade e a burocratização de sindicatos rurais, além das desigualdades de gênero que impactam a vida de agricultoras, trabalhadoras rurais, assim como a atuação das assistentes sociais mulheres:

Uma destas problemáticas é o poder coronelista, ainda existente nesta região, a qual é governada por famílias tradicionais locais, que exercem um poder autoritário, através de um modelo político, econômico e social excludente, arbitrário, caracterizado pela política do mando e do favor. Em consequência disso, nos deparávamos com uma correlação de forças que afetava diretamente nosso fazer profissional, limitando-o. Frases como “ouvir muito e falar pouco” eram ditas a nós para nos intimidar. **Além de termos que lidar com a vigilância constante por parte dos governantes, que infiltravam pessoas nas ações que desenvolvíamos para nos policiar.** Isto acontecia porque éramos contratadas pelo Estado para trabalhar com a política agrícola, o que era de interesse dos poderosos locais, já que a base econômica dos municípios em questão é a agricultura. Assim, ao irmos de encontro às estratégias políticas dos gestores que não atendiam às necessidades e aos direitos dos trabalhadores da região, nos tornávamos uma ameaça à ordem vigente (Pontes; Silva, 2013, p. 6, grifos nossos).

[...] a atuação dos STTR/FETAG, tem suas ações limitadas no que diz respeito à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e agricultores familiares. **Pudemos vivenciar nitidamente a omissão do sindicato através de suas ações calcadas na burocratização do acesso de seus próprios associados aos serviços realizados pela instituição.** Um exemplo do desrespeito do sindicato aos direitos de cidadania, é a cobrança indevida de dinheiro para aposentar um (a) trabalhador (a) rural ou agricultores familiares que são associados ao sindicato. Além disso, **os líderes sindicalistas não reivindicam melhorias para todos os trabalhadores rurais, mas apenas para os seus associados, perdendo dessa forma, a essência da luta coletiva** (Pontes; Silva, 2013, p. 7, grifos nossos).

Ao realizarmos todo um estudo da realidade das comunidades que atendíamos, observamos algo muito comum nos dois municípios de Inhapi e Mata Grande, a saber, que **o machismo presente nas relações de gênero não era algo restrito a nós mulheres da assistência técnica e extensão rural, mas sim algo cultural daquela região.** As mulheres são oprimidas por seus companheiros, não possuem voz ativa e não são independentes para tomar suas próprias decisões (Pontes; Silva, 2013, p. 8, grifos nossos).

A seguir, serão apresentadas algumas **perspectivas apontadas nas produções dos CBASs e das JOINPPs quanto ao trabalho profissional do/a assistente social no âmbito da questão agrária.** É oportuno destacar que a abordagem dessas considerações não visa esgotar o debate sobre tema, tampouco colocar os caminhos mencionados pelos autores como os únicos possíveis, mas expor perspectivas profissionais a partir de diferentes lugares de fala.

Engel e Lusa (2016, p. 15), em um trabalho onde debatem sobre as demandas para o exercício profissional do Serviço Social no rural do Rio Grande do Sul, defendem que:

[...] não é a inexistência de demandas dos sujeitos que justifica a inexistência de equipamentos e serviços de atendimento aos direitos sociais no campo. Tampouco esta justificativa pode ser utilizada para que a profissão não

volte sua atenção, seus estudos e seu trabalho para esses sujeitos camponeses e as requisições que eles lhe indicam.

A advertência das autoras é importante, pois, não raro, as demandas das populações do campo, das águas e das florestas são invisibilizadas ou minimizadas, não por não existirem, mas por ficarem reprimidas ou despercebidas por uma série de razões como: a centralização dos serviços e equipamentos das redes socioassistenciais nos espaços urbanos; a falta de ações específicas e efetivas para o rural dentro das políticas públicas; a pulverização de algumas expressões da *questão social*, dada a amplitude espacial; e as dificuldades de acesso à informação e/ou aos serviços públicos enfrentadas por parte da população rural. Além disso, há a visão limitada de muitos gestores e profissionais e técnicos sobre o agrário.

Nesse contexto, é preciso que os/as assistentes sociais – profissionais que tecem análises críticas da sociedade, inclusive como marco necessário para a realização das análises de conjuntura no exercício profissional – enxerguem além das paredes institucionais e das divisas do “perímetro urbano”, para não reforçar essa invisibilização.

Os trabalhos também trouxeram contribuições e olhares interessantes a partir de diferentes espaços sócio-ocupacionais. Santos e Gois (2013), ao discutirem sobre o trabalho profissional em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, advogam que:

[...] os/as assistentes sociais que atuam com os/as trabalhadores/as do campo, principalmente aqueles que trabalham junto aos acampados/as e assentados da Reforma Agrária, ao analisar e trabalhar com as expressões da questão agrária devem **desenvolver intervenções estratégicas com vistas a apoiar e fortalecer os processos de participação e organização política dos/as trabalhadores/as; conhecer as lideranças e organizações governamentais, não governamentais, movimentos sociais e sindicais que estão na luta e no comando da Reforma Agrária para planejar de forma coletiva e estratégica ações que capacitem os/as trabalhadores/as rurais para ‘[...] construir resistências, construir hegemonia, enfrentar as sombras que mergulham os subalternizados de nossa sociedade [...].’** (YASBEK, 2012, p. 318) [...] (Santos; Gois, 2013, grifos nossos).

Na mesma linha, Santos, Menezes e Fernandes (2022) abordam a relevância de se manter a proximidade com os movimentos sociais do rural e aproveitar/potencializar as parcerias com os colegas de equipe e da rede que se dispõe a se juntar nas ações cotidianas:

[...] apesar das dificuldades e desafios postos ao desenvolvimento do trabalho profissional do Serviço Social junto às comunidades assentadas, **é preciso buscar meios para manter o compromisso ético-político da profissão**, como o fato de que, **quando assistentes sociais, conseguem encontrar aliados nas equipes interdisciplinares onde atua e, de quando se tem víncu-**

lo com os movimentos sociais do campo, o(a) mesmo(a) consegue realizar seu trabalho de forma mais eficaz (Santos; Menezes; Fernandes, 2022, p. 9, grifos nossos).

Enquanto isso, o trabalho de Cariaga, Menezes e Burginski (2019) – em um relato reflexivo de uma experiência de pesquisa e extensão em um assentamento da reforma agrária – resalta como as experiências de atuação junto a movimentos sociais são relevantes e proporcionam aprendizado à profissão e aos/as profissionais de Serviço Social. Estes são campos possíveis do exercício profissional sistemático – enquanto espaços sócio-ocupacionais – e permitem a aproximação e articulação com os grupos de base da classe trabalhadora na busca do atendimento às suas demandas.

A importância dessa relação se demonstra bastante evidente, tanto no sentido de **criar possibilidades de novos espaços de atuação profissional, alcançando novas bases de legitimidade junto às classes subalternas, quanto de direcionar a intervenção em espaços institucionais**, pois a atuação do assistente social nas políticas públicas, necessariamente, envolve, ainda que de forma indireta e contraditória, uma relação com movimentos, grupos e organizações sociais. Essas possibilidades contribuem para fortalecer as perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para além dos espaços sócio-ocupacionais e das políticas sociais, **pode conduzir ao enfrentamento de uma cultura profissional que tem supervalorizado a ação prática e ao “atendimento” do imediato, que podem levar a uma atuação que restringe a profissão às demandas institucionais** (Cariaga, Menezes e Burginski, 2019, p. 6, grifos nossos).

Tendo isso em vista, a assessoria a entidades sindicais rurais se apresenta como um caminho pouco explorado, mas frutífero ao Serviço Social, constituindo uma das vias de enfrentamento à questão agrária.

A nossa contratação para assessorar o movimento sindical rural está diretamente relacionada com o conhecimento acumulado e adquirido, e as ferramentas capazes de possibilitar uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade, principalmente, por meio de uma formação em Serviço Social com engajamento político. [...] Assim sendo, compreendemos esse espaço sócio-ocupacional como uma **possibilidade de ampliar ainda mais os horizontes da nossa profissão, tanto a nível interventivo, quanto teórico. Pois, é notório que o conjunto de instrumentos éticos e políticos do nosso saber profissional pode fomentar ainda mais a efervescência política dos movimentos sociais**, especialmente do movimento sindical rural, no caminho para um outro mundo possível, onde seremos verdadeiramente livres (Santos; Benevides, 2016, p. 8, grifos nossos).

Além disso, ao relatar sua experiência de trabalho junto a uma associação de agricultoras, que mais tarde se tornou uma cooperativa, Wivaldo, Lloyd e Alvarenga apresentam a atuação com organizações rurais e grupos de mulheres como um campo em construção, que oferece várias possibilidades de intervenção com viés de gênero:

[...] o profissional pode atuar na articulação de programas produtivos, de proteção social e de capacitação das meninas e mulheres do campo bem como na formação de liderança **contribuindo para o protagonismo** delas a fim de criar circuitos de comercialização de alimentos e promover a inclusão das agricultoras (Wivaldo; Lloyd; Alvarenga, 2022, p. 11, grifos nossos).

No âmbito das perspectivas, houve trabalhos que salientaram a relevância do desenvolvimento de estratégias para a atuação no agrário. Oliveira, Lima e Gonçalves (2019), ao discutirem a atuação profissional do/a assistente social no meio rural, a partir de uma visão freiriana, concebem esse profissional como um educador popular, que contribui diretamente para se chegar à consciência crítica:

Diante da perspectiva de que o assistente social é um educador social, faz-se presente no exercício profissional contribuir na passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica”. Assim, a população melhor poderá se mobilizar e se organizar na luta pelos direitos coletivos, de acordo com as garantias previstas na Constituição Federal de 1988. Mas, além disso, **é preciso, ao assistente social, atuar enquanto disseminador dos direitos sociais, na defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos** (Oliveira; Lima; Gonçalves, 2019, p. 8, grifos nossos).

Por fim, reconhece-se a relevância do/a assistente social atuando junto ao espaço agrário na sua vinculação com a política social, na perspectiva da garantia de direitos de homens e mulheres. É o que defendem Nascimento e Do Carmo (2016, p. 12):

[...] o assistente social no meio rural é de grande importância no que tange as execuções das políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, no que diz respeito ao seu reconhecimento como cidadão de direitos, bem como a fim de conscientizar e ser reconhecido não somente do trabalhador, mas também da mulher trabalhadora.

3.4 TRABALHO PROFISSIONAL NO RURAL E RELAÇÕES COM A QUESTÃO AGRÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Os estudos proporcionam uma compreensão da questão agrária que diz respeito às formas como as sociedades organizam o uso e a posse da terra, mas vai além: também a compreendem como uma categoria histórica, sujeita a transformações ao longo dos tempos, e que envolve aspectos políticos, econômicos e sociais. É entendida, ainda, como um campo do conhecimento, uma construção de saberes. Assim, trata-se de uma categoria complexa e ampla, cuja compreensão é de alta relevância para a análise crítica da sociedade capitalista.

As três produções dos programas de pós-graduação teceram reflexões mais aprofundadas sobre a categoria. Enquanto isso, menos da metade dos trabalhos dos eventos abordou de alguma forma a questão agrária. Dentre aqueles que o fizeram, em alguns casos, não houve uma conceituação direta, mas uma breve historicização sobre a formação sócio-histórica do Brasil, marcada pela desigualdade, concentração de terras e escravidão.

Os autores que abordaram diretamente a questão, o fizeram de modo primoroso, alinhado ao que as autoras dos programas de pós-graduação fizeram – claro, sem grande aprofundamento, dados os limites de espaço que um artigo impõe. Cabe salientar que há entendimento explícito de vários autores de que esta é uma expressão da *questão social*.

Por meio de várias argumentações, a *questão social* é entendida como intrínseca ao capitalismo monopolista, proveniente da contradição entre capital e trabalho, de modo que a riqueza é produzida socialmente, mas apropriada por uma pequena parcela da população. Também é compreendida como objeto de intervenção do Serviço Social.

Com relação à concepção sobre significado social da profissão, todos os escritos provenientes dos programas de pós-graduação o abordaram, ainda que, em alguns casos, de modo superficial. Já entre os trabalhos dos CBASs e das JOINPPs, foi baixa a abordagem. Entende-se que a clareza sobre ele é importante, pois subsidia o/a profissional, independentemente dos espaços sócio-ocupacionais que venha a atuar.

Quanto às relações entre o Serviço Social e o agrário, identifica-se que os/as assistentes sociais conseguem estabelecê-las em seu trabalho profissional. Foi possível aferir várias. Traçando uma síntese entre as produções dos programas de pós-graduação e os trabalhos dos eventos dos CBASs e das JOINPPs, foram sinalizadas as seguintes:

- A discussão sobre a questão agrária – sobretudo no que diz respeito ao trabalho profissional junto a esta – é preterida e marginalizada no Serviço Social;

- A relação entre a profissão e a questão agrária ainda é frágil e deve ser fortalecida no âmbito dos estudos e da atuação profissional – no rural e no urbano (Lima, 2014);
- Há vários profissionais trabalhando em relação direta com o rural, mas os debates e publicização de experiências ainda são baixos;
- O/a assistente social atua no agrário, principalmente mediado/a pela política social, o que implica um processo complexo. Há que se salientar que a política social sofreu/sofre inflexões neoliberais, que se intensificaram no capitalismo financeiro. Logo, o profissional precisa atuar com políticas fragmentadas e seletivas de *alívio* da pobreza;
- Em sua atuação no rural, é marcante ao/a assistente social a orientação/sensibilização sobre direitos sociais, defesa da democracia e da cidadania;
- O trabalho profissional é importante no rural na perspectiva de viabilizar acessos e garantir direitos, bem como, dentro da dinâmica de sua atuação, sempre que possível, desenvolver estratégias que venham ao encontro dos interesses dos trabalhadores rurais;
- O profissional contribui para visibilizar as lutas pela terra, por direitos e favorece o acesso a políticas públicas;
- Contribui – ou pode contribuir – para a organização e mobilização dos trabalhadores rurais, sobretudo no que diz respeito aos direitos sociais;
- O/a assistente social intervém nas relações sociais do rural, atendendo demandas da população – dentro das possibilidades objetivas; e
- É um profissional que geralmente constrói proximidade com as famílias, prestando um atendimento respeitoso e ético.

Em alguns trabalhos, pôde-se observar pontualmente o estabelecimento de relações um pouco problemáticas, como os casos em que há uma compreensão de que o papel do profissional é “motivar e transformar” pessoas – ou seus sentimentos; ou aqueles casos em que os profissionais sobrecarregam suas possibilidades de atuação e transformação, em um movimento geralmente bem-intencionado, mas messiânico. Observou-se, ainda, em menor proporção, traços de ecletismo em algumas produções, nas quais os autores ora colocam relações e visões críticas, ora trazem visões mais ligadas ao positivismo ou ao desenvolvimento humano.

Com relação aos desafios do trabalho profissional na sua relação com o rural, os trabalhos analisados permitiram verificar alguns que vão da formação até a atuação cotidiana, conforme destacado a seguir:

- A formação profissional não estaria preparando os assistentes sociais para atuar em espaços sócio-ocupacionais do rural ou a ele relacionados;

- Para apreender as demandas do rural, é necessário que o profissional compreenda o urbano e rural como espaços em relação e não opostos;
- Em geral, há dificuldade para a efetivação da interdisciplinaridade. Os estudos mostraram que tem sido mais comuns processos multidisciplinares;
- Os/as assistentes sociais têm se articulado pouco com seus pares que atuam no rural, o que gera perdas de potencial para a tirada de dúvidas e construções de alinhamentos coletivos, diálogos e conhecimentos;
- Esses profissionais têm participado pouco dos espaços político-organizativos do Serviço Social, como instâncias do conjunto CFESS/CRESS, e têm socializado pouco o conhecimento que produzem;
- Há várias nuances da precarização do trabalho incidindo no exercício profissional dos/as assistentes sociais no agrário, como a intensificação do volume de serviço, o estabelecimento/aumento expressivo de metas e prazos, a fragilização dos vínculos trabalhistas, o acúmulo de funções etc.; e
- Na mesma linha, ficam evidentes a desproteção social, a falta de equipamentos/serviços públicos para a população do rural e a fragilidade/precariedade com que algumas políticas chegam a esse espaço, o que reverbera na atuação profissional e, sobremaneira, na vida das populações do campo, das águas e das florestas.

No que diz respeito às perspectivas, os autores colocam a importância de o Serviço Social ampliar efetivamente seu olhar para a questão agrária, uma vez que há expressões dela por todo o Brasil, manifestando-se no campo e na cidade. Foi destacado que:

- O rural, embora historicamente preterido e invisibilizado pelo Estado, é espaço de demandas tanto para o Serviço Social como para os serviços públicos/sociais e a categoria profissional deve visibilizar essas demandas e defender a ampliação do atendimento estatal a esse espaço; e
- Na atuação profissional, é de relevância ao/a assistente social, fortalecer a participação política dos trabalhadores do rural e se aproximar dos movimentos sociais do campo; assim como observar no movimento da realidade, as possibilidades de atendimento e/ou abertura de novos espaços sócio-ocupacionais, como sindicatos rurais, colônias de pescadores, organizações da agricultura familiar, entre outros.

Tendo em vista as construções e reflexões permitidas pela pesquisa, a seguir, seguem as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta pesquisa, que buscou identificar e compreender as interfaces entre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais e a questão agrária, tendo como base a produção científica da profissão, permite algumas ponderações que, cabe salientar, não se trata de resultados definitivos e acabados, mas aproximações sobre o tema, em um processo de construção do conhecimento que é dinâmico e que desvela o objeto de pesquisa a partir de determinado contexto.

Ao buscar entender a categoria trabalho e suas configurações históricas e atuais no capitalismo periférico e dependente, verificou-se que ela é categoria basilar, fundante do ser social, por meio do qual os indivíduos, em um processo teleológico, transformam a natureza para satisfazer suas necessidades. No entanto, na sociabilidade capitalista, torna-se meio para a produção de lucro. Assim, a força de trabalho é convertida em mercadoria, a qual precisa ser vendida aos donos dos meios de produção para sobrevivência dos trabalhadores e é explorada ao máximo para a extração de mais-valia.

O Brasil, assim como outros países da América Latina, marcado pelo capitalismo periférico dependente, que, desde o início de sua história, passou pela dominação externa e subordinação aos países centrais, viu a dependência e a superexploração do trabalho se acirrar após a Segunda Guerra, quando os países periféricos foram integrados ao sistema capitalista hegemônico. Esse país – marcado por séculos de escravidão de indígenas e depois de africanos e trabalho tardiamente regulamentado – alinhou-se aos ditames imperialistas da superexploração, com a prolongação de jornadas de trabalho, baixas remunerações e intensificação das cargas de trabalho.

Respondendo a uma das crises estruturais do capital, iniciada mundialmente nos anos 1970, mas que teve sérias reverberações a partir dos anos 1980, o país se abriu à reestruturação produtiva e aos ajustes do neoliberalismo, os quais tomaram robustez a partir dos anos 1990, rebatendo diretamente nas condições de trabalho. Ademais, aumentou o trabalho desprotegido, sem direitos, flexibilizado, desregulamentado, “uberizado”, “pejotizado”, mais explorado e terceirizado, o qual atinge toda a classe trabalhadora, inclusive os/as assistentes sociais, que a ela pertencem. Em síntese, evidencia-se que a trajetória do trabalho no Brasil reflete uma história de exploração e adaptação às demandas do capitalismo global, com o Estado frequentemente atuando em benefício das classes dominantes e do capital internacional, perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

Ao refletir sobre o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo e a questão agrária na formação social brasileira, apreendeu-se que a formação sócio-histórica do país se deu calcada no latifúndio, com foco na produção de monoculturas para abastecimento do mercado externo, tendo por base a utilização de mão de obra escrava. Aqui, mais que uma expressão da *questão social*, essa categoria é central para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo, pois a forma predatória como se deu a colonização e o modelo de organização e desenvolvimento agrário incidiu na economia, na construção das relações sociais, na constituição do Estado, na ocorrência de conflitos sociais e econômicos, entre outros aspectos.

Nesse cenário, a produção de monoculturas em larga escala sempre teve prioridade sobre a produção diversificada de alimentos voltada ao consumo interno e aquela voltada à subsistência. A entrada da Revolução Verde no segundo pós-guerra – que teve seus princípios e práticas amplamente disseminados pelo Estado, por meio das agências de Assistência Técnica e Extensão Rural – proporcionou avanços tecnológicos e ampliação dos índices produtivos, mas também contribuiu muito para refrações negativas como o empobrecimento e/ou endividamento de pequenos agricultores, êxodo rural e aumento da dependência do mercado externo.

Cabe destacar que o avanço do capitalismo no campo, no caso brasileiro, não se deu sem processos de enfrentamentos e resistências. Os vários conflitos ocorridos no rural durante a história, as revoltas de trabalhadores e o nascimento das Ligas Camponesas e movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, demarcam essa realidade. No contexto contemporâneo, observa-se duas principais vertentes produtivas bem demarcadas no rural: o agronegócio, voltado à produção de *commodities* em latifúndios, e a agricultura familiar, onde, geralmente, o mesmo lugar da produção de alimentos é o da reprodução da vida e predomina-se uma produção mais variada de alimentos.

Os debates construídos nesta pesquisa mostram que o agronegócio tem recebido amplo apoio estatal e seus números crescem expressivamente, em produção e área, em um processo em que, cada vez mais, pequenas propriedades são adquiridas – leia-se engolidas – pelas grandes. Cabe ressaltar que muitas dessas grandes propriedades pertencem ao capital estrangeiro, que tem estendido seus tentáculos à terra e aos recursos naturais de países periféricos como o Brasil.

A agricultura familiar também recebe apoio governamental via PRONAF, programas de compras institucionais como o PAA e o PNAE, e modalidades de seguro para a produção. No entanto, entende-se que, considerando a diversidades de realidades desse público, é neces-

sário ampliar políticas públicas específicas de fomento à produção, de infraestrutura no campo e de proteção social. Para as famílias mais pobres, entende-se como salutar o fortalecimento da proteção social em uma perspectiva efetivamente intersetorial. Para tanto, os serviços sociais precisam chegar ao rural e funcionar, assim como ações estruturadas que superem a focalização e os critérios de ínfima renda per capita, além dos baixos repasses. Essas ações devem viabilizar acesso à água, irrigação estrutura básica para produção, respeitando as realidades e os modos de vida, além de garantir ATER continuada.

Ao investigar a centralidade da ação do Estado no capitalismo periférico dependente e suas dimensões políticas e econômicas na questão agrária, é importante lembrar que, no capitalismo monopolista, as funções econômicas e políticas do Estado estão embrincadas, na perspectiva de defender e garantir superlucros aos grandes monopólios. Na América Latina, onde a formação econômica e social dos países é dependente, ocorre a emergência e a intervenção estatal como fatores decisivos de estímulo e valorização do capital, ou seja, o Estado é um agente central do desenvolvimento e da expansão do capitalismo. Os Estados dependentes têm uma função peculiar no capitalismo, pois são elos importantes, mas subordinados à reprodução do capital em escala mundial.

No capitalismo periférico dependente, o Estado tem cicatrizes históricas de suas origens oligárquicas, sendo, segundo Fernandes (2020 *apud* Soares; Burginski, 2021), autocrático-burguês e alinhado aos interesses das classes burguesas para a apropriação do excedente econômico nacional. Mesmo após os avanços da Carta Magna de 1988, o Estado continua a defender os interesses dos grupos detentores do poder, tanto no campo como na cidade. Configura-se, assim, como um instrumento de dominação de classes. Além disso, trata-se de um Estado subsoberano, ou seja, subalterno em relação aos países centrais e aos interesses mundiais, mas que, dentro de suas fronteiras, possui poder político para regular as relações sociais.

Com o avanço do neoliberalismo, o Estado é reformulado para se adaptar às novas requisições do sistema capitalista, promovendo um grande ajuste fiscal, “reformas” administrativas, privatizações e uma crescente responsabilização da sociedade civil pela operação de atribuições voltadas à área social. Isso afeta a forma como a política social é concebida e implementada.

Em relação ao rural, o Estado foi, por muito tempo, completamente ausente e, a partir da década de 1950, passou a se posicionar com uma proposta de modernização alinhada a Revolução Verde, sem, porém, promover uma Reforma Agrária capaz de transformar a estrutura fundiária do país. No contexto do ajuste neoliberal, por um lado, operou concessões aos pequenos agricultores, com a criação da categoria “agricultor familiar” e do PRONAF, além

de desenvolver gradualmente outras iniciativas voltadas a esse público – sempre alinhadas às diretrizes do Banco Mundial. Por outro lado, com a intensificação da financeirização e dos arrochos neoliberais, passou a responsabilizar cada vez mais a política social, principalmente a assistência social, por enfrentar as desigualdades e a pobreza existente nesse espaço.

Assim, observa-se um Estado que, via de regra, provê a política agrícola para os agricultores empresariais, médios produtores; e agricultores familiares mais capitalizados, que têm condições bancárias de acessar o crédito rural e contam com uma estrutura mínima de acesso a implementos e insumos. Além disso, existe uma política agrária pontual, pautada em assentamentos, voltada à resolução de conflitos e estímulo do acesso à terra pela via do mercado. Às famílias mais pobres é destinada a política social, geralmente por meio programas residuais e fragmentados da assistência social. É nesse complexo contexto que se insere a atuação do/a assistente social.

Com relação à produção do conhecimento sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais no rural e suas relações com o a questão agrária no Brasil, foi possível observar que este é tematizado por meio de pesquisas de campo, bibliográficas e documentais. No âmbito dos CBASs e das JOINPPs, há um número importante de relatos de experiências que publicizam práticas e conhecimentos que vêm sendo construídos em diferentes espaços sócio-ocupacionais, por mais que, se comparada com o universo dos trabalhos de cada ano dos eventos, a produção da área ainda seja ínfima.

Foram visualizadas várias interfaces entre o trabalho profissional e a questão agrária. Os trabalhos demonstram a importância de o Serviço Social se apropriar mais da categoria “questão agrária” durante a formação profissional, a fim de auxiliar na compreensão das diversas nuances do desenvolvimento do capitalismo no rural, preparando melhor os profissionais para uma leitura crítica de suas manifestações no campo e na cidade. Isso não significa renunciar a um olhar totalizante sobre a sociedade, mas aprofundar a compreensão sobre o rural na sociabilidade capitalista, superando o histórico olhar urbanocêntrico da profissão.

Os estudos salientam também que a questão agrária é uma expressão da *questão social*, configurando-se como um espaço profícuo para a intervenção do/a assistente social. Portanto, se é um campo propício para a atuação profissional, por que a demanda de profissionais para inserção no rural ainda é baixa? Sabe-se que o maior empregador de assistentes sociais é o setor público, principalmente o municipal (CFESS, 2022); porém, historicamente, os serviços públicos não chegam ou chegam de forma precária ao rural. Logo, a categoria deve cuidar para não comprar um discurso de que o rural não tem necessidades sociais. Essas necessidades existem e são múltiplas, mas são sub-atendidas pelo Estado. Entende-se que, à medida que

o Estado amplie seu atendimento às necessidades sociais no espaço agrário, mais campos se abrirão para atuação de assistentes sociais nesse contexto.

Quanto aos assistentes sociais que atuam no rural ou em interface direta com ele, destacam-se como espaços sócio-ocupacionais: equipamentos da política de assistência social, como CRASs volantes; entidades públicas e privadas de ATER; serviços de saúde, como as equipes multiprofissionais (antigos NASF); assessoramento a associações e/ou cooperativas da agricultura familiar e/ou entidades sindicais.

Aferiu-se que, em geral, mesmo que inseridos em diferentes espaços, esses profissionais possuem uma importante ligação com a disseminação de direitos sociais e o desenvolvimento de estratégias para que as populações atendidas tenham acesso aos equipamentos, serviços e benefícios a que têm direito. Ademais, a inserção deles no agrário ou na relação direta com ele pode contribuir para visibilizar as lutas coletivas dos trabalhadores e movimentos sociais, bem como para mobilizá-los e organizá-los. Para tanto, é relevante identificar as lideranças dos territórios e, sempre que possível, manter proximidade e cooperação com tais lideranças, assim como com os distintos movimentos sociais e suas organizações.

Os assistentes sociais procuram defender seu projeto profissional hegemônico, mesmo em uma realidade densa de desafios: de precarização das condições de trabalho, sobrecarga, políticas sociais seletivas e pontuais, desmonte do sistema de proteção social e falta de estrutura física para um atendimento de qualidade às famílias. Ainda assim, procuram concentrar esforços para, dentro de seu trabalho cotidiano, desenvolver ações que venham ao encontro das demandas da população. No bojo da relativa autonomia, trata-se de um processo desafiador.

Cabe ainda a esses profissionais fortalecer o diálogo e a articulação com outros/as assistentes sociais que trabalham direta e indiretamente no âmbito da questão agrária, assim como com docentes que pesquisam e têm iniciativas de extensão sobre a temática, visando construir debates, trocas de experiências e redes de apoio quanto aos desafios e estratégias cotidianos. Do mesmo modo, devem ocupar os espaços de organização política da profissão, como os núcleos de base dos Conselhos Regionais de Serviço Social e câmaras temáticas; bem como construir e publicizar excertos que problematizem e relatem as experiências e dilemas do trabalho profissional no espaço rural.

Nesse processo, a academia também tem um papel importante: por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, ela pode contribuir para a formação de assistentes sociais críticos, habilitados para a atuação nos diferentes espaços da sociabilidade capitalista, inclusive no rural, com compreensão plena da questão agrária.

Espera-se que esta pesquisa gere contribuição teórico-metodológica à profissão, alinhada aos pressupostos do Projeto Ético-Político, no sentido de ampliar a discussão e reflexão sobre a atuação do/a assistente social no contexto da questão agrária e da ATER, temas que ainda são pouco explorados na formação profissional e na pesquisa em Serviço Social. Além disso, a pesquisa pode subsidiar novos debates na profissão, como, por exemplo, na Câmara Temática de Direito à Cidade⁶⁸ do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS-PR) e nos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social” e “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”.

No âmbito da universidade, espera-se que os conhecimentos construídos se reverberem, estimulando novos diálogos, debates e estudos no âmbito da graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa, conferindo maior visibilidade à temática. Ademais, que este estudo possa, no contexto da ATER, fomentar a reflexão dos/as agentes profissionais/assistentes sociais sobre a relevância teórica e social do tema, como caminho fecundo para uma atuação alinhada aos interesses da classe trabalhadora e ao Projeto Ético-político hegemônico do Serviço Social.

⁶⁸ Embora sua nomenclatura abarque apenas Direito à Cidade, essa Câmara Temática também debate sobre questão agrária, reforma agrária e outras temáticas ligadas à profissão no rural.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Quem Somos**. [online], 2024. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/quem-somos-1#:~:text=At%C3%A9%20a%20segunda%20metade%20d%C3%A9cada,em%20Pol%C3%Adticas%20Sociais%20\(CEDEPSS\)](https://www.abepss.org.br/quem-somos-1#:~:text=At%C3%A9%20a%20segunda%20metade%20d%C3%A9cada,em%20Pol%C3%Adticas%20Sociais%20(CEDEPSS)). Acesso em: 12 jun. 2024.
- ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. 1. ed. São Paulo, Cortez: 2019.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2006.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 328p.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ. **Veja os números do seu município apurados pelo Censo Populacional do IBGE**. [online], 2023. Disponível em: <https://ampr.org.br/veja-os-numeros-do-seu-municipio-apurados-pelo-censo-populacional-do-ibge/>. Acesso em: 18 maio 2024.
- BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-americano**. 4. ed. Florianópolis, Insular editora: 2019.
- BARROS, A. de. **Precarização**: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2019. 147 p.
- BATISTA, A. A. A Compreensão Reformista de Robert Castel em Resposta às Metamorfoses da *Questão Social*. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 9, p. 35-49, 2010.
- BATISTA, A. A. **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**. 2. ed. Cascavel: Edunioeste editora. 2020.
- BECHER, C. **A Política Agrária no Brasil**: uma análise sobre o alcance da proteção social no campo. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2021.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNARDELLI, M. L. F da H. Contribuição ao Debate sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 33-52.
- BEZERRA, C. S. A Questão Agrária No Brasil e os Desafios Contemporâneos ao Movimento dos Sem-Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, M.B; DURIGUETO, M.L. **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 136-152.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964**. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Brasília, 1964a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc10-64.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 1964b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 abr. 2024

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos Teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Institucional**. [online], 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Terras Devolutas**. [Online], 2024b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acesibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CALDART, R. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo *In*: PIRES, J. H.; NOVAES, H. T.; MAZIN, Â.; LOPES, J. (org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. v. III. p.263-328.

CALIXTO, I. R. O Trabalho do Assistente Social como Extensionista na Emater. *In*: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – XIV CBAS. 2013. Águas de Lindóia - SP. **Anais [...]**, 2013.

CAPES. Ministério da Educação. **Documento de Área**. Área 32: Serviço Social. [Online], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CARDOSO, I. C. da C. *et al.* **Documento do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental. GT Documento, Biênio 2020-2022**. Versão preliminar para estudo e debate no Pré-Colóquio do GTP QAUASS, de 07/12/2022. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, [Online], 2022.

- CARIAGA, M. H; MENEZES, C. A. F; BURGINSKI, V. M. A Pesquisa-extensão em um Assentamento da Reforma Agrária no Tocantins: uma vivência coletiva. Brasília, DF, 2019. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, CBAS, XVI, 2019, Brasília, DF. **Anais** [...]. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1677/1637>. Acesso em: 05 jul. 2024. p. 1-13.
- CATTELAN, R; MORAES, M. L.; ROSSONI, R. A. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, São Paulo, v. 23, n. 55, p. 138-164, set./dez., 2020.
- CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 49-79, 2016.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Brasília, DF, 1993.
- CORCIOLI, G; MEDINA, G. S. Política agrícola para o agronegócio: uso de recursos públicos em benefício indireto de multinacionais estrangeiras. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 37, n. 108, p. 89-106. São Paulo, SP, 2023.
- COUTO, B. R. **O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2010.
- CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 24 maio 2024.
- DELGADO, G. C; PORTO, S. I. Política Agrícola. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular editora, 2021. p. 577-583.
- DELGROSSI, M. E. **Novo Censo Agropecuário Brasileiro**: agendas de pesquisas. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.cegafiunb.com/wp-content/uploads/2020/08/Texto-discuss%C3%A3o-CENSO-AGRO-2017.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- DIAS, C.F; MARTINI, V. “*Questão Social*”, Questão Agrária e Dependência em Debate. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 39-64. jan./jun. 2021.
- DUARTE, K. A. Serviço Social e Questão Agrária: apontamentos acerca da *questão social* no campo brasileiro. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 30, jul./dez. Brasília: ABEPSS, 2015.
- ELEUTERIO, J. A; BARROS, C. D. T; SOUZA JUNIOR, M. **Desenvolvimento Rural Sustentável**: contribuições e reflexões sobre o Projeto São José no Ceará. Brasília, DF, 2019. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVI, 2019. **Anais** [...]. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1859/1817>. Acesso em: 05 jul. 2024. p. 1-12.
- ENGEL, B. M; LUSA, M. G. **O Rural e o serviço social**: demandas para o exercício profissional no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCI-

AIS, XV, 2016. Olinda - PE. **Anais [...]**. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1732_-_O_RURAL_E_O_SERVICO_SOCIAL_.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024. p. 1-17.

ENGELBRECHT, M. R. Aproximações Teóricas sobre Campesinato e Agricultura Familiar. *In*: ENGELBRECHT, M. R. **A Produção da viticultura no município de Toledo/PR: uma experiência em construção da agricultura familiar – 2000-2010**. 2012. 238 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ENGELBRECHT, M. R. Questão Agrária e Propriedade Privada no Brasil: história de lutas e conflitos. *In*: CARMO, O. A.; SANT'ANA, R. (org.). VIII SIMPÓSIO DE QUESTÃO AGRÁRIA DO NATRA: MOVIMENTOS SOCIAIS, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR, VIII, **Anais [...]**. Franca: Unesp, 2018. p. 355-366.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Panorama de la Pobreza Rural: soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza em el campo**. Santiago, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo, Edusp: 2015.

FERNANDES, B.M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STEDILE, J.P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. v. 7. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular editora: 2013. p. 173-238.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo, Global editora: 2009. 151 p.

FERREIRA, L. A. **Serviço Social e Questão Agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**. 2015. 311 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

FETAEP. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná. **Cartilha Orientações Gerais PRONAF - Plano Safra 2019/2020**. Curitiba, PR, 2019. Disponível em: <https://www.fetaep.org.br/ficheiro/setor/agricola>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FETAEP. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná. **Cartilha Orientações Gerais PRONAF - Plano Safra 2020/2021**. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <https://www.fetaep.org.br/ficheiro/setor/agricola>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FETAEP. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná. **Cartilha Orientações Gerais PRONAF - Plano Safra 2021/2022**. Curitiba, PR, 2021. Disponível em: <https://www.fetaep.org.br/ficheiro/setor/agricola>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FETAEP. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná. **Cartilha Orientações Gerais PRONAF - Plano Safra 2022/2023**. Curitiba, PR, 2022. Disponível em: <https://www.fetaep.org.br/ficheiro/setor/agricola>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FETAEP. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná. **Cartilha Orientações Gerais PRONAF - Plano Safra 2023/2024**. Curitiba, PR, 2023. Disponível em: <https://www.fetaep.org.br/ficheiro/setor/agricola>. Acesso em: 29 jun. 2024.

GASPAROTTO, A; TELÓ, F. As Lutas Pela Terra no Brasil. *In*: GASPAROTTO, A; TELÓ, F. **Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)**. 2. ed. São Leopoldo, Óikos editora. 2021. p. 6-10.

GORENDER, J. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. *In: A Questão Agrária no Brasil*. v. 6. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular editora: 2013. p. 19-54.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, DF, v. 52 supl.1. p. 125-146, 2015.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 83-109, 2010.

GUERRA, Y; BATISTA, A. A Expressão “*questão social*” em Questão: um debate necessário ao serviço social. **Revista Temporalis**, Brasília, DF: ABEPSS, ano 21, n. 42, p. 173-187, jul./dez. 2021.

HADICH, C; ANDRADE, G. Revolução Verde. *In: Dicionário de Agroecologia e Educação*. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular editora, 2021. p. 650-658.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e *questão social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em Tempos de Mundialização do Capital. *In: IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História*: América Latina, África e Europa. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar**: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

JORNAL DA USP. **Síndrome de burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros**. [online], 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros/>. Acesso em: 15 jul. 2024

KONCHINSKI, V. Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade. **Brasil de Fato**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade>. Acesso em: 22 set. 2024.

LIMA, D. G. **Questão Agrária Brasileira e a Inserção do Serviço Social em Políticas Sociais para o Campo**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2014.

LIMA, J. S. **Rural Alagoano**: a [in]visibilidade do fenômeno desemprego como expressão da

“*questão social*”. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VII. São Luís, 2015. **Anais [...]**. São Luís, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/rural-alagoano-a-in-visibility-do-fenomeno-desemprego-como-expressao-da-questao-social.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024. n.p.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

LOPES, I. S. *et al.* Políticas Públicas e a Busca pela Garantia dos Direitos dos Pescadores Artesanais: um estudo da colônia dos pescadores Z-17 em Parintins – AM. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI. São Luís, 2015. **Anais [...]**. São Luís, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspublishcas/pdf/politicaspublishcaseabuscapelagarantiadosdireitosdospescadoresartesanais.pdf>. Acesso em 01 jul. 2024. n.p.

LUCE, M. S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

LUKÁCS, G. O trabalho: ontologia do Ser Social. In: LUKÁCS, George. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Traduzido por Ivo Tonet. Revisto por Pablo Polese de Queiroz. 1986.

LUSA, Mailiz G. **A (in)visibilidade do Brasil rural no serviço social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUSA, M. G. **Crise do Capital, Espaço Rural e Serviço Social**: lacunas na garantia dos direitos sociais, desafios e perspectivas para o trabalho profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XIV, 2013. Águas de Lindóia, SP. **Anais [...]**. 2013.

MACHADO, L. C.; CUNHA, I. S; NASCIMENTO, L. C. S. **As Condições de Vida e Trabalho do Agricultor Familiar no Maranhão e o Serviço Social**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 2017.

Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/ascondicoesdevidaetrabalhodoagricultorfamiliarnomaranhaoeoservicosocial.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024. n.p.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. [Online], 1973. Versão digitalizada conforme publicado em: TRASPADINI, R; STEDILE, J.P. (org.) Ruy Mauro Marini: vida e obra. Expressão Popular editora, 2005. Transcrito por Diego Grossi. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3829831>. Acesso em: 18 abr. 2024

MARTINS, R. **Desemprego cai a 8% no segundo trimestre de 2023, diz IBGE**. [Online], 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/28/desemprego-cai-a-8percent-no-trimestre-encerrado-em-junho-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MATTOS, M. B. **A classe Trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo editora, 2019.

MEDEIROS, L. Política Agrária. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular editora, 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Vozes editora. 2007.

MONCAU, G. **Para movimentos, programa de Lula para reforma agrária é 'bom gesto', mas não resolve urgências**. 2024. [Online], Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/18/para-movimentos-programa-de-lula-para-reforma-agraria-e-bom-gesto-mas-nao-resolve-urgencias>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013

NASCIMENTO, A. C; DO CARMO, R. K. H. Um estudo sobre a agricultura familiar no Brasil e a Atuação do assistente social no meio rural. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, XV, 2016, Olinda, PE. **Anais [...]**. Olinda, PE, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1245.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024. p. 1-13.

Neto, F. V. N. Conhecer para Acessar as Políticas da Seguridade Social no Trabalho em Rede: um relato de experiência no campo da política de reforma agrária. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, XVI, 2019, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2019.

NETTO, J. P. **O Serviço Social hoje**. Lisboa: Universidade Lusíada, 1993. Repositório das Universidades Lusíada. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3911/1/is_7_1997_04.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo, Cortez: 1996.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. CFESS, Abepss, CEAD-UnB, 1999.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “*questão social*”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo, Cortez: 2007.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OBSERVATÓRIO da questão agrária no Paraná. **Atlas da Questão Agrária no Paraná: diálogos em construção**. 2021. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. ePUB.

OLIVEIRA, C. S. S; LIMA, S. R; GONÇALVES, M. C. V. A Atuação Profissional do Assistente Social no Meio Rural na Perspectiva do Método Paulo Freire. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, XVI, 2019, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/119/115>. Acesso em: 05 jul. 2024. p. 1-13.

PAULO NETTO, José . **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural do Brasil – Uma abordagem histórica da legislação**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, DF, out. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para->

[discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao](#). Acesso em: 16 jun. 2024.

PEREIRA, L. I.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. F. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, São Paulo, v. 24, n. 58, p. 08-27, mai./ago., 2021.

PONTES, W. S; SILVA, M. M. O Serviço Social e o Espaço Rural: um mergulho na realidade dos agricultores familiares do alto sertão de Alagoas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI, 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo12-questaoagricolaquestaoagrariasegurancaalimentarepoliticaspublicas/pdf/oservicosocialeoespacorural-.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024. n.p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Mestrado e Doutorado Serviço Social – Breve Apresentação**. [Online], 2024. Disponível em: <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão** Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

ROCHA, K. B. A. **O Agro é Pop, o Agro é Tech, o Agro é Social**: relato de experiência do trabalho profissional do assistente social na política de assistência técnica e extensão rural. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII, 2012, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001622.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024. n.p.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho Bruto no Canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R. S. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L (org.). **Movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 263-277.

SANT'ANA, R. S. Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Questão Agrária. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, Ano 19, n. 37, p. 172-188, jan./jun. 2019.

SANTOS, A. R. S; MENEZES, T. T. F; FERNANDES, E. N. S. Questão Agrária no Brasil: sua origem, desenvolvimento em Alagoas e atuação de assistentes sociais no campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII, 2012, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001570.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024. n.p.

SANTOS, D. C; BENEVIDES, M. K. T. Entre a profissão e a militância: assistentes sociais no movimento sindical rural de Pernambuco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XV., 2016, Olinda. **Anais [...]**. Olinda, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1959_-

[Entre a profissao e a militancia .pdf](#). Acesso em: 05 jul. 2024. p. 1-10.

SANTOS, F. S. R. **Estado Capitalista Dependente Brasileiro e Corrupção**. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2020.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. 1. ed. São Paulo, Cortez editora: 2012.

SANTOS, M; GLASS, V. (org.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, S. M.; GOIS, M. N. Questão Agrária, Reforma Agrária e Serviço Social: uma equação possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XIV, 2013, Águas de Lindóia, SP. **Anais** [...]. Águas de Lindóia, SP, 2013.

SECON, M. A. A Política de Assistência Social em Londrina: a realização do Serviço de Atenção Integral à Família (PAIF) num Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). 2022. Brasília – DF. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII, 2012, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000168.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024. n.p.

SILVA, E. A. Atuação do Assistente Social nas ações de Assessoria Técnica Rural: elementos para reflexão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XIV, 2013, Águas de Lindóia, SP. **Anais** [...]. Águas de Lindóia, SP, 2013.

SILVA, M. T. F; ALVES, F. S; SILVA, S. M. Quintais Produtivos das Mulheres do Assentamento Modelo II em João Câmara/RN: relato de uma intervenção em serviço social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII., 2012, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001334.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024. n.p.

SILVA, S. M. O; JESUS, B. V. M. A realidade agrária e o exercício profissional do assistente social com os assentamentos rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XV, 2016, Olinda, PE. **Anais** [...]. Olinda, PE, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1652_-_A_REALIDADE_AGRARIA_E_O_EXERCICIO_PROFISSIONAL.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024. p. 1-8.

SOARES, R. V; BURGINSKI, V. M. Estado e Política Social no Capitalismo Dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 39, p. 8-21, 2021.

STEDILE, J. P. Tendências do Capital na Agricultura. In: STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular editora: 2013. v. 7. p. 19-38.

STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular editora, 2021.

STEVEN, D; STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J.P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular editora: 2013. v. 7. p. 13-18.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 493-504, out.-dez., 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/V7jK4mYRZsrpMsJd5jJcpxc/?lang=pt#>. Acesso em: 29 mar. 2024.

TRASPADINI, R. S. **Questão Agrária, Imperialismo e Dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento, Inclusão Social e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte, MG, 2016.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Sobre o Curso**. [Online], 2023. Disponível em: <https://fsso.ufal.br/pos-graduacao/servico-social>. Acesso em: 10 jul. 2024

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Apresentação**. [Online], 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/apresentacao/>. Acesso em: 10 jul. 2024

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Sobre o Evento**. [Online], 2023. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/site/>. Acesso em 02 jul. 2024.

WESTIN, R. Agência Senado de Notícias. **Há 100 anos, greve geral parou São Paulo**. [Online], 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-greve-geral-parou-sao-paulo>. Acesso em: 29 mar. 2024.

WESTIN, R. Agência Senado de Notícias. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios**. [Online], 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 08 abr. 2024.

WIVALDO, J. N. S.; LLOYD, P. R. W.; ALVARENGA; M. R. C. A Atuação do Assistente Social com Mulheres Rurais. 2022. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVII, 2022, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000294.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS, ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2009.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. Introdução. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. **Introdução Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

APÊNDICE A - Formulário de análise prévia das produções da pós-graduação da área de Serviço Social



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
CAMPUS DE TOLEDO – CNPJ 78.680.337/0005-08
Rua da Faculdade, 645 – Jd. Santa Maria –
Fone (45) 3379-7000 / Fax (45) 3379-7002
CEP 85903-000 – Toledo – PR. – www.unioeste.br



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social - Mestrado
UNIOESTE – *Campus de Toledo* - PR

Pesquisa: INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Pesquisadora: Juliana Firmino Fonzar

Orientadora: Prof^a. Dra. Marize Rauber Engelbrecht

UNIVERSIDADE:	
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:	
AUTOR(A):	
TÍTULO:	
RESUMO:	
OBJETO:	
OBJETIVO GERAL:	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	

APÊNDICE B - Formulário para identificação/organização dos trabalhos provenientes dos CBASs e das JOINPPs



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social - Mestrado
UNIOESTE – Campus de Toledo - PR

Pesquisa: INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Pesquisadora: Juliana Firmino Fonzar

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marize Rauber Engelbrecht

IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO:

☐ CBAS	☐ Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social
Edição:	Ano: 2013
Tema do evento:	
Local de realização:	
☐ Presencial	☐ Online

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO:

TRABALHO Nº:
TÍTULO DO TRABALHO:
AUTOR(A):
RESUMO:
LOCALIZAÇÃO DO ARTIGO:

APÊNDICE C - Formulário para análise das dissertações e teses



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
CAMPUS DE TOLEDO – CNPJ 78.680.337/0005-08
 Rua da Faculdade, 645 – Jd. Santa Maria –
 Fone (45) 3379-7000 / Fax (45) 3379-7002
 CEP 85903-000 – Toledo – PR. - www.unioeste.br



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
 Programa de Pós-Graduação em
 Serviço Social - Mestrado
 UNIOESTE – Campus de Toledo - PR

Pesquisa: INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Pesquisadora: Juliana Firmino Fonzar

Orientadora: Prof^a. Dra. Marize Rauber Engelbrecht

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Nome do Programa:	
Universidade:	
Região:	Município/UF:
☐ Universidade pública	☐ Universidade privada
Programa oferta: ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐ Ambos	
IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	
Nome do trabalho:	
☐ Dissertação de mestrado ☐ Tese de doutorado	
Palavras – chave:	
Objetivo geral:	
Objetivos específicos:	
Problema:	
Matriz teórica norteadora: ☐ teoria social crítica ☐ outra	
Tipo de pesquisa (bibliográfica, de campo, etc.):	
Autor(es):	
Instituição (espaço sócio-ocupacional do autor):	
Localização dos autor(es) (cidade ou região de atuação):	

INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA
Concepção sobre questão agrária:
Concepção sobre <i>questão social</i>:
Concepção sobre o significado social da profissão:
Compreensão sobre a(s) relação(ões) entre Serviço Social e o agrário:
Desafios e perspectivas do trabalho profissional no âmbito da questão agrária:

APÊNDICE D - Formulário para análise dos trabalhos provenientes dos CBASs e das JOINPPs



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
CAMPUS DE TOLEDO – CNPJ 78.680.337/0005-08
Rua da Faculdade, 645 – Jd. Santa Maria –
Fone (45) 3379-7000 / Fax (45) 3379-7002
CEP 85903-000 – Toledo – PR. - www.unioeste.br



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social - Mestrado
UNIOESTE – Campus de Toledo - PR

Pesquisa: INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Pesquisadora: Juliana Firmino Fonzar

Orientadora: Prof^a. Dra. Marize Rauber Engelbrecht

IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO CIENTÍFICO	
() CBAS	() JOINPP
Edição:	Ano:
Tema do evento:	
() Presencial	() Online
IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	
Nome do artigo:	
Palavras – chave ou temas abordados:	
Eixo temático:	
Matriz teórica norteadora: () teoria social crítica () outra	
Tipo de pesquisa (bibliográfica, de campo etc.):	
Autor (es):	
Instituição do(s) autor(es):	
Titulação acadêmica do(s) autor(es) ⁶⁹ :	
Localização do(s) autor(es) (cidade ou região):	
INTERFACES ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA	
Concepção sobre questão agrária:	
Concepção sobre <i>questão social</i> :	
Concepção sobre o significado social da profissão:	
Compreensão sobre a(s) relação(ões) entre Serviço Social e o agrário?	
Desafios e perspectivas do trabalho profissional no âmbito da questão agrária?	

⁶⁹ Na época do artigo.